

B O L E T I M

MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA



4.º SUPLEMENTO AO BOLETIM MUNICIPAL N.º 1145

SUMÁRIO

RESOLUÇÕES DOS ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Deliberações (91.ª Reunião / 58.ª Sessão Extraordinária - Realizada em 2016/01/26):

- **Deliberação n.º 12/AML/2016 - Voto n.º 1/91** - Voto de Pesar e Homenagem a Nuno Teotónio Pereira - Subscrito por todos os Grupos Municipais [pág. 104 (222)]

- **Deliberação n.º 13/AML/2016 - Voto n.º 2/91** - Voto de Pesar pelo falecimento de António Almeida Santos - Apresentado pelo Grupo Municipal do PS [pág. 104 (223)]

- **Deliberação n.º 14/AML/2016 - Proposta n.º 1/PAM/2016** - Debate Temático sobre a 2.ª Circular - Subscrita pela Senhora Presidente da AML [pág. 104 (224)]

- **Deliberação n.º 15/AML/2016 - Proposta n.º 1/PEV/2016** - Debate Temático sobre o Parque Florestal de Monsanto - Subscrita pelo Grupo Municipal do PEV [pág. 104 (225)]

- **Deliberação n.º 16/AML/2016 - Proposta n.º 2/PAM/2016** - Eleição de representante da AML para o Conselho Consultivo do Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa, em substituição do Deputado Municipal André Moz Caldas, que renunciou a este cargo, nos termos da Proposta n.º 2/PAM/2016 - Subscrita pela Senhora Presidente da AML [pág. 104 (226)]

- **Deliberação n.º 17/AML/2016 - Recomendação n.º 1/91 (Retificada)** - Resultante do Parecer das 1.ª e 5.ª Comissões Permanentes sobre a Proposta n.º 777/CM/2015 - Subscrita pelas 1.ª e 5.ª Comissões Permanentes [pág. 104 (226)]

- **Deliberação n.º 18/AML/2016 - Proposta n.º 713/CM/2015** - Delegação de competências entre o Município e a Freguesia de Santa Clara, para a requalificação do Polidesportivo das Galinheiras, nos termos da proposta - Subscrita pelo Sr. Vereador Jorge Máximo [pág. 104 (228)]

- **Deliberação n.º 19/AML/2016 - Proposta n.º 781/CM/2015** - Delegação de competências entre o Município de Lisboa e as Freguesias de Alvalade e dos Olivais, no âmbito da atribuição de Prémios de Mérito Desportivo da edição das Olisipiadas de 2014/2015, nos termos da proposta - Subscrita pelo Senhor Vereador Jorge Máximo [pág. 104 (245)]

- **Deliberação n.º 20/AML/2016 - Recomendação n.º 2/91** - Resultante do Parecer das 1.ª e 5.ª Comissões Permanentes sobre as Propostas n.ºs 713/CM/2015 e 781/CM/2015 - Subscrita pelas 1.ª e 5.ª Comissões Permanentes [pág. 104 (260)]

- **Deliberação n.º 21/AML/2016 - Proposta n.º 828/CM/2015** - 6.ª Aditamento ao contrato de financiamento sob a forma de abertura de crédito a celebrar com o BPI/BIIS, SPA, relativa ao financiamento do Programa de Investimento Prioritário em Ações de Reabilitação Urbana (PIPARU), nos termos da proposta - Subscrita pelos Senhores Vereadores João Paulo Saraiva e Manuel Salgado [pág. 104 (260)]

- **Deliberação n.º 22/AML/2016 - Proposta n.º 663/CM/2015** - Cessação do Protocolo celebrado a 2 de maio de 2003 com a Associação de Proteção à Infância da Ajuda e a constituição de um direito de superfície sobre um prédio municipal com a área de 1369,63m², situado no Largo da Ajuda, 1 e 2, a favor da mesma Associação, nos termos da proposta - Subscrita pelo Senhor Vereador Manuel Salgado [pág. 104 (268)]

- **Deliberação n.º 23/AML/2016 - Proposta n.º 746/CM/2015** - Desafetação do domínio público para o domínio privado do Município da parcela de terreno, sita na Azinhaga das Veigas, por necessária ao desenvolvimento da operação urbanística do Loteamento Municipal da Quinta do Marquês de Abrantes, nos termos da proposta - Subscrita pelo Senhor Vereador Manuel Salgado [pág. 104 (272)]

- **Deliberação n.º 24/AML/2016 - Proposta n.º 747/CM/2015** - Aquisição da parcela de terreno, sita na Avenida Dr. Francisco Luís Gomes, nos termos da proposta - Subscrita pelo Senhor Vereador Manuel Salgado [pág. 104 (275)]

- **Deliberação n.º 25/AML/2016 - Proposta n.º 826/CM/2015** - Repartição de encargos plurianuais e emissão de autorização prévia para assunção de compromissos para aquisição de serviços de aluguer operacional de veículos ligeiros de passageiros elétricos e híbridos, pelo período de 60 meses, nos termos da proposta - Subscrita pelo Senhor Vice-presidente Duarte Cordeiro [pág. 104 (281)]

- **Deliberação n.º 26/AML/2016 - Proposta n.º 16/CM/2016** - Assunção de compromissos plurianuais para as Juntas de Freguesia de Benfica e de S. Domingos de Benfica, no âmbito dos acordos de delegação de competências, na área das refeições escolares saudáveis, nos termos da proposta - Subscrita pelo Senhor Vereador Manuel Salgado [pág. 104 (283)]

RESOLUÇÕES DOS ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO E DESPACHOS DE PROCESSOS

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Deliberações

91.^a Reunião / 58.^a Sessão Extraordinária - Realizada em 2016/01/26

- **Deliberação n.º 12/AML/2016:**

- **Voto n.º 1/91 - Voto de Pesar e Homenagem a Nuno Teotónio Pereira.**

Subscrito por todos os Grupos Municipais.

Aprovado por unanimidade. Ausência do Grupo Municipal do MPT nesta votação.

Voto de Pesar e Homenagem a Nuno Teotónio Pereira

Nuno Teotónio Pereira é um dos pais fundadores da arquitetura moderna no nosso país. Ao longo de décadas reclamou «habitação para o maior número», angustiado nos nossos dias com a falta de casas para os casais jovens, como há cinquenta anos com a proliferação das barracas. Amou sempre Lisboa, que conhecia como poucos. A cidade perde, com a sua morte, um dos seus mais notáveis habitantes.

Em 1948, no 1.º Congresso Nacional dos Arquitetos, está entre o grupo de jovens profissionais revoltados com a imposição de um «estilo nacional». Inspirados na Carta de Atenas, de que Nuno Teotónio foi um dos primeiros tradutores para português, os arquitetos queriam uma arquitetura «centrada nas necessidades elementares do homem»; a ditadura respondia-lhes impondo uma «arquitetura portuguesa» que mais não era que uma forma de censura. E o que começou aparentemente como simples

questão formal acabou por desembocar numa questão de regime. O que os arquitetos reclamavam, afinal, era nada menos do que liberdade. E daí partiram, sob o impulso de Keil do Amaral, à descoberta da arquitetura popular, procurando um saber antigo e essencial, onde as formas habitadas nascem da relação entre o homem e o meio e deixando-nos esse notável registo do Portugal dos anos 50 que foi o «Inquérito à arquitetura Popular Portuguesa».

Morreu a escassos dias de completar 94 anos. Nascido em 1922, diplomado pela Escola de Belas-Artes de Lisboa em 1949, formou o primeiro atelier com Chorão Ramalho, Alzina de Menezes e Manuel Tainha. Em 1954 o atelier instala-se na Rua da Alegria, em Lisboa, e de certo modo transforma-se na verdadeira escola da arquitetura de Lisboa, alternativa ao ensino tradicionalista da ESBAL. Por ali passaram grandes nomes, de Nuno Portas, Bartolomeu Costa Cabral e Pedro Vieira de Almeida a Gonçalo Byrne, Duarte Nuno Simões, João Paciência ou Pedro Botelho. Deixou profunda marca em todos quantos com ele trabalharam, embora estivesse sempre a dizer que o mérito era todo alheio e nunca de si próprio. Trabalhou também largos anos na Federação das Caixas de Previdência em projetos de habitação económica, campo em que acumulou uma vasta experiência.

Distinguido várias vezes com o Prémio Valmor Municipal de Lisboa, o seu edifício na Braamcamp teve o raro destino de receber uma alcunha popular como «Edifício Franjinhas» (1971). É sua e de Nuno Portas a Igreja do Sagrado Coração de Jesus (1975), também premiada, como é seu o plano de acessibilidade da Covilhã (2004), um exemplo inovador que, nas suas próprias palavras, pretendia «atenuar malfetorias, adaptar relevo, preservar a identidade e consolidar o tecido urbano». Foi premiado

pela AICA em 1985, pela Academia Nacional de Belas-Artes em 2007, doutorado *honoris causa* pelas Universidades do Porto e Técnica de Lisboa, tendo ainda recebido em 2010 a Medalha de Ouro da Cidade de Lisboa e o Prémio Carreira da Bienal Ibero-Americana de arquitetura e em 2015 o Prémio da Universidade de Lisboa.

Foi presidente do Movimento de Renovação da Arte Religiosa, tendo participado ativamente nos movimentos progressistas dos católicos contra a ditadura e a guerra colonial. Dirigiu a Cooperativa Cultural Pragma, outro foco de resistência cultural, e o Centro Nacional de Cultura. Defensor incansável da responsabilidade social dos arquitetos, batalhou pela sua organização profissional, desde o velho Sindicato Nacional dos Arquitetos à Associação dos Arquitetos Portugueses, em 1988, e mais tarde à Ordem dos Arquitetos, tendo encabeçado em 2003 a primeira iniciativa legislativa de cidadãos em Portugal, sob o lema «Direito à Arquitetura».

Acompanhava com grande atenção e perspicácia as transformações do território, não hesitando em fustigar as desordens geradoras de iniquidade social, desde os realojamentos forçados no vale de Alcântara em 1966, às distorções do mercado imobiliário no final do século XX, como o escândalo dos fogos devolutos e o desordenamento e degradação das cidades. Reclamou medidas públicas para o fim das barracas, prioridade à reabilitação urbana e ao transporte público, primazia do peão no espaço público, medidas fiscais severas contra o abuso do direito de propriedade. E se tanto lutara, até ao 25 de abril, contra a ditadura política, na décadas seguintes denunciou a ditadura de mercado, também ela cerceadora da liberdade e causadora de profundas desigualdades com as quais nunca se conformou.

Autor de numerosos estudos, artigos e comunicações sobre arquitetura, habitação, património, território e cidadania, a sua obra foi pioneira, a sua escrita destemida e a sua vida uma história de talento, generosidade e profunda fraternidade. A sua figura transcende largamente o campo da arquitetura para se inscrever como grande referência cívica e moral da democracia e da liberdade: profundamente íntegro e desprendido até ao limite, foi perseguido pela PIDE e estava entre os presos que saíram de Caxias em 26 de abril de 1974. Pouco tempo antes de morrer, numa das últimas entrevistas que deu, dizia: «a arquitetura faz-se de dentro para fora, como o ser humano».

A Assembleia Municipal honra a memória e o legado de Nuno Teotónio Pereira, acompanha a família no momento de pesar que atravessa e exorta os lisboetas a inspirarem-se no seu exemplo de probidade, fraternidade, liberdade e cidadania.

A Assembleia Municipal de Lisboa recomenda ainda à Câmara Municipal:

- Que registe num roteiro, publicamente assinalado *in loco*, as grandes obras de arquitetura de que foi autor e coautor, para que sejam conhecidas e reconhecidas entre as muitas silhuetas que formam a incomparável identidade da cidade de Lisboa;

- Que crie um prémio ou outra forma de incentivo que associe o direito à habitação com o nome de Nuno Teotónio Pereira e seja destinado ao reconhecimento das iniciativas populares e comunitárias na defesa da «habitação para o maior número».

O documento encontra-se disponível, para consulta, no site (<http://www.am-lisboa.pt/303000/1/004184.000133/index.htm>).

- Deliberação n.º 13/AML/2016:

- Voto n.º 2/91 - Voto de Pesar pelo falecimento de António Almeida Santos.

Apresentado pelo Grupo Municipal do PS.

Aprovado por unanimidade. Ausência do Grupo Municipal do MPT nesta votação.

Voto de Pesar

António Almeida Santos foi um dos políticos mais presentes na história da nossa democracia.

Combatente desde sempre pelos valores da Democracia, nos tempos da ditadura e depois do 25 de Abril, António de Almeida Santos granjeou a admiração e o respeito, não apenas de amigos e camaradas, mas também dos adversários políticos, devido à enorme elevação e ao humanismo sempre demonstrados no exercício dos mais variados cargos públicos que desempenhou ao longo de uma vida tão preenchida e tão ativa até ao fim.

Foi Ministro da Coordenação Interterritorial dos I, II, III e IV Governos Provisórios, Ministro da Comunicação Social do VI Governo Provisório. Exerceu funções como Ministro da Justiça do I Governo Constitucional e como Ministro-Adjunto do Primeiro-Ministro no II Governo Constitucional. Foi ainda Ministro de Estado no IX Governo Constitucional. Entre 1985 e 2005 foi membro do Conselho de Estado.

Eleito Deputado entre a I e a IX Legislaturas, evidenciou-se como excelente tribuno.

Foi um notável Presidente da Assembleia da República, sabendo sempre prestigiar o Parlamento, tendo merecido o respeito dos seus pares, que, aliás, também sempre respeitou, independentemente das diferenças políticas.

Entre 1991 e 1994, exerceu as funções de Líder do Grupo Parlamentar do Partido Socialista e foi Presidente do Partido Socialista entre 1992 e 2011, cargo que exerceu sempre de forma exemplar, merecendo o apoio e o carinho de todos os socialistas. Posteriormente, foi eleito em Congresso como presidente honorário, numa justa e unânime homenagem a alguém capaz de reunir um conjunto de qualidades dificilmente igualável.

Foi, como jurista de exceção, o artífice de uma parte substancial da malha legislativa no início da Democracia portuguesa, contribuindo decisivamente para a construção do Estado de Direito Democrático no nosso país. Na sua

ação fez da capacidade de diálogo, da consensualização e da concertação política - sem abdicar da firmeza das suas ideias - uma verdadeira arte e uma das suas imagens distintivas.

Sempre generoso, sempre conciliador, sempre presente e solidário, e por isso muito acarinhado por todos, conforme pudemos testemunhar nas manifestações de tristeza e profundo pesar que a sua morte suscitou.

O seu contributo para a construção da Democracia em Portugal, os relevantíssimos serviços prestados ao seu Partido e ao seu País, fazem dele uma figura de referência inesquecível para todos os socialistas, em particular, e para os democratas em geral.

Um verdadeiro príncipe da Democracia, que perdurará na memória de todos.

Em homenagem à memória do cidadão que foi António Almeida Santos, a Assembleia Municipal de Lisboa vota a expressão do seu pesar pelo seu falecimento, dando dele conhecimento à sua família e guardando um minuto de silêncio.

O documento encontra-se disponível, para consulta, no site (<http://www.am-lisboa.pt/303000/1/004210.000133/index.htm>).

- Deliberação n.º 14/AML/2016:

- Proposta n.º 1/PAM/2016 - Debate Temático sobre a 2.ª Circular.

Subscrita pela Senhora Presidente da AML.

Aprovada por unanimidade.

PROPOSTA

Debate Temático sobre a 2.ª Circular

Considerandos:

A 2.ª Circular, concebida inicialmente como cintura rodoviária estruturante de Lisboa, é hoje uma barreira física entre a cidade consolidada e a expansão para norte do tecido urbano lisboeta.

O projeto de intervenção da 2.ª Circular, apresentado pela Câmara Municipal e em consulta pública até ao final de janeiro, tem vindo a ser alvo de aceso debate nos meios de comunicação social, nomeadamente quanto aos impactos que poderá ter na circulação e segurança rodoviária, na qualidade ambiental e paisagística, no funcionamento dos transportes coletivos e na eventual segurança da navegação área, dada a proximidade do aeroporto de Lisboa.

À Assembleia Municipal de Lisboa, fórum de participação cívica e órgão máximo do Município de Lisboa, cabe promover debates públicos sobre temas de interesse relevante para a cidade, o que é manifestamente o caso do presente projeto.

Para esse debate devem ser convocadas entidades que tenham especial competência e interesse nas matérias a abordar, bem como os cidadãos que nele queiram participar.

A Conferência de Representantes tomou conhecimento, em 18 de janeiro, de uma proposta de debate público apresentada pelo CDS-PP e de um pedido de debate público apresentado pelo Presidente da Câmara Municipal, a realizar com a maior brevidade no quadro da consulta pública em curso, tendo a Presidente da Assembleia assumido a responsabilidade de formular uma proposta final.

O auditório do Fórum Lisboa encontra-se de momento em obras, pelo que se propõe a realização deste debate, ao abrigo da figura de Debate Temático prevista no Regimento da Assembleia, em local adequado na proximidade do Fórum Lisboa.

O Debate deverá incluir uma fase de audição de entidades e público e uma fase de discussão e apreciação pela Assembleia Municipal do Relatório final e suas conclusões.

Assim, proponho, ao abrigo do artigo 39.º do Regimento da AML em vigor, que a Assembleia Municipal delibere a realização de um Debate Temático sobre a 2.ª Circular, com o formato que se anexa.

ANEXO I

Formato do Debate Temático sobre a 2.ª Circular

Formato: Debate com duas Sessões, a primeira aberta à intervenção de convidados e público, a segunda integrada numa Sessão normal da Assembleia Municipal, com intervenção da Câmara, para apreciar o relatório e proposta de deliberação final.

Data e local da 1.ª Sessão: 2.ª feira, 1 de fevereiro, 18 horas - Hotel Roma (Avenida de Roma, 33, Lisboa).

Data e local da 2.ª Sessão: A agendar, integrada numa Sessão da Assembleia Municipal logo que o relatório e proposta de deliberação final estejam concluídos.

Divulgação e comunicação on-line: O Debate Temático terá como suporte de divulgação e comunicação com o público, além do sítio da Assembleia Municipal, o sítio «Debater Lisboa» da Assembleia Municipal. Neste sítio serão colocadas as contribuições da 1.ª Sessão ou outras contribuições sobre o assunto que entretanto, e até ao agendamento da segunda Sessão do Debate Temático, deem entrada na Assembleia Municipal com pedido de divulgação.

Formato e temas da 1.ª Sessão, 2.ª feira, 1 de fevereiro

18.00 - Abertura dos trabalhos pela Mesa.

18.10 - Apresentação do projeto pela Câmara Municipal.

18.30 - Intervenção de entidades convidadas sobre os seguintes impactos do projeto:

1 - Impacto na segurança rodoviária (10 m):

Convidados: Automóvel Club de Portugal e Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária.

2 - Impacto ambiental e paisagístico na cidade de Lisboa (10 m):

Convidados: Associação Portuguesa dos Arquitetos Paisagistas e Quercus.

3 - Impacto no trânsito e transportes públicos (20 m):

Convidados: Infraestruturas de Portugal, Carris, ANTRAL - Associação Nacional dos Transportadores Rodoviários em Automóveis Ligeiros e FPT - Federação Portuguesa dos Táxis.

4 - Impacto na segurança da navegação aérea (10 m):

Convidados: ANA - Aeroportos de Portugal e NAV - Navegação Aérea de Portugal, EPE.

19.30 - Intervenção do público (3 m por pessoa).
20.30 - Intervenção dos Deputados/Grupos Municipais (3 m por cada Força Política e Independentes).
21.00 - Encerramento dos trabalhos pela Mesa.

Composição da Mesa:

- *Presidente* - 1.º Secretário, Deputado Municipal Rui Paulo Figueiredo;
- *Vogais* - Presidentes das 4.ª e 8.ª Comissões Permanentes.

Relatores:

- *Presidente da Assembleia*, Deputada Municipal Helena Roseta;
- *Representante do CDS-PP*, Deputado Municipal Diogo Moura.

O documento encontra-se disponível, para consulta, no site (<http://www.am-lisboa.pt/301000/1/004187.000344/index.htm>).

- *Deliberação n.º 15/AML/2016:*

- Proposta n.º 1/PEV/2016 - Debate Temático sobre o Parque Florestal de Monsanto.

Subscrita pelo Grupo Municipal do PEV.

Aprovada por unanimidade.

Proposta para debate sobre o Parque Florestal de Monsanto

Considerando a importância estratégica de Monsanto para a cidade de Lisboa, o Grupo Municipal do Partido Ecologista «Os Verdes» apresentou, no dia 14 de abril de 2015, uma recomendação (Recomendação n.º 9/63) na Assembleia Municipal no sentido de a Autarquia promover a realização de um debate público alargado sobre o Parque Florestal de Monsanto, proposta que foi aprovada por unanimidade.

Considerando a intenção da CML de avançar com projetos para o Parque Florestal de Monsanto, o Partido Ecologista «Os Verdes» considera que será da maior importância

e pertinência que o Executivo tenha em conta a deliberação aprovada na AML sobre a realização deste debate, permitindo que os projetos possam refletir as necessidades, preocupações e prioridades da população e que os munícipes e as associações possam ser ouvidos e esclarecidos sobre os referidos projetos.

Considerando ainda que posteriormente e no seguimento de um debate de atualidade sobre o concurso para a concessão da exploração de parte da Quinta da Pimenteira e outros espaços, foi apresentada uma recomendação no sentido de ser suspenso o processo que envolve o empreendimento turístico em Monsanto, nomeadamente a Proposta n.º 504/2015, até à realização de um debate público alargado sobre este tema.

Assim, o Grupo Municipal do Partido Ecologista «Os Verdes» apresenta a seguinte proposta para a realização de um debate sobre o Parque Florestal de Monsanto:

Propõe-se a realização de duas Sessões de debate a agendar entre fevereiro e março de 2016, pelas 18h com duração de aproximadamente três horas (18h-21h).

- 1.ª Sessão - Será fundamental focar a importância da conservação da natureza e a estratégia integrada para as diversas áreas do Parque Florestal de Monsanto.

Mesa: 3 oradores (representante da Plataforma por Monsanto, representante do ICN, Vereador da CML responsável pelo Pelouro) + 1 moderador (Presidente da 4.ª Comissão).

- 2.ª Sessão - Apresentação de conclusões, através de um relatório final e eventuais recomendações a apreciar pela AML.

Em ambas as Sessões estarão previstas intervenções dos Grupos Municipais e dos Deputados Independentes, de organizações e do público em geral.

Convidar a Plataforma por Monsanto e as seguintes diversas organizações (ver em baixo) que a compõem para participarem no debate.

Plataforma por Monsanto: Amigos de Monsanto, LPN, Quercus - Núcleo Regional de Lisboa, Associação «Plantar uma Árvore», Fundação da Casa de Fronteira e Alorna, ASPEA, CAAL, Fórum Cidadania Lx, AMBEX, Associação de Moradores de Belém e S. Francisco Xavier, Grupo Ecológico de Cascais, Grupo dos Amigos da Tapada das Necessidades, GAIA, Associação «Lisboa Verde», Clube de Caminheiros de Monsanto, Liga dos Amigos do Jardim Botânico.

Deverá ser feita uma ampla divulgação pelos meios da AML, mas também da CML.

Compilação das recomendações, moções e saudações apresentadas na AML e perguntas e requerimentos feitos à CML para divulgação no site da AML, no espaço próprio para o debate.

Elaboração de um relatório final e recomendações a apreciar pela AML (4.ª Comissão).

O documento encontra-se disponível, para consulta, no site (<http://www.am-lisboa.pt/301000/1/004188.000257/index.htm>).

- Deliberação n.º 16/AML/2016:

- Proposta n.º 2/PAM/2016 - Eleição de Representante da AML para o Conselho Consultivo do Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa, em substituição do Deputado Municipal André Moz Caldas, que renunciou a este cargo, nos termos da Proposta n.º 2/PAM/2016.

Subscrita pela Senhora Presidente da AML.

Foi eleita a Senhora Deputada Municipal Ana Sofia Soares de Oliveira Dias, com a seguinte votação:

Resultado apurado:

- Votantes: 62;
- Votos a favor: 50;
- Votos contra: 5;
- Abstenções: 6;
- Votos brancos: 1;
- Votos nulos: 0.

PROPOSTA N.º 2/PAM/2016

Considerando que o Senhor Deputado Municipal André Moz Caldas foi eleito na reunião de Plenário da Assembleia Municipal de Lisboa, realizada em 24 de junho de 2014, ao abrigo da alínea b) do n.º 1 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 188/2003, de 20 de agosto, para integrar, na qualidade de vogal, o Conselho Consultivo do Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa;

Considerando que através de carta dirigida à Senhora Presidente da Assembleia Municipal, vem o Senhor Deputado Municipal, no dia 10 de dezembro de 2015, manifestar a sua vontade em renunciar ao exercício efetivo do referido cargo;

Considerando que o ato de renúncia é uma declaração unilateral de vontade dirigida à entidade a quem tem que ser comunicada, produzindo os seus efeitos de forma automática, a partir do momento em que chega ao conhecimento da entidade competente para a receber, não carecendo, por esse motivo, de um ato de aceitação por parte da mesma;

Considerando que o mandato dos membros do Conselho Consultivo do Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa tem a duração de três anos e que efetivada a renúncia se torna necessário garantir a manutenção da representação da Assembleia Municipal de Lisboa no referido órgão de consulta, até ao respetivo término;

Considerando o disposto no n.º 4 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 188/2003, de 20 de agosto, na sua redação atual, o qual prevê a substituição, a todo o tempo, dos membros do Conselho Consultivo, pelas entidades que os designaram ou elegeram;

Considerando que, não obstante ter sido acordado em sede de Conferência de Representantes, realizada em 3 de dezembro de 2013 que a designação de candidatos a representantes externos da Assembleia Municipal de Lisboa deveria seguir o Método de Hondt de acordo com a respetiva composição, na presente situação, se trata de uma substituição, o que afasta a obrigatoriedade de aplicação do referido Método;

Proponho, ao abrigo da alínea b) do n.º 1 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 188/2003, de 20 de agosto, na sua redação atual, da alínea k) do n.º 2 do artigo 25.º e do artigo 55.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como da alínea b) do n.º 1 do artigo 66.º do Regimento da Assembleia Municipal, na sua redação atual, que a Assembleia Municipal, delibere eleger, através de escrutínio secreto, o Representante da Assembleia Municipal de Lisboa para integrar o Conselho Consultivo do Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa, indicado pelo Grupo Municipal do PS.

O documento encontra-se disponível, para consulta, no site (<http://www.am-lisboa.pt/301000/1/004189.000344/index.htm>).

- Deliberação n.º 17/AML/2016:

Tema 5 - Descentralização e Obras Municipais

Subtema - Descentralização para as Freguesias

- Recomendação n.º 1/91 - Retificada - Resultante do Parecer das 1.ª e 5.ª Comissões Permanentes sobre a Proposta n.º 777/CM/2015.

Subscrita pelas 1.ª e 5.ª Comissões Permanentes.

Aprovada por unanimidade.

RECOMENDAÇÃO N.º 1/91 (1.ª e 5.ª CP)

Sobre a Proposta n.º 777/CM/2015

5.º Relatório de Monitorização do processo da Reforma Administrativa de Lisboa

Tendo em conta parecer conjunto das 1.ª e 5.ª Comissões Permanentes sobre o 5.º Relatório de Monitorização do processo da Reforma Administrativa de Lisboa, submetido pela Câmara à Assembleia Municipal através da Proposta n.º 777/CM/2015, as Comissões propõem ao Plenário que aprove as seguintes conclusões e recomendações à Câmara:

I - Conclusões:

1.1 - Em cumprimento da Recomendação n.º 4, ínsita no 3.º Relatório de Monitorização da Reorganização Administrativa, foi já subscrita a totalidade dos Acordos de alargamento aos funcionários das Juntas de Freguesia, as garantias e regalias dos Serviços Sociais da Câmara Municipal de Lisboa;

1.2 - Em cumprimento da Recomendação n.º 1, ínsita no 3.º Relatório de Monitorização da Reorganização Administrativa, foi já produzido o 1.º e 2.º volume do Guia do Município, publicitado no sítio da Câmara Municipal de Lisboa desde 31 de dezembro de 2015;

1.3 - Estão ainda por resolver as questões relativas às Recomendações n.ºs 5, 6 e 7 do mesmo Relatório, onde se determinava:

«1 - A intensificação dos esforços de resolução das situações de instalações insuficientes das Freguesias em condições adequadas de dignidade e de representação»;

«2 - O apoio às Freguesias para a substituição progressiva dos materiais e equipamentos transferidos que se revelaram defeituosos ou obsoletos e constituição de equipa interna do Município para manutenção e atualização dos recursos disponibilizados e sustentação técnica das equipas de desenvolvimento de aplicações, nas Freguesias»;

«3 - O estabelecimento de um conjunto de indicadores de base quantitativa, de aferição da capacitação das Freguesias, consensualizado entre estas e a Câmara Municipal de Lisboa».

1.4 - Estão igualmente por resolver as questões relativas às Recomendações alinhadas nos n.ºs 1, 2, 3, 4 e 5 do 4.º Relatório de Monitorização da Reorganização Administrativa, onde se instava a que a Câmara Municipal:

«4 - Proceda à definição urgente de metodologias relativamente a áreas de atividade cujas responsabilidades de realização se encontram ainda difusas, como seja na limpeza de zonas pedonais, sistemas de drenagem, áreas expectantes específicas e apoio a eventos da iniciativa de munícipes a título individual ou coletivo»;

«5 - Concretize a manutenção evolutiva e corretiva das aplicações informáticas cedidas e instaladas nas Juntas de Freguesia»;

«6 - Apoie as Freguesias na substituição progressiva dos materiais e equipamentos transferidos que se revelaram defeituosos ou obsoletos e constituição de equipa interna do Município para manutenção e atualização dos recursos disponibilizados e sustentação técnica das equipas de desenvolvimento de aplicações nas Freguesias»;

«7 - Estabeleça um conjunto de indicadores de base quantitativa, de aferição da capacitação das Freguesias, consensualizado entre estas e a Câmara Municipal de Lisboa»;

«8 - Adote um modelo base, normalizado e uniformizado para os Contratos interadministrativos estabelecidos entre a Câmara e as Juntas, para competências em obras a realizar em áreas estruturantes da cidade, incrementando essa prática de forma equitativa»;

«9 - Aclare definitivamente o conceito de obra estruturante»;

«10 - Assegure que os Formulários, Regulamentos e outras formas de normalização técnica e administrativa que a Câmara produza, se aplicam exclusivamente às áreas de governação partilhada com as Juntas de Freguesia ou da única competência da Câmara Municipal de Lisboa».

1.5 - Mantém-se por outro lado, e ainda, a situação de excessiva concentração de responsabilidades executivas nos Presidentes de Junta, não tendo ocorrido desenvolvimentos na questão das alterações ao Estatuto dos Eleitos Locais, no sentido de permitir mais um tempo inteiro para um membro da Junta de Freguesia, atuando com competências delegadas pelo Presidente.

II - Recomendações à Câmara Municipal de Lisboa:

A apreciação deste 5.º Relatório de Monitorização suscita, além das Recomendações definidas nos pontos 1 a 10 das Conclusões acima referidas, a necessidade de a Assembleia Municipal aprovar as Recomendações adicionais à Câmara de Lisboa:

2.1 - Atenda ao risco de as Juntas de Freguesia, no quadro da sua autonomia, se encontrem obrigadas por razões de eficiência e por falta de cumprimento das ações referidas na Recomendação n.º 5 acima, ao desenvolvimento de aplicações informáticas próprias, coibindo a concretização futura de uma gestão abrangente e estabeleça uma equipa interna da Câmara, de apoio permanente à qualidade e integração dos sistemas de informação das autarquias da cidade;

2.2 - Produza e distribua à população para melhor e mais completa informação, sob critério idêntico ao adotado aquando da apresentação das circunstâncias na Reforma Administrativa, o Guia do Município em suporte papel, eventualmente sob a forma de prospeito ou volante;

2.3 - Promova, de preferência durante o 1.º Semestre de 2016, a efetivação de um Inquérito geral aos Agentes políticos e administrativos da cidade e à população de Lisboa, sobre a perceção dos resultados da Reforma Administrativa de Lisboa;

2.4 - Complete com brevidade a transferência dos processos de licenciamento para as Freguesias;

2.5 - Implemente com o acordo das Juntas de Freguesia a transferência para a gestão das Freguesias de mais equipamentos de índole cultural ou de outra tipologia, como adequado às suas competências próprias;

2.6 - Clarifique, em conjunto com as Freguesias de Lisboa, a fronteira entre as obras de natureza estruturante e não estruturante, como referidas na Recomendação n.º 9, eventualmente através de uma Proposta à Assembleia Municipal de Lisboa, originando a Deliberação n.º 6/AML/2014, resultante da aprovação da nova Proposta n.º 4/CML/2014, baseada na Recomendação n.º 4/09, de 2014, produzida por consenso alargado sobre as Propostas n.ºs 915/2013 e 916/2013;

2.7 - Atente em que a Lei do Orçamento de Estado para 2015 impede através do n.º 2 do artigo 62.º que outras entidades além de certos Municípios, aumentem a despesa com o pessoal e também que a Câmara Municipal deixou de satisfazer completamente as necessidades de transição de pessoal especializado como requerido pelas Freguesias, diligencie junto da Assembleia da República no sentido de permitir a abertura por estas dos procedimentos concursais para admissão do pessoal necessário ao cumprimento das suas missões, como previsto na Lei n.º 56/2012, de 08/11 e na Lei n.º 85/2015, de 07/08;

- 2.8 - Conceda especial atenção à necessidade de consciencialização dos diversos Serviços Municipais das novas competências das Juntas, permitindo a rápida assimilação da legitimidade executiva e administrativa das Freguesias;
- 2.9 - Proceda ao reajustamento dos recursos financeiros disponíveis nas Juntas de Freguesia e que prejudicam o seu equilíbrio orçamental;
- 2.10 - Diligencie no sentido de se promoverem as alterações ao Estatuto dos Eleitos Locais, no sentido de permitir mais um tempo inteiro para um membro da Junta de Freguesia, bem como a possibilidade do Presidente delegar competências, procurando assim resolver a situação de excessiva concentração de responsabilidades executivas nos Presidentes de Junta.

O documento encontra-se disponível, para consulta, no site (<http://www.am-lisboa.pt/302000/1/004219,000073/index.htm>).

- Deliberação n.º 18/AML/2016:

- Proposta n.º 713/CM/2015 - Delegação de competências entre o Município e a Freguesia de Santa Clara, para a requalificação do polidesportivo das Galinheiras, nos termos da proposta.

Subscrita pelo Sr. Vereador Jorge Máximo.

Votação na CML: Aprovada por unanimidade.

Votação na AML: Aprovado por maioria, com a seguinte votação: Favor - PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, MPT, PAN, PNPN e 5 Independentes; e Abstenção - PEV.

PROPOSTA N.º 713/2015

(Com nova redação, atualizada, do ponto 2 da parte deliberativa, que substitui a anterior)

Aprovar e submeter à Assembleia Municipal a celebração de Contrato de Delegação de Competências entre o Município de Lisboa e a Freguesia de Santa Clara, bem como aprovar a respetiva Minuta de Contrato - Requalificação do Polidesportivo das Galinheiras

Pelouros: Obras Municipais e Desporto (Vereadores Manuel Salgado e Jorge Máximo).

Serviços: Direção Municipal de Projetos e Obras e Departamento da Atividade Física e do Desporto

Considerando que:

- 1 - O Município de Lisboa dispõe de atribuições nos domínios dos equipamentos urbanos, de tempos livres e do desporto, da saúde e da promoção do desenvolvimento, nos termos do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- 2 - Para o desenvolvimento das atribuições em causa é da competência da Câmara Municipal de Lisboa, órgão executivo, a criação e construção de instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes,

de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do Município ou colocados por lei sob a administração municipal, conforme estipulado na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

3 - O Polidesportivo das Galinheiras tem uma área aproximada de 968 m² e situa-se na Estrada Militar, freguesia de Santa Clara;

4 - Na sua área de influência encontram-se dois estabelecimentos de ensino, a EB 1 Maria de Luz Deus Ramos, na Estrada Militar em parcela contígua a sul, e a EB 2.3 das Galinheiras, na Rua Maluda, cerca de 110 m em linha reta;

5 - Nesta freguesia se encontram algumas entidades do movimento associativo desportivo designadamente as seguintes: Associação Recreativa Pescadores da Musgueira Norte, Centro de Atletismo das Galinheiras, Centro de Cultura e Desporto - Judo Clube de Lisboa, Clube Desportivo do Reguengo, Grupo Desportivo Águias da Charneca, Grupo Desportivo e Recreativo Tunelense, Grupo Recreativo Pescadores da Torrinha, União Desportiva da Alta de Lisboa;

6 - De todas estas entidades que se encontram na área de influência do Polidesportivo, o Centro de Atletismo das Galinheiras, é o que se encontra mais próximo - cerca de 190 m para norte;

7 - Tendo em conta a Carta Desportiva Municipal de Lisboa, aprovada em 2010, a área desportiva útil na freguesia de Santa Clara (que resulta da fusão das Freguesias da Ameixoeira e da Charneca) é de 1,05 m² por habitante (valor calculado a partir da média da área desportiva útil das freguesias da Ameixoeira e da Charneca, respetivamente, 1,24 m² e 0,85 m²);

8 - Tendo em conta que a área desportiva útil média de Lisboa é de 1,61 m² por habitante, esta freguesia encontra-se deficitária, pelo que é de preservar as instalações desportivas existentes;

9 - A necessidade de proceder à requalificação do Polidesportivo das Galinheiras, na medida em que as instalações de apoio foram demolidas dado o seu elevado estado de degradação e o pequeno campo de jogos carece de algumas intervenções;

10 - O Departamento da Atividade Física e do Desporto procedeu à realização de alguns estudos que tinham como objetivo essencial encontrar uma solução adaptada às condições do local e à racionalização dos recursos financeiros;

11 - Dos estudos realizados e após consulta à Junta de Freguesia de Santa Clara, concluiu-se que a solução que permite a prática de desportos coletivos e individuais será a de implantação de um mini campo tipo «AGORESPACE» de 30 m x 15, sem cobertura, com pista recreativa de atletismo com implantação standard com 2 ou 3 corredores;

12 - Este mini campo permite a prática de futebol, basquetebol, andebol, hóquei em relva, voleibol, badminton, futevôlei e ténis;

13 - A pista de atletismo periférica ajuda a ampliar as áreas de jogo, bem como as atividades, permitindo a prática da corrida, patins e bicicleta;

- 14 - Esta solução teve em consideração a atividade desportiva dos clubes e coletividades que se encontram na área de influência do Polidesportivo, já supra identificadas e em particular, a proximidade da Escola Básica Maria da Luz de Deus Ramos e do Centro de Atletismo das Galinheiras;
- 15 - O orçamento estimado para a implementação do mini campo, de acordo com os orçamentos apresentados, ronda os 100 000 euros (cem mil euros);
- 16 - A Junta de Freguesia de Santa Clara se disponibilizou para proceder às intervenções necessárias à requalificação do Polidesportivo das Galinheiras, por entender existir interesse, relevância e prioridade na requalificação do equipamento em apreço;
- 17 - A Junta de Freguesia de Santa Clara tem uma menor dispersão de recursos, o que lhe permite uma maior celeridade no lançamento, acompanhamento e gestão dos procedimentos;
- 18 - A Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, veio estabelecer o Regime Jurídico da Delegação de Competências dos Municípios nas Freguesias, determinado que tais delegações devem ter por escopo a promoção da coesão territorial, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis, bem como que as mesmas devem ser formalizadas mediante a celebração de contratos interadministrativos;
- 19 - Tais contratos, nos termos dos artigos 115.º e 122.º do mesmo diploma legal, deverão prever os recursos humanos, patrimoniais e financeiros necessários e adequados ao exercício das competências delegadas;
- 20 - A presente proposta de contratualização respeita os princípios gerais consagrados no artigo 121.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, entre outros, a prossecução do interesse público e necessidade e suficiência de recursos;
- 21 - De acordo com o quadro legal supra enunciado e, atento ainda o espírito da Recomendação n.º 1/454, aprovada pela Assembleia Municipal, em 27 de janeiro de 2015, as propostas de delegação de competências em Juntas de Freguesia, são instruídas com os estudos previstos no n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- 22 - Nessa medida foi elaborado pelos Serviços Municipais um estudo, como previstos pelos dispositivos legais supracitados, ora anexo, que se dá aqui integralmente reproduzido para os devidos efeitos;
- 23 - A Câmara Municipal pode submeter à Assembleia Municipal, para efeitos de autorização, propostas de celebração de contratos de delegação de competências, nos termos previstos na alínea m) do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

- 24 - Compete à Assembleia Municipal, nos termos da alínea k) do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia;
- 25 - Em desenvolvimento de tal desiderato, nos termos legais supra referidos, dever-se-á, também, promover toda a informação que permita o seu acompanhamento na periodicidade acordada do processo de delegação de competências subjacente;
- 26 - No âmbito das competências atribuídas por força do disposto nos artigos 16.º e 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, vertido na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e, após autorização dos órgãos deliberativos competentes, nomeadamente Assembleia Municipal e Assembleia de Freguesia, pretendem a Freguesia de Santa Clara e o Município contratualizar a delegação de competências para proceder à realização das obras necessárias à reabilitação do Polidesportivo das Galinheiras, com o objetivo de requalificar esta estrutura para dar condições necessárias a este espaço no sentido de aumentar a oferta desportiva na freguesia.

Assim, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Lisboa delibere, nos termos das disposições conjugadas no artigo 23.º, na alínea k) do artigo 25.º e alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º, todos do Regime Jurídico das Autarquias Locais e do artigo 116.º e seguintes do Regime da Transferência de Competências, ambos aprovados pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e publicados no Anexo I à mesma Lei:

- 1 - Aprovar e submeter à Assembleia Municipal a celebração, para o período do presente mandato, do Contrato de Delegação de Competências entre o Município de Lisboa e a Freguesia de Santa Clara, para proceder aos trabalhos de requalificação do Polidesportivo das Galinheiras;
- 2 - Autorizar a afetação dos recursos financeiros para o efeito, mediante a transferência de verba para a referida Freguesia a quantia de 100 000 euros (cem mil euros), despesa enquadrada na Rubrica Económica 08.05.01.01.01, no Plano de Atividades C4.P010.13 (Rede Municipal de Polidesportivos) da Orgânica N18.02, conforme documento em anexo;
- 3 - Aprovar a respetiva Minuta do Contrato de Delegação de Competência entre o Município de Lisboa e a Freguesia de Santa Clara, em anexo, que faz parte para todos os efeitos legais da presente proposta.

CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

Entre:

MUNICÍPIO DE LISBOA, pessoa coletiva n.º 500 051 070, com sede na Praça do Município, concelho de Lisboa, neste ato representado pelos senhores Vereadores dos Pelouros das Obras Municipais e do Desporto, Manuel Salgado e Jorge Máximo, com competência delegada e subdelegada através do despacho n.º 42/P/2015, de 21 de maio, publicado no 4.º suplemento ao Boletim Municipal n.º 110, de 28 de maio de 2015, e adiante designado por **Primeira Outorgante**,
E

FREGUESIA DE SANTA CLARA, pessoa coletiva n.º 510 856 977, com sede no Largo do Ministro n.º 1, concelho de Lisboa, aqui representada pela Presidente da Junta de Freguesia de Santa Clara, Maria da Graça Ferreira, com poderes para intervir no ato e adiante designada por **Segunda Outorgante**,

Considerando que:

- a) O Município de Lisboa dispõe de Atribuições nos domínios dos equipamentos urbanos, de tempos livres e do desporto, da saúde e da promoção do desenvolvimento, nos termos do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- b) Para o desenvolvimento das atribuições em causa é da competência da Câmara Municipal de Lisboa, órgão executivo, a criação e construção de instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei sob a administração municipal, conforme estipulado na alínea ee), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- c) O Polidesportivo das Galinheiras tem uma área aproximada de 968 m² e situa-se na Estrada Militar, freguesia de Santa Clara;
- d) Na sua área de influência encontram-se dois estabelecimentos de ensino, a EB 1 Maria de Luz Deus Ramos, na Estrada Militar em parcela contígua a sul, e a EB 2.3 das Galinheiras, na Rua Maluda, cerca de 110 m em linha reta.
- e) Se verificou a necessidade de proceder à requalificação do Polidesportivo das Galinheiras, na medida em que as instalações de apoio foram demolidas dado o seu elevado estado de degradação e o pequeno campo de jogos carece de algumas intervenções;
- f) O Departamento da Atividade Física e do Desporto procedeu à realização de alguns estudos que tinham como objetivo essencial encontrar uma solução adaptada às condições do local e à racionalização dos recursos financeiros;

- g) Dos estudos realizados e após consulta à Junta de Freguesia de Santa Clara, concluiu-se que a solução que permite a prática de desportos coletivos e individuais será a de implantação de um mini campo tipo "AGORESPACE" de 30mx15, sem cobertura, com pista recreativa de atletismo com implantação *standard* com 2 ou 3 corredores.
- h) Este mini campo permite a prática de futebol, basquetebol, andebol, hóquei em relva, voleibol, badminton, futevólei e ténis;
- i) A pista de atletismo periférica ajuda a ampliar as áreas de jogo, bem como as atividades, permitindo a prática da corrida, patins e bicicleta;
- j) Esta solução teve em consideração a atividade desportiva dos clubes e coletividades que se encontram na área de influência do Polidesportivo, já supra identificadas e em particular, a proximidade da Escola Básica Maria da Luz de Deus Ramos e do Centro de Atletismo das Galinheiras;
- k) O orçamento estimado para a implementação do mini campo de acordo com os orçamentos apresentados ronda os 100.000,00 € (cem mil euros);
- l) A Junta de Freguesia de Santa Clara se disponibilizou para proceder às intervenções necessárias à requalificação do Polidesportivo das Galinheiras, por entender existir interesse, relevância e prioridade na requalificação do equipamento em apreço;
- m) A Junta de Freguesia de Santa Clara tem uma menor dispersão de recursos, o que lhe permite uma maior celeridade no lançamento, acompanhamento e gestão dos procedimentos;
- n) A Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, veio estabelecer o Regime Jurídico da Delegação de Competências dos municípios nas freguesias, determinado que tais delegações devem ter por escopo a promoção da coesão territorial, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis, bem como que as mesmas devem ser formalizadas mediante a celebração de contratos interadministrativos;
- o) No âmbito das competências atribuídas por força do disposto nos artigos 16.º e 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, vertido na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e, após autorização dos órgãos deliberativos competentes, nomeadamente Assembleia Municipal e Assembleia de Freguesia, pretendem a Freguesia de Santa Clara e o Município contratualizar a delegação de competências para proceder à Requalificação do Polidesportivo das Galinheiras, no sentido de aumentar a oferta desportiva na freguesia;

É celebrado o presente Contrato de delegação de competências, nos termos e para os efeitos previstos no artigo n.º 116.º e seguintes do Regime da Delegação de Competências, consubstanciado na alínea c), do n.º 1 da Lei n.º 75.º, de 12 de setembro e publicado em anexo I à mesma lei, o qual se rege pelas seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira

Objeto

1. Pelo presente contrato, a **Primeira Outorgante** delega na **Segunda Outorgante** as competências para promover a requalificação do Polidesportivo das Galinheiras com vista ao incremento da oferta desportiva na freguesia.
2. A requalificação concretiza-se na implantação de um minicampo tipo “AGORESPACE” de 30mx15, sem cobertura, com pista recreativa de atletismo com implantação *standard* com 2 ou 3 corredores, o qual permitirá a prática das seguintes modalidades: futebol, basquetebol, andebol, hóquei em relva, voleibol, badminton, futevólei e ténis;

Cláusula Segunda

Objetivo da delegação de competência

1. A delegação de competência prevista na cláusula anterior tem como objetivo a melhoria das condições para a prática física e desportiva na cidade e consequentemente, dos serviços prestados na área da Freguesia de Santa Clara e a racionalização dos recursos disponíveis para o efeito;
2. A delegação de competências teve também em consideração a proximidade da Escola Básica Maria da Luz de Deus Ramos e do Centro de Atletismo das Galinheiras.

Cláusula Terceira

Competências da Primeira Outorgante

Competirá à **Primeira Outorgante**:

- a) Prestar todo o apoio técnico necessário na elaboração das peças de concursos e/ou procedimentos administrativos necessários à realização da Obra de requalificação do Polidesportivo das Galinheiras;
- b) Acompanhar a execução da Obra mediante a apreciação das informações e elementos facultados pela **Segunda Outorgante**;
- c) Cumprir a afetação dos recursos financeiros;
- d) No caso de ser aplicável ao caso em apreço e cumprindo os formalismos necessários para o efeito, diligenciar pela isenção da **Segunda Outorgante** do pagamento das taxas municipais devidas pelo licenciamento das operações urbanísticas necessárias à obra de requalificação, nos termos previstos no Regulamento Municipal de Taxas Relacionadas com a Atividade Urbanística e Operações conexas ou, em qualquer outro diploma Municipal que venha a regulamentar a presente matéria;

- e) Instruir os procedimentos, após requerimento próprio entregue pela **Segunda Outorgante**, tendentes à isenção das taxas no que respeita às obras de Reabilitação do Polidesportivo das Galinheiras, nos termos previstos no Regulamento Municipal de Taxas Relacionadas com a Atividade Urbanística e Operações Conexas ou em qualquer outro diploma municipal que venha a regulamentar a presente matéria.

Cláusula Quarta

Competências Delegadas na Segunda Outorgante

No exercício das competências delegadas nos termos da Cláusula Primeira do presente Contrato, competirá à **Segunda Outorgante**:

- a) Proceder à elaboração dos projetos, peças desenhadas, escritas e procedimentos com vista à abertura dos concursos públicos ou procedimentos administrativos necessários à realização das obras de requalificação e reabilitação dos equipamentos, de acordo com o estudo elaborado pela **Primeira Outorgante**;
- b) Proceder à adjudicação das empreitadas e celebração dos contratos necessários e relativos à obra de Requalificação do Polidesportivo das Galinheiras;
- c) Comunicar à **Primeira Outorgante** a data de início dos trabalhos de construção objeto do presente contrato;
- d) Proceder, na qualidade de dono de obra, à fiscalização da empreitada relativa à Intervenção;
- e) Promover todas as ações que garantam o cumprimento das condições contratadas, bem como a execução pontual das Obras;
- f) Assegurar o cumprimento das boas regras de arte na execução dos trabalhos de construção, independentemente dos mesmos serem realizados por meios próprios e ou subcontratados;
- g) Informar por escrito a **Primeira Outorgante** sempre que sofra atrasos na execução dos trabalhos objeto do presente contrato, em virtude de qualquer facto imputável a terceiros, a fim de aquela ficar habilitada a tomar as providências que estejam ao seu alcance;
- h) Assumir a reparação e a indemnização de todos os prejuízos que, por motivos que lhe sejam imputáveis e que resultem da própria natureza dos trabalhos, sejam sofridos por terceiros, em consequência do seu modo de execução, da atuação dos funcionários e do deficiente comportamento ou da falta de segurança, de materiais e equipamentos;
- i) Assumir todos os danos causados no decorrer da execução dos trabalhos objeto do presente contrato pelo seu pessoal, quer aqueles sejam de natureza humana ou material, devendo reparar com urgência e à sua custa, os danos que venham a ocorrer. Qualquer ocorrência desta natureza deverá ser comunicada por escrito ao serviço responsável, para que seja registada;

- j) Realizar os trabalhos objeto do presente contrato previstos sem qualquer quebra de continuidade ou qualidade da execução dos mesmos ainda que, para tal, tenha de recorrer a situações alternativas;
- k) Fornecer todo o equipamento, máquinas, combustíveis, lubrificantes, ferramentas e utensílios necessários à boa execução dos trabalhos;
- l) Executar alterações necessárias aos traçados de redes de concessionárias de infraestruturas;
- m) Cooperar com a **Primeira Outorgante** no acompanhamento e controlo do exato e pontual cumprimento do presente contrato, prestando todas as informações necessárias à sua boa execução;
- n) Apresentar relatórios mensais de progresso de execução dos trabalhos desenvolvidos no âmbito do objeto do presente contrato;
- o) Facultar todos os elementos contabilísticos ou outros que venham a ser solicitados pela **Primeira Outorgante** no âmbito do presente contrato;
- p) Aplicar e administrar, de boa-fé e no estrito cumprimento da lei e dos regulamentos aplicáveis, os recursos financeiros, tendo em conta o objeto do presente contrato.

Cláusula Quinta

Obrigações da Segunda Outorgante

1. A **Segunda Outorgante** obriga-se a, caso venha a descentralizar a gestão da instalação desportiva, celebrar os instrumentos jurídicos aplicáveis, nomeadamente, contratos-programa de desenvolvimento desportivo.
2. Os instrumentos jurídicos aplicáveis a ser celebrados nos termos definidos no número anterior, devem garantir o cumprimento das premissas básicas do projeto desportivo quer da freguesia, quer do município, bem como respeitar os limites dos preços aplicáveis de acordo com o Regulamento Geral de Taxas, Preços e Outras Receitas do Município de Lisboa em vigor.

Cláusula Sexta

Recursos Financeiros

1. Os recursos financeiros necessários ao exercício das competências delegadas de acordo com o presente contrato são fixados nos seguintes termos:
 - a) Transferência de 100.000,00€ (cem mil euros) para a obra de Requalificação do Polidesportivo das Galinheiras, dos quais 50.000,00€ (cinquenta mil euros) no ano de 2015, montante que terá enquadramento orçamental na orgânica N18.02, na Rubrica Económica 08.05.01.01, Plano de Atividades C4.P010.13 (Rede Municipal de Polidesportivos), com o cabimento n.º 5315007364 a transferir após a outorga do presente Contrato;

b) No ano de 2016 transferência dos restantes 50.000,00 € (cinquenta mil euros), após a entrega do relatório final de execução física e financeira da Obra, com os respetivos comprovativos de despesa.

2. As verbas a transferir no âmbito da alínea b), do número anterior da presente cláusula serão objeto de revisão em função dos comprovativos de despesa apresentados, não podendo as mesmas exceder, em caso algum, o limite fixado nessa alínea.

Cláusula Sétima

Auditoria e Fiscalização da Execução do Contrato

1. As Obra de Requalificação do Polidesportivo das Galinheiras objeto do presente Contrato fica sujeitas a auditoria, a realizar pelo Departamento de Auditoria da Câmara Municipal de Lisboa, devendo a **Segunda Outorgante** disponibilizar toda a informação e documentação julgada adequada e oportuna para o efeito.
2. A execução do presente contrato será avaliada, a todo o tempo e de forma contínua, pelos respetivos serviços municipais que, para o efeito, promoverão, caso necessário, reuniões conjuntas com a Junta de Freguesia e realizarão visitas aos locais a que se refere o Contrato.

Cláusula Oitava

Modificação, Revogação e Resolução

1. O presente Contrato pode ser modificado ou revogado, a qualquer tempo, por acordo entre as partes.
2. O presente Contrato pode ser modificado, unilateralmente, por qualquer uma das partes com fundamento invocado em razões de interesse público ou alteração anormal das circunstâncias, nos termos legalmente aplicáveis, devendo a modificação revestir a forma escrita.
3. O presente Contrato pode ser resolvido por qualquer uma das partes, nos seguintes casos:
 - a) Por incumprimento definitivo por facto imputável a um dos **Outorgantes**;
 - b) Por razões de interesse público devidamente fundamentado ou alteração anormal e imprevisível das circunstâncias.

Cláusula Nona

Entrada em Vigor e Período de Vigência

1. O presente Contrato entra em vigor na data da sua assinatura pela Partes.
2. O período de vigência será coincidente com a duração do mandato da Câmara Municipal de Lisboa.

Cláusula Décima

Disposições Finais

Nos termos do n.º 3, do artigo 5.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e n.º 3 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, ao presente Contrato foi atribuído compromisso número e a Declaração de Fundos Disponíveis (DFD) número/2015.

Depois de lido em voz alta, as Partes Outorgantes declararam ter plena noção e compreensão do seu conteúdo, sendo claro para ambas os direitos e deveres de cada uma das partes, como tal, vai ser assinado.

O presente Contrato-Programa foi celebrado em Lisboa, em de de 2015, ficando cada uma das partes outorgantes na posse de um exemplar.

A Primeira Outorgante

O Vereador do Pelouro do Desporto

(Jorge Máximo)

A Segunda Outorgante

A Presidente da Junta de Freguesia de Santa Clara

(Maria da Graça Ferreira)

ESTUDO RELATIVO AO PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE LISBOA E A FREGUESIA DE SANTA CLARA

(Requalificação do Pequeno Campo de Jogos das Galinheiras)

ENQUADRAMENTO:

O pequeno campo de jogos das Galinheiras encontra-se situado nas Galinheiras, antiga Junta de Freguesia da Charneca, e foi em tempos gerido pelo Grupo Recreativo das Galinheiras, que deixou de ter atividade desportiva, tendo a gestão do espaço passado para a JF da Charneca em 2012.



Foto do Pequeno campo de Jogos das Galinheiras antes das demolições.

Em 2013, o Departamento de Atividade Física e do Desporto (DAFD), à data Departamento de Desporto (DD), analisou o local, tendo considerado que a área desportiva do pequeno campo de jogos das Galinheiras se encontrava em relativo bom estado de conservação, sem anomalias estruturais graves e

passível de uma ação de requalificação ligeira, o mesmo não acontecendo com as instalações de apoio ao campo, totalmente danificadas e desmanteladas

À data não se vislumbrou qualquer hipótese de gestão deste pequeno campo de jogos por parte das associações desportivas da zona, tendo sido superiormente entendido, com a concordância da Sr.^a Presidente da, à data, Junta de Freguesia da Charneca, que qualquer intervenção a promover neste espaço desportivo deveria ser executada de forma a tornar a instalação mais aberta e a permitir a sua utilização pela população mesmo porque à data os edifícios de apoio eram utilizados por sem abrigo. Face a este cenário, foi realizada a demolição de todos os edifícios de apoio e do muro exterior a poente (confinante com a Estrada Militar) através de uma empreitada da Divisão de Gestão de Equipamentos Norte da Unidade de Intervenção Territorial Norte (UITN_DGEN).

Esta intervenção resolveu os problemas de isolamento e de intrusão do espaço bem como os problemas com a passagem entre a escola primária nº 185 - Escola Maria da Luz Deus Ramos.

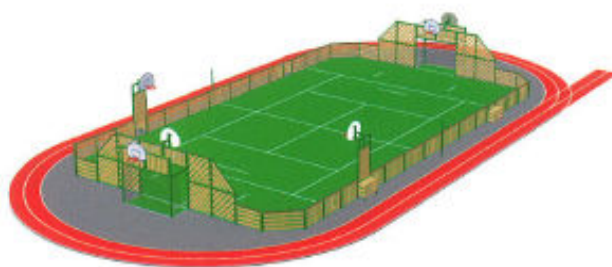
Desde 2012 que o DAFD tem vindo a tentar encontrar soluções adequadas, viáveis e consensuais com a Junta de Freguesia de Santa Clara, que conseguissem responder às necessidades da população.

PROPOSTA ATUAL:

A proposta actual para a requalificação da área do pequeno campo de jogos, preconizada em conjunto com a Junta de Freguesia de Santa Clara e o DAFD, considera a instalação de um equipamento para desportos coletivos e individuais, do tipo minicampo “Agorespace” com 30m de comprimento por 15m de largura, sem cobertura, com pista recreativa de atletismo (implantação standard, com 2 ou 3 corredores) na periferia do campo.

Este minicampo permitirá a prática de futebol, basquetebol, andebol, hóquei em relva, voleibol, badminton, futvolei e ténis.

A pista de atletismo periférica permitirá ampliar as áreas de jogo, bem como as atividades, possibilitando a prática de corrida, a utilização de patins e bicicleta.



Face à previsão de realização das supra referidas obras, a Junta de Freguesia de Santa Clara mostrou disponibilidade de realizar as mesmas, beneficiando assim os fregueses e a população em geral com a antecipação da execução da dita obra.

ÂMBITO DO ESTUDO:

De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 115º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, aplicável aos contratos de delegação de competências outorgados entre os municípios e as freguesias por força do disposto no artigo 122º do citado diploma legal, compete aos contraentes públicos promover os estudos necessários à demonstração do cumprimento dos requisitos constantes nas alíneas a) a e) do referido artigo.

Por força da Recomendação nº1/54, aprovada em Assembleia Municipal, em 27 de Janeiro de 2015, as propostas de delegações de competências em Juntas de Freguesias, deverão ser instruídas com os estudos previstos acima mencionados, cuja análise e verificação foi feita nos seguintes termos:

DEMONSTRAÇÃO DOS REQUISITOS PREVISTOS NO N.º 3 DO ARTIGO 115º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO:

Alínea a)

Não aumento da despesa Pública:

A obra de requalificação da área do pequeno campo de jogos já se encontrava em estudo desde 2012 e considerada nos orçamentos do Departamento, pelo que a delegação destes trabalhos na Junta de Freguesia não produzirá qualquer aumento na despesa pública global do Município. Os serviços da CML /DAFD realizaram uma consulta de mercado tendo-se obtido o valor estimado indicado no **Quadro I**, que se anexa, que seria o montante a disponibilizar pelo Município para a realização desta obra.

Acresce que haverá, ao invés, uma efectiva diminuição da afectação dos recursos humanos do Município a este processo, designadamente ao nível da contratação pública da empreitada.

Alínea b)

Aumento da eficiência da gestão dos recursos pelas autarquias locais:

Com a presente proposta haverá uma melhoria dos serviços prestados na área da Freguesia de Santa Clara, com consequente racionalização dos recursos disponíveis para o efeito.

Alínea c)

Ganhos de eficácia do exercício das competências pelos órgãos das autarquias locais:


A Junta de Freguesia tem uma menor dispersão de recursos e melhor conhecimento das necessidades de intervenção, o que lhe proporciona uma maior celeridade no lançamento, acompanhamento e gestão do procedimento concursal.


Alínea e)

Articulação entre os diversos níveis de administração pública:

A presente proposta foi articulada entre a Câmara Municipal de Lisboa e a Junta de Freguesia de Santa Clara, no âmbito das suas competências.

QUADRO I
(Orçamento estimativo dos trabalhos)

<div style="display: flex; justify-content: space-between; align-items: center;"> <div style="text-align: left;">  </div> <div style="text-align: center;"> LISTA DE PREÇOS UNITÁRIOS </div> <div style="text-align: right;"> PSS067-15 Minicampo Agorespace 20 Outubro 2015 Pág. 1 de 4 </div> </div>					
Item	Descrição	Unit	Quant.	Preços em Euros	
				Preço Un.	TOTAL
1.	AGORESPACE MB2 450 COM PISTA REDUZIDA DE ATLETISMO				
1.1	TRABALHOS PRÉVIOS				
1.1.1	Montagem e desmontagem de estaleiro, confirmação da Topografia, vedação provisoria da obra e Plano de Saude e Segurança.	vg	1	14.634,20	14.634,20
1.2	MOVIMENTO DE TERRAS				
1.2.1	Regularização do terreno existente, incluindo compactação e modelação do terreno resultante com pendentes de 0,05% no sentido transversal do polidesportivo. (NOTA: Não se incluem trabalhos de terraplanagem para criação de plataforma)	m2	1.000	1,67	1.670,00
1.3	SUB-BASE				
1.3.1	Fornecimento e colocação de camada de base granular em tout venant com 0,20m de espessura média, aplicada com motoniveladora, de características concordantes com as condições técnicas especiais para esta tipologia de obra, incluindo rega e compactação com cilindro vibrante de 8 TN até obter um grau de compactação de 96% Proctor Modificado.	m2	1.000	6,42	6.420,00
1.3.2	Fornecimento e aplicação de camada em betão betuminoso com 0,06m de espessura média após compactação, incluindo previa limpeza da camada subjacente e aplicação rega de impregnação	m2	1.000	14,81	14.810,00
1.4	PAVIMENTO EM RELVA ARTIFICIAL				
1.4.1	Fornecimento e instalação de pavimento em relva artificial "Relva Multisport Plus-Pss" ou similar com estrutura em fibra monofilamentar de alto calibre com 20 mm de altura, de acordo com as CTE do CE, incluindo a carga e enchimento de areia silica e a marcação das linhas para utilização socio desportiva das linhas de jogo, também em relva artificial de qualidade igual, mas de cor diferente para a pratica do Futsal ,Andebol, Voleibol, Tennis, futevolei, badminton, Basquetebol e hoquei de sala, tipo "agorespace-line -Pss".	m2	465	17,93	8.337,45

<div style="display: flex; justify-content: space-between; align-items: center;"> <div style="text-align: left;">  </div> <div style="text-align: center;"> LISTA DE PREÇOS UNITÁRIOS </div> <div style="text-align: right;"> PSS067-15 Minicampo Agorespace 20 Outubro 2015 Pág. 2 de 4 </div> </div>					
Item	Descrição	Unit	Quant.	Preços em Euros	
				Preço Un.	TOTAL
1.5	ESTRUTURA E EQUIPAMENTOS DO POLIDESPORTIVO				
1.5.1	Fornecimento e montagem especializada de Kit Completo para Polidesportivo tipo "Agorespace MB2 450-Pss" ou similar de Ar livre com estrutura de madeira Autoclavada quer nos topos quer nas laterais de superfície boleada, com características de acordo com CTE, disposta na estrutura de topo de forma a impedir a escalada das crianças, com separações entre tabuas que não pode exceder os limites das normas vigentes, e reforçada, fixada e protegida com estrutura de Aço galvanizado termolacado para aumento de robustez e durabilidade à intensa carga de utilização pública que se prevê, em toda a estrutura perimetral na face interna e externa do polidesportivo, guarda corpos e corrimão com sistema construtivo que impeça desmontagem, com balizas integradas na estrutura global em Aço Galvanizado, com sistemas de redes armadas com incorporação oculta metálica e revestida a tecido robusto tipo redes "AGOFIX-Pss", estrutura de suporte das tabelas de Basquetebol e respetivas tabelas, aro e redes, adaptadas às idades respetivas, de acordo com as normas internacionalmente vigentes e demais requisitos de qualidade e segurança exigidos. Área de Implantação da estrutura do Polidesportivo tipo agorespace : 29,62 mt x 15,66 mt. (este Modelo é da Geração de Agorespaces desenvolvido em 2010)	cj	1	42.316,15	42.316,15
1.6	PISTA DE ATLETISMO				
1.6.1	Fornecimento e instalação de pavimento sintético, em resinas tipo "Green Court-Cushion L-Pss" da Mca-Pss ou equivalente, específicas para a prática de desportos ao ar livre incluindo o Atletismo pedagógico, sendo executada "in situ" com incorporação de microgranulado de borracha nas camadas intermedias e com possibilidade da utilização de 2 cores diferenciadas de acordo com CTE incluindo as linhas de marcação da Pista cuja espessura total será de cerca 4 mm de acordo com as CTE do projeto. (NOTA: A aplicar na Pista de Atletismo e áreas adjacentes.)	m2	400	16,42	6.568,00
"CONSTRUÇÃO DE POLIDESPORTIVO DE AR LIVRE -TIPO AGORESPACE MB2 450 COM PISTA REDUZIDA DE ATLETISMO E DESCOBERTO"					
Candy 2.01b78 (1 2 6) JC					



LISTA DE PREÇOS UNITÁRIOS

PSS067-15 Minicampo Agorespace

20 Outubro 2015

Pág. 3 de 4

Item	Descrição	Unit	Quant.	Preços em Euros	
				Preço Un.	TOTAL
1.6.2	Fornecimento e aplicação de guia pré-fabricada de betão com 8cm, aplicada no limite do pavimento	ml	130	11,92	1.549,60
1.	AGORESPACE MB2 450 COM PISTA REDUZIDA DE ATLETISMO				96.305,40

"CONSTRUÇÃO DE POLIDESPORTIVO DE AR LIVRE -TIPO AGORESPACE MB2 450 COM PISTA REDUZIDA DE ATLETISMO E DESCOBERTO"

Candy 2.01b78 (1 2 6)

JC



LISTA DE PREÇOS UNITÁRIOS

PSS067-15 Minicampo Agorespace

20 Outubro 2015

Pág. 4 de 4

Item	Descrição	Unit	Quant.	Preços em Euros	
				Preço Un.	TOTAL
1.	AGORESPACE MB2 450 COM PISTA REDUZIDA DE ATLETISMO				96.305,40
TOTAL					96.305,40

"CONSTRUÇÃO DE POLIDESPORTIVO DE AR LIVRE -TIPO AGORESPACE MB2 450 COM PISTA REDUZIDA DE ATLETISMO E DESCOBERTO"

Candy 2.01b78 (1 2 6)

 \mathcal{K}

- Deliberação n.º 19/AML/2016:

- Proposta n.º 781/CM/2015 - Delegação de competências entre o Município de Lisboa e as Freguesias de Alvalade e dos Olivais, no âmbito da atribuição de Prémios de Mérito Desportivo da edição das Olisipiadas de 2014/2015, nos termos da proposta.

Subscrita pelo Senhor Vereador Jorge Máximo.

Aprovada por unanimidade na CML e na AML.

PROPOSTA N.º 781/2015

Aprovar e submeter à Assembleia Municipal a celebração de Contratos de Delegação de Competências entre o Município de Lisboa, a Freguesia de Alvalade e a Freguesia dos Olivais - atribuição do valor dos prémios de Mérito Desportivo, no âmbito da edição das Olisipiadas 2014/2015

Pelouro: Desporto (Vereador Jorge Máximo).

Serviço: Departamento da Atividade Física e do Desporto

Considerando que:

- 1 - Os Jogos da Cidade de Lisboa tiveram a sua primeira edição em 1987. Durante 15 anos foram milhares os jovens que participaram numa competição que marcou, de forma determinante, o plano desportivo da cidade de Lisboa;
- 2 - O entendimento da prática desportiva como fator de desenvolvimento educativo e social, bem como pilar de um estilo de vida saudável, essencial para a qualidade de vida, a saúde e bem-estar, levou a Câmara Municipal de Lisboa a considerar essencial o regresso destes jogos à cidade de Lisboa.
- 3 - No ano de 2014 foi assinalado o regresso dos Jogos Desportivos da Cidade de Lisboa, com uma nova designação - «OLISIPÍADAS» - e um novo paradigma;
- 4 - O modelo adotado para as «OLISIPÍADAS» pretendeu afirmar a nova organização administrativa da cidade, promovendo a representação de cada uma das freguesias

em todas as provas desportivas a realizar, bem como o envolvimento das freguesias enquanto entidades organizadoras e parceiras, salvaguardando assim o maior número de jovens participantes;

- 5 - Este modelo prevê que as Juntas de Freguesia organizem a fase local dos jogos, promovendo a seleção da sua representação na fase final, de acordo com critérios estabelecidos e que a Câmara Municipal de Lisboa, em parceria com Federações e Associações de cada Modalidade e com o apoio das Juntas de Freguesia, organize a fase final das Olisipiadas;
- 6 - Na edição das Olisipiadas 2014/2015, destacaram-se em termos de organização, participação e espírito desportivo as Freguesias de Alvalade, dos Olivais e de Alcântara;
- 7 - O Regimento Geral das Olisipiadas, aprovado por despacho do Senhor Vereador Jorge Máximo (Despacho n.º 20/JM/2014), publicado no *Boletim Municipal* n.º 1085, de 4 de dezembro de 2014), consignou a atribuição de reconhecimentos e prémios de espírito desportivo aos participantes e às Juntas de Freguesia;
- 8 - A todas as Juntas de Freguesia participantes foi dado conhecimento que a atribuição de reconhecimentos e prémios, de acordo com o Regimento Geral das Olisipiadas, implicaria a atribuição de verbas para a construção, recuperação de instalações desportivas municipais e ou aquisição de material e equipamento desportivo;
- 9 - Em cumprimento do referido Regimento, apurou-se a seguinte distribuição de prémios:
 - a) Junta de Freguesia de Alvalade - 1.º lugar - 50 000 euros (cinquenta mil euros);
 - b) Junta de Freguesia dos Olivais - 2.º lugar - 30 000 euros (trinta mil euros);
 - c) Junta de Freguesia de Alcântara - 3.º Lugar - 15 000 euros (quinze mil euros).
- 10 - As Juntas de Freguesia acima mencionadas identificaram as instalações e intervenções que, no âmbito desportivo, entendem como prioritárias nas respetivas freguesias, a saber:

A) Junta de Freguesia de Alvalade:

Construção	Local	Objetivo
Reabilitação da casa de função	Parque José Gomes Ferreira	Reabilitar esta estrutura, no sentido de criar balneários e sala de formação/primeiros socorros
Reabilitação do Polidesportivo	Rua Dr. Pedro Cristo	Reabilitação deste espaço que se encontra degradado aumentando a oferta desportiva na Freguesia

B) Junta de Freguesia dos Olivais:

Construção	Local	Objetivo
Espaço do Desporto dos Olivais	Polidesportivo do Ralis	Criação de um local, com as condições necessárias, que servirá de sede partilhada para as associações desportivas da Freguesia que, não obstante terem atividade desportiva com bons resultados e em crescimento, não possuem sede

C) Junta de Freguesia de Alcântara:

Construção / Aquisição	Objetivo
Recuperação de instalações desportivas	Atribuição de subsídio a clubes para obras de recuperação das instalações desportivas; Obras de melhoramento nas instalações desportivas da Freguesia: Pavilhão da Ajuda, Polidesportivo da Quinta do Cabrinha
Aquisição de material/equipamento desportivo	Aquisição de material desportivo para clubes e para projetos da Junta de Freguesia

11 - O valor referente ao terceiro prémio atribuído à Junta de Freguesia de Alcântara foi conferido pela Caixa Económica Montepio Geral, um dos patrocinadores da edição das Olisipiadas 2014/2015;

12 - O Município de Lisboa dispõe de atribuições nos domínios dos equipamentos urbanos, de tempos livres e do desporto, da saúde e da promoção do desenvolvimento, nos termos do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

13 - Para o desenvolvimento das atribuições em causa é da competência da Câmara Municipal de Lisboa, órgão executivo, a criação e construção de instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do Município ou colocados, por lei sob a administração municipal, conforme estipulado na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

14 - Nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabeleceu o Regime Jurídico da Delegação de Competências dos Municípios nas Freguesias - artigos 116.º e ss -, se determina que estas delegações devem ter como objetivo a promoção da coesão territorial, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis

15 - Mais prevê o diploma supra indicado que as referidas delegações de competências devam ser formalizadas mediante a celebração de contratos interadministrativos;

16 - Tais contratos, nos termos dos artigos 115.º e 122.º do mesmo diploma legal, deverão prever, designadamente, os recursos patrimoniais e financeiros necessários e adequados ao exercício das competências delegadas;

17 - A presente proposta de contratualização respeita os princípios gerais consagrados no artigo 121.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, entre outros, a prossecução do interesse público e necessidade e suficiência de recursos;

18 - A Câmara Municipal pode submeter à Assembleia Municipal, para efeitos de autorização, propostas de celebração de contratos de delegação de competências, nos termos previstos na alínea m) do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

19 - Incumbe à Assembleia Municipal, nos termos da alínea k) do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia;

20 - No âmbito da incumbência da Assembleia Municipal, nos termos legais supra referidos, dever-se-á, também, promover toda a informação que permita o seu acompanhamento na periodicidade acordada do processo de delegação de competências subjacente.

Deste modo, tenho a honra de propor que a Câmara delibere, nos termos das disposições conjugadas no artigo 23.º, na alínea k) do artigo 25.º e alínea ee) do n.º 1

do artigo 33.º, todos do Regime Jurídico das Autarquias Locais e dos artigos 116.º e seguintes do Regime Jurídico da Transferência de Competências, ambos aprovados pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e publicados em Anexo I à mesma lei:

1 - Aprovar e submeter à Assembleia Municipal a celebração, para o período do presente mandato, dos Contratos de Delegação de Competências entre o Município de Lisboa e as Freguesias de Alvalade e dos Olivais;

2 - Autorizar a afetação dos recursos financeiros para o efeito mediante a respetivas transferências de verba para as Freguesias, nos seguintes termos:

a) Junta de Freguesia de Alvalade - 50 000 euros (cinquenta mil euros);

b) Junta de Freguesia dos Olivais - 30 000 euros (trinta mil euros).

As verbas referidas no ponto anterior têm cabimento na Rubrica Económica 08.05.01.01.01 (atribuição de prémios de mérito desportivo), no Plano de Atividades C4.P010.13 (Rede Municipal de Polidesportivos) da Orgânica N18.02 com o Cabimento n.º 5315007356.

3 - Aprovar as respetivas Minutas de Contratos de Delegação de Competências a celebrar entre o Município de Lisboa e as Freguesias de Alvalade e dos Olivais, anexas e que fazem parte integrante da presente proposta.

CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

Entre:

MUNICÍPIO DE LISBOA, pessoa coletiva n.º 500 051 070, com sede na Praça do Município, concelho de Lisboa, neste ato representado pelo senhor Vereador do Pelouro de Desporto, Jorge Miguel Vicente de Campos Máximo, com competência delegada e subdelegada através do despacho n.º 42/P/2015, de 21 de maio, publicado no 4.º suplemento ao Boletim Municipal n.º 110, de 28 de maio de 2015, e adiante designado por **Primeira Outorgante**,

E

FREGUESIA DE ALVALADE, pessoa coletiva n.º 510 832 806, com sede na Rua Conde Arnoso, n.º 5 B, concelho de Lisboa, aqui representada pelo senhor Dr. André Moz Caldas, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Alvalade, com poderes para intervir no ato e adiante designada por **Segunda Outorgante**,

Considerando que:

- A) O Município de Lisboa dispõe de Atribuições nos domínios dos equipamentos urbanos, de tempos livres e do desporto, da saúde e da promoção do desenvolvimento, nos termos do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- B) Para o desenvolvimento das atribuições em causa é da competência da Câmara Municipal de Lisboa, órgão executivo, a criação e construção de instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei sob a administração municipal, conforme estipulado na alínea ee), do n.º 1, do artigo 33.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- C) Nos termos do Regimento Geral das Olisipiadas (despacho n.º 20/JM/2014, publicado no Boletim Municipal n.º 1085 de 4 de dezembro de 2014) se apurou a atribuição do 1.º lugar do prémio de Mérito para a Junta de Freguesia de Alvalade, no valor de 50.000,00 € (cinquenta mil euros);
- D) A Freguesia de Alvalade, no respeito integral pelo Regimento Geral das Olisipiadas, identificou as instalações desportivas e intervenções que entende por prioritárias, a saber os equipamentos sítos no Parque José Gomes Ferreira e na Rua Dr. Pedro Cristo;
- E) A Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, veio estabelecer o Regime Jurídico da Delegação de Competências dos municípios nas freguesias, determinado que tais delegações devem ter por escopo a promoção da coesão territorial, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis, bem como que as mesmas devem ser formalizadas mediante a celebração de contratos interadministrativos;

- F) Tais contratos, nos termos dos artigos 11.º e 122.º do mesmo diploma legal, deverão prever os recursos humanos, patrimoniais e financeiros necessários e adequados ao exercício das competências delegadas;
- G) No âmbito das competências atribuídas por força do disposto nos artigos 16.º e 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, vertido na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e, após autorização dos órgãos deliberativos competentes, nomeadamente Assembleia Municipal e Assembleia de Freguesia, pretendem a Freguesia de Alvalade e o Município contratualizar a delegação de competências para proceder à reabilitação da casa de função sita no Parque José Gomes Ferreira e do Polidesportivo sito na Rua Dr. Pedro Cristo;

É celebrado o presente Contrato de delegação de competências, nos termos e para os efeitos previstos no artigo n.º 116.º e seguintes do Regime da Delegação de Competências, consubstanciado na alínea c), do n.º 1 da Lei n.º 75.º, de 12 de setembro e publicado em anexo I à mesma lei, o qual se rege pelas seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira

Objeto

1. Pelo presente contrato, a **Primeira Outorgante** delega na **Segunda Outorgante** as competências para promover as operações de reabilitação da casa de função, sita no Parque José Gomes Ferreira e do Polidesportivo, sito na Rua Dr. Pedro Cristo, ambos na freguesia de Alvalade.
2. Os trabalhos referidos no número anterior da presente cláusula compreenderão a realização das obras necessárias à criação de balneários e sala de formação/primeiros socorros na casa de função sita no Parque José Gomes Ferreira, bem como à reabilitação do Polidesportivo, sito na Rua Dr. Pedro Cristo.

Cláusula Segunda

Objetivo da delegação de competência

A delegação de competência prevista na cláusula anterior tem como objetivo a melhoria das condições para a prática física e desportiva na cidade e consequentemente, dos serviços prestados na área da Freguesia de Alvalade e a racionalização dos recursos disponíveis para o efeito;

Cláusula Terceira

Competências da Primeira Outorgante

Competirá à **Primeira Outorgante**:

- a) Aprovar os projetos de arquitetura e especialidades elaborados pela **Segunda Outorgante** e necessários à reabilitação das instalações referidas na Cláusula Primeira supra;
- b) Prestar todo o apoio técnico necessário na elaboração das peças de concursos e/ou procedimentos administrativos necessários à realização das obras de requalificação e reabilitação dos Equipamentos;
- c) Acompanhar a execução da Obra mediante a apreciação das informações e elementos facultados pela **Segunda Outorgante**;
- d) Cumprir a afetação dos recursos financeiros;
- e) No caso de ser aplicável ao caso em apreço e cumprindo os formalismos necessários para o efeito, diligenciar pela isenção da **Segunda Outorgante** do pagamento das taxas municipais devidas pelo licenciamento das operações urbanísticas necessárias à obra de requalificação, nos termos previstos no Regulamento Municipal de Taxas Relacionadas com a Atividade Urbanística e Operações conexas ou, em qualquer outro diploma Municipal que venha a regulamentar a presente matéria;
- f) Instruir os procedimentos, após requerimento próprio entregue pela **Segunda Outorgante**, tendentes à isenção das taxas no que respeita às obras de Reabilitação do Polidesportivo das Galinheiras, nos termos previstos no Regulamento Municipal de Taxas Relacionadas com a Atividade Urbanística e Operações Conexas ou em qualquer outro diploma municipal que venha a regulamentar a presente matéria.

Cláusula Quarta

Competências Delegadas na Segunda Outorgante

No exercício das competências delegadas nos termos da Cláusula Primeira do presente Contrato, competirá à **Segunda Outorgante**:

- a) Proceder à elaboração dos projetos, peças desenhadas, escritas e submeter os mesmos a aprovação da **Primeira Outorgante**;
- b) Proceder à elaboração e instrução dos concursos públicos ou procedimentos administrativos necessários à realização das obras de requalificação e reabilitação dos equipamentos;
- c) Proceder à adjudicação das empreitadas e celebração dos contratos necessários e relativos à execução das obras de reabilitação dos equipamentos;
- d) Comunicar à **Primeira Outorgante** a data de início dos trabalhos de construção objeto do presente contrato;
- e) Proceder, na qualidade de dono de obra, à fiscalização das empreitadas relativas às intervenções em causa;

- f) Promover todas as ações que garantam o cumprimento das condições contratadas, bem como a execução pontual das Obras;
- g) Assegurar o cumprimento das boas regras de arte na execução dos trabalhos de construção, independentemente dos mesmos serem realizados por meios próprios e ou subcontratados;
- h) Informar por escrito a **Primeira Outorgante** sempre que sofra atrasos na execução dos trabalhos objeto do presente contrato, em virtude de qualquer facto imputável a terceiros, a fim de aquela ficar habilitada a tomar as providências que estejam ao seu alcance;
- i) Assumir a reparação e a indemnização de todos os prejuízos que, por motivos que lhe sejam imputáveis e que resultem da própria natureza dos trabalhos, sejam sofridos por terceiros, em consequência do seu modo de execução, da atuação dos funcionários e do deficiente comportamento ou da falta de segurança, de materiais e equipamentos;
- j) Assumir todos os danos causados no decorrer da execução dos trabalhos objeto do presente contrato pelo seu pessoal, quer aqueles sejam de natureza humana ou material, devendo reparar com urgência e à sua custa, os danos que venham a ocorrer. Qualquer ocorrência desta natureza deverá ser comunicada por escrito ao serviço responsável, para que seja registada;
- k) Realizar os trabalhos objeto do presente contrato previstos sem qualquer quebra de continuidade ou qualidade da execução dos mesmos ainda que, para tal, tenha de recorrer a situações alternativas;
- l) Fornecer todo o equipamento, máquinas, combustíveis, lubrificantes, ferramentas e utensílios necessários à boa execução dos trabalhos;
- m) Executar alterações necessárias aos traçados de redes de concessionárias de infraestruturas;
- n) Cooperar com a **Primeira Outorgante** no acompanhamento e controlo do exato e pontual cumprimento do presente contrato, prestando todas as informações necessárias à sua boa execução;
- o) Apresentar relatórios mensais de progresso de execução dos trabalhos desenvolvidos no âmbito do objeto do presente contrato e respetivos documentos justificativos da despesa incorrida com a execução das obras de requalificação e reabilitação dos equipamentos;
- p) Facultar todos os elementos contabilísticos ou outros que venham a ser solicitados pela **Primeira Outorgante** no âmbito do presente contrato;
- q) Aplicar e administrar, de boa-fé e no estrito cumprimento da lei e dos regulamentos aplicáveis, os recursos financeiros, tendo em conta o objeto do presente contrato.

Cláusula Quinta

Obrigações da Segunda Outorgante

1. A **Segunda Outorgante** obriga-se a, caso venha a descentralizar a gestão dos equipamentos a celebrar os instrumentos jurídicos aplicáveis, nomeadamente, contratos-programa de desenvolvimento desportivo.
2. Os instrumentos jurídicos aplicáveis a ser celebrados nos termos definidos no número anterior devem garantir o cumprimento das premissas básicas do projeto desportivo quer da freguesia, quer do município.

Cláusula Sexta

Recursos Financeiros

Os recursos financeiros necessários ao exercício das competências delegadas de acordo com o presente contrato são fixados no montante global de 50.000,00€ (cinquenta mil euros), o qual será transferido pela Primeira Outorgante para a Segunda Outorgante, nos seguintes termos:

- i. A quantia de € 45.000,00 (quarenta e cinco mil euros) após a outorga do presente Contrato;
- ii. A quantia de € 5.000,00 (cinco mil euros) após a entrega do relatório final de execução física e financeira das obras com os respetivos comprovativos de despesa.

Cláusula Sétima

Auditoria e Fiscalização da Execução do Contrato

1. As obras de requalificação e reabilitação dos Equipamentos objeto do presente Contrato ficam sujeitas a auditoria, a realizar pelo Departamento de Auditoria da Câmara Municipal de Lisboa, devendo a **Segunda Outorgante** disponibilizar toda a informação e documentação julgada adequada e oportuna para o efeito.
2. A execução do presente contrato será avaliada, a todo o tempo e de forma contínua, pelos respetivos serviços municipais que, para o efeito, promoverão, caso necessário, reuniões conjuntas com a Junta de Freguesia e realizarão visitas aos locais a que se refere o Contrato.

Cláusula Oitava

Modificação, Revogação e Resolução

1. O presente Contrato pode ser modificado ou revogado, a qualquer tempo, por acordo entre as partes.
2. O presente Contrato pode ser modificado unilateralmente por qualquer uma das partes com fundamento invocado em razões de interesse público ou alteração anormal das circunstâncias, nos termos legalmente aplicáveis, devendo a modificação revestir a forma escrita.

3. O presente Contrato pode ser resolvido por qualquer uma das partes, nos seguintes casos:

- a) Por incumprimento definitivo por facto imputável a um dos **Outorgantes**;
- b) Por razões de interesse público devidamente fundamentado ou alteração anormal e imprevisível das circunstâncias.

Cláusula Nona

Entrada em Vigor e Período de Vigência

- 1. O presente Contrato entra em vigor na data da sua assinatura pela Partes.
- 2. O período de vigência será coincidente com a duração do mandato da Câmara Municipal de Lisboa.

Cláusula Décima

Disposições Finais

Nos termos do n.º 3, do artigo 5.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e n.º 3 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, ao presente Contrato foi atribuído compromisso número e a Declaração de Fundos Disponíveis (DFD) número/2015.

Depois de lido em voz alta, as Outorgantes declararam ter plena noção e compreensão do seu conteúdo, sendo claro para ambas os direitos e deveres de cada uma das partes, como tal, vai ser assinado;

O presente Contrato-Programa foi celebrado em Lisboa, em de de 2015, em dois exemplares, ficando cada uma das Outorgantes na posse de um exemplar.

A Primeira Outorgante

Vereador do Pelouro do Desporto

(Jorge Miguel Vicente de Campos Máximo)

A Segunda Outorgante

Presidente da Junta de Freguesia de Alvalade

(André Moz Caldas)

CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

Entre:

MUNICÍPIO DE LISBOA, pessoa coletiva n.º 500 051 070, com sede na Praça do Município, concelho de Lisboa, neste ato representado pelo senhor Vereador do Pelouro de Desporto, Jorge Miguel Vicente de Campos Máximo, com competência delegada e subdelegada através do despacho n.º 42/P/2015, de 21 de maio, publicado no 4.º suplemento ao Boletim Municipal n.º 110, de 28 de maio de 2015, e adiante designado por **Primeira Outorgante**,

E

FREGUESIA DOS OLIVAIS, pessoa coletiva n.º 507 001 460, com sede na Rua General Silva Freire, Lote C, concelho de Lisboa, aqui representada pela Presidente da Junta de Freguesia, Rute Lima, poderes para intervir no ato e adiante designada por **Segunda Outorgante**,

Considerando que:

- A) O Município de Lisboa dispõe de Atribuições nos domínios dos equipamentos urbanos, de tempos livres e do desporto, da saúde e da promoção do desenvolvimento, nos termos do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- B) Para o desenvolvimento das atribuições em causa é da competência da Câmara Municipal de Lisboa, órgão executivo, a criação e construção de instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei sob a administração municipal, conforme estipulado na alínea ee), do n.º 1, do artigo 33.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- C) Nos termos do Regimento Geral das Olisipiadas (despacho n.º 20/JM/2014, publicado no Boletim Municipal n.º 1085 de 4 de dezembro de 2014), se apurou a atribuição do 2.º lugar do prémio de Mérito para a Junta de Freguesia dos Olivais, no valor de 30.000,00 € (trinta mil euros);
- D) A Freguesia dos Olivais, no respeito integral pelo Regimento Geral das Olisipiadas, identificou as instalações desportivas e intervenções que entende por prioritárias, a saber o Polidesportivo Municipal Dr. Alfredo Bensaúde (designado por Polidesportivo do Ralis);
- E) A Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, veio estabelecer o Regime Jurídico da Delegação de Competências dos municípios nas freguesias, determinado que tais delegações devem ter por escopo a promoção da coesão territorial, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis, bem como que as mesmas devem ser formalizadas mediante a celebração de contratos interadministrativos;
- F) Tais contratos, nos termos dos artigos 11.º e 122.º do mesmo diploma legal, deverão prever os recursos humanos, patrimoniais e financeiros necessários e adequados ao exercício das competências delegadas;

- G) No âmbito das competências atribuídas por força do disposto nos artigos 16.º e 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, vertido na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e, após autorização dos órgãos deliberativos competentes, nomeadamente Assembleia Municipal e Assembleia de Freguesia, pretendem a Freguesia dos Olivais e o Município contraturalizar a delegação de competências para proceder à requalificação do Polidesportivo Municipal Dr. Alfredo Bensaúde (Ralis);

É celebrado o presente Contrato de delegação de competências, nos termos e para os efeitos previstos no artigo n.º 116.º e seguintes do Regime da Delegação de Competências, consubstanciado na alínea c), do n.º 1 da Lei n.º 75.º, de 12 de setembro e publicado em anexo I à mesma lei, o qual se rege pelas seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira

Objeto

1. Pelo presente contrato, a **Primeira Outorgante** delega na **Segunda Outorgante** as competências para promover à requalificação do Polidesportivo Municipal Dr. Alfredo Bensaúde (Ralis), freguesia dos Olivais.
2. Os trabalhos referidos no número anterior da presente cláusula compreenderão a realização das obras necessárias à criação de um local que servirá de sede partilhada para várias associações desportivas da Freguesia.

Cláusula Segunda

Objetivo da delegação de competência

A delegação de competência prevista na cláusula anterior tem como objetivo a melhoria das condições para a prática física e desportiva na cidade e consequentemente, dos serviços prestados na área da Freguesia dos Olivais e a racionalização dos recursos disponíveis para o efeito;

Cláusula Terceira

Competências da Primeira Outorgante

Competirá à **Primeira Outorgante**:

- a) Aprovar os projetos de arquitetura e especialidades elaborados pela **Segunda Outorgante** e necessários à reabilitação das instalações referidas na Cláusula Primeira supra;
- b) Prestar todo o apoio técnico necessário na elaboração das peças de concursos e/ou procedimentos administrativos necessários à realização das obras de requalificação e reabilitação dos Equipamentos;
- c) Acompanhar a execução da Obra mediante a apreciação das informações e elementos facultados pela **Segunda Outorgante**;

- d) Cumprir a afetação dos recursos financeiros;
- e) No caso de ser aplicável ao caso em apreço e cumprindo os formalismos necessários para o efeito, diligenciar pela isenção da **Segunda Outorgante** do pagamento das taxas municipais devidas pelo licenciamento das operações urbanísticas necessárias à obra de requalificação, nos termos previstos no Regulamento Municipal de Taxas Relacionadas com a Atividade Urbanística e Operações conexas ou, em qualquer outro diploma Municipal que venha a regulamentar a presente matéria;
- f) Instruir os procedimentos, após requerimento próprio entregue pela **Segunda Outorgante**, tendentes à isenção das taxas no que respeita às obras de Reabilitação do Polidesportivo das Galinheiras, nos termos previstos no Regulamento Municipal de Taxas Relacionadas com a Atividade Urbanística e Operações Conexas ou em qualquer outro diploma municipal que venha a regulamentar a presente matéria.

Cláusula Quarta

Competências Delegadas na Segunda Outorgante

No exercício das competências delegadas nos termos da Cláusula Primeira do presente Contrato, competirá à **Segunda Outorgante**:

- a) Proceder à elaboração dos projetos, peças desenhadas, escritas e submeter os mesmos a aprovação da **Primeira Outorgante**;
- b) Proceder à elaboração e instrução dos concursos públicos ou procedimentos administrativos necessários à realização das obras de requalificação e reabilitação dos equipamentos;
- c) Proceder à adjudicação das empreitadas e celebração dos contratos necessários e relativos à execução das obras de reabilitação dos equipamentos;
- d) Comunicar à **Primeira Outorgante** a data de início dos trabalhos de construção objeto do presente contrato;
- e) Proceder, na qualidade de dono de obra, à fiscalização das empreitadas relativas às intervenções em causa;
- f) Promover todas as ações que garantam o cumprimento das condições contratadas, bem como a execução pontual das Obras;
- g) Assegurar o cumprimento das boas regras de arte na execução dos trabalhos de construção, independentemente dos mesmos serem realizados por meios próprios e ou subcontratados;
- h) Informar por escrito a **Primeira Outorgante** sempre que sofra atrasos na execução dos trabalhos objeto do presente contrato, em virtude de qualquer facto imputável a terceiros, a fim de aquela ficar habilitada a tomar as providências que estejam ao seu alcance;

- i) Assumir a reparação e a indemnização de todos os prejuízos que, por motivos que lhe sejam imputáveis e que resultem da própria natureza dos trabalhos, sejam sofridos por terceiros, em consequência do seu modo de execução, da atuação dos funcionários e do deficiente comportamento ou da falta de segurança, de materiais e equipamentos;
- j) Assumir todos os danos causados no decorrer da execução dos trabalhos objeto do presente contrato pelo seu pessoal, quer aqueles sejam de natureza humana ou material, devendo reparar com urgência e à sua custa, os danos que venham a ocorrer. Qualquer ocorrência desta natureza deverá ser comunicada por escrito ao serviço responsável, para que seja registada;
- k) Realizar os trabalhos objeto do presente contrato previstos sem qualquer quebra de continuidade ou qualidade da execução dos mesmos ainda que, para tal, tenha de recorrer a situações alternativas;
- l) Fornecer todo o equipamento, máquinas, combustíveis, lubrificantes, ferramentas e utensílios necessários à boa execução dos trabalhos;
- m) Executar alterações necessárias aos traçados de redes de concessionárias de infraestruturas;
- n) Cooperar com a **Primeira Outorgante** no acompanhamento e controlo do exato e pontual cumprimento do presente contrato, prestando todas as informações necessárias à sua boa execução;
- o) Apresentar relatórios mensais de progresso de execução dos trabalhos desenvolvidos no âmbito do objeto do presente contrato e respetivos documentos justificativos da despesa incorrida com a execução das obras de requalificação e reabilitação dos equipamentos;
- p) Facultar todos os elementos contabilísticos ou outros que venham a ser solicitados pela **Primeira Outorgante** no âmbito do presente contrato;
- q) Aplicar e administrar, de boa-fé e no estrito cumprimento da lei e dos regulamentos aplicáveis, os recursos financeiros, tendo em conta o objeto do presente contrato.

Cláusula Quinta

Obrigações da Segunda Outorgante

1. A **Segunda Outorgante** obriga-se a, caso venha a descentralizar a gestão dos equipamentos a celebrar os instrumentos jurídicos aplicáveis, nomeadamente, contratos-programa de desenvolvimento desportivo.
2. Os instrumentos jurídicos aplicáveis a ser celebrados nos termos definidos no número anterior devem garantir o cumprimento das premissas básicas do projeto desportivo quer da freguesia, quer do município.

Cláusula Sexta

Recursos Financeiros

Os recursos financeiros necessários ao exercício das competências delegadas de acordo com o presente contrato são fixados no montante global de 30.000,00€ (trinta mil euros), o qual será transferido pela Primeira Outorgante para a Segunda Outorgante, nos seguintes termos:

- i. A quantia de € 25.000,00 (vinte e cinco mil euros) após a outorga do presente Contrato;
- ii. A quantia de € 5.000,00 (cinco mil euros) após a entrega do relatório final de execução física e financeira das obras com os respetivos comprovativos de despesa.

Cláusula Sétima

Auditoria e Fiscalização da Execução do Contrato

1. As obras de requalificação dos equipamentos objeto do presente Contrato ficam sujeitas a auditoria, a realizar pelo Departamento de Auditoria da Câmara Municipal de Lisboa, devendo a **Segunda Outorgante** disponibilizar toda a informação e documentação julgada adequada e oportuna para o efeito.
2. A execução do presente contrato será avaliada, a todo o tempo e de forma contínua, pelos respetivos serviços municipais que, para o efeito, promoverão, caso necessário, reuniões conjuntas com a Junta de Freguesia e realizarão visitas aos locais a que se refere o Contrato.

Cláusula Oitava

Modificação, Revogação e Resolução

1. O presente Contrato pode ser modificado ou revogado, a qualquer tempo, por acordo entre as partes.
2. O presente Contrato pode ser modificado unilateralmente por qualquer uma das partes com fundamento invocado em razões de interesse público ou alteração anormal das circunstâncias, nos termos legalmente aplicáveis, devendo a modificação revestir a forma escrita.
3. O presente Contrato pode ser resolvido por qualquer uma das partes, nos seguintes casos:
 - a) Por incumprimento definitivo por facto imputável a um dos **Outorgantes**;
 - b) Por razões de interesse público devidamente fundamentado ou alteração anormal e imprevisível das circunstâncias.

Cláusula Nona

Entrada em Vigor e Período de Vigência

1. O presente Contrato entra em vigor na data da sua assinatura pela Partes.
2. O período de vigência será coincidente com a duração do mandato da Câmara Municipal de Lisboa.

Cláusula Décima

Disposições Finais

Nos termos do n.º 3, do artigo 5.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e n.º 3 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, ao presente Contrato foi atribuído compromisso número e a Declaração de Fundos Disponíveis (DFD) número/2015.

Depois de lido em voz alta, as Outorgantes declararam ter plena noção e compreensão do seu conteúdo, sendo claro para ambas os direitos e deveres de cada uma das partes, como tal, vai ser assinado;

O presente Contrato-Programa foi celebrado em Lisboa, em de de 2015, em dois exemplares, ficando cada uma das Outorgantes na posse de um exemplar.

A Primeira Outorgante

Vereador do Pelouro do Desporto

(Jorge Miguel Vicente de Campos Máximo)

A Segunda Outorgante

Presidente da Junta de Freguesia de Olivais

(Rute Lima)

- Deliberação n.º 20/AML/2016:

Tema 5 - Descentralização e Obras Municipais

Subtema - Descentralização para as Freguesias

- Recomendação n.º 2/91 - Resultante do Parecer das 1.ª e 5.ª Comissões Permanentes sobre as Propostas n.ºs 713/CM/2015 e 781/CM/2015.

Subscrita pelas 1.ª e 5.ª Comissões Permanentes.

Aprovada por unanimidade.

RECOMENDAÇÃO n.º 02/91 (1.ª e 5.ª CP)

Sobre as Propostas n.ºs 713/CM/2015 e 781/CM/2015

Tendo em conta as conclusões dos pareceres conjuntos aprovados, as 1.ª e 5.ª Comissões propõem ao Plenário da Assembleia Municipal que aprove a seguinte Recomendação à Câmara Municipal sobre as Propostas n.ºs 713/CM/2015, relativa à delegação de competências na Junta de Freguesia de Santa Clara, e 781/CM/2015, relativa à delegação de competências nas Juntas de Freguesia de Alvalade e dos Olivais: que os relatórios de execução referidos nos contratos sejam remetidos pela Câmara Municipal à Assembleia Municipal, no quadro das suas tarefas de acompanhamento e fiscalização.

O documento encontra-se disponível, na íntegra, para consulta no site (<http://www.am-lisboa.pt/302000/1/004215.000073/index.htm>).

- Deliberação n.º 21/AML/2016:

- Proposta n.º 828/CM/2015 - 6.º Aditamento ao contrato de financiamento sob a forma de abertura de crédito a celebrar com o BPI/BIIS, SPA, relativa ao financiamento do Programa de Investimento Prioritário em Ações de Reabilitação Urbana (PIPARU), nos termos da proposta.

Subscrita pelos Senhores Vereadores João Paulo Saraiva e Manuel Salgado.

Votação na CML: Aprovada por unanimidade.

Votação na AML: A votação desta Proposta foi feita de forma nominal com a chamada de todos os Senhores Deputados Municipais constantes da lista de presenças da presente reunião, tendo sido aprovada com maioria absoluta com a seguinte votação: Favor: 59; Abstenção: 4; e Contra: 0 (os restantes Senhores Deputados Municipais estavam ausentes da sala de Plenário no momento da votação).

O Senhor Deputado Municipal Pedro Miguel de Sousa Barrocas Martinho Cegonho, do Grupo Municipal de PS, não esteve presente na sala aquando da apreciação e votação desta Proposta por impedimento legal

PROPOSTA N.º 828/2015

Aprovar a minuta contratual do 6.º Aditamento ao contrato de financiamento sob a forma de abertura de crédito a celebrar com o BPI/BIIS, SPA, relativa ao financiamento do Programa de Investimento Prioritário em Ações de Reabilitação Urbana (PIPARU)

Pelouro: Vereador João Paulo Saraiva e Vereador Manuel Salgado.

Serviço: Direção Municipal de Finanças (DMF) e os responsáveis pela execução dos investimentos.

Considerando que:

- 1 - Pela Proposta n.º 1116/CM/2009 foi aprovada, pelos Órgãos Municipais, a contratação de um financiamento no montante global de 120 126 177 euros, repartidos entre o IHRU/BEI e pelo BPI/BIIS, SpA, nas condições fundamentais então propostas, que incluíam maturidades de 15 anos para a banca comercial e de 30 anos para a parcela IHRU/BEI;
- 2 - A proposta e os contratos, bem como a demais documentação associada, foram submetidas a visto prévio do Tribunal de Contas, que solicitou a anexação da listagem dos projetos envolvidos no respetivo financiamento aos contratos celebrados com as entidades bancárias, dando origem à celebração do designado «1.º aditamento ao contrato de financiamento sob a forma de abertura de crédito»;
- 3 - Ainda no âmbito do exercício da fiscalização prévia, foi recomendado pelo Tribunal de Contas «a redução aos montantes dos empréstimos das verbas já pagas por conta da realização dos projetos» dando origem à celebração do «2.º aditamento ao contrato de financiamento sob a forma de abertura de crédito»;
- 4 - No quadro do 2.º aditamento foi, assim, reduzido o montante global do financiamento para 117 210 851 euros;
- 5 - O processo, com as duas adendas supra mencionadas, foi visado pelo Tribunal de Contas, em 8 de julho de 2010;
- 6 - Pela Proposta n.º 763/CM/2010 foi aprovada, pelos Órgãos Municipais, a contratação do «4.º aditamento ao contrato de financiamento sob a forma de abertura de crédito» porque foi necessário considerar sem efeito o 3.º aditamento, em virtude de se pretender alterar os projetos constantes das listagens anexas ao contrato inicial e respetivos aditamentos, os quais constituem os processos de visto prévio n.ºs 1514 e 1515/2010, visados pelo Tribunal de Contas, em 17 de março de 2011;
- 7 - Por várias vicissitudes relacionadas com a execução do PIPARU foi necessário fazer um 5.º Aditamento, aprovado pela Deliberação n.º 521/CM/2012, em 19 de setembro, para alteração da listagem das ações abarcadas, mantendo-se o valor global do financiamento em 117 210 379 euros, que mereceu visto prévio pelos processos IHRU/BEI n.º 218/2013 e BPI/BIIS n.º 1429/2012, em 2013/03/13 e 2012/12/27, respetivamente;

8 - Com o referido 5.º aditamento ao contrato IHRU/BEI ficou expresso um prazo de execução financeira do programa até 15 de dezembro de 2016, tendo-se mantido o prazo de utilização do financiamento BPI/BIIS SpA, até 8 de julho de 2015;

9 - A fim de evitar os custos associados ao desembolso de verbas sem alinhamento com o nível de execução financeira do Programa, não foi utilizada a totalidade do financiamento BPI/BIIS, SpA, no prazo contratualmente definido, ficando por utilizar 9 679 618 euros;

10 - A manutenção do equilíbrio do financiamento original contratado, i.e., 50 % financiados pelo IHRU/BEI e 50 % pelo BPI/BIIS, SpA, fundamentaram a comunicação ao BPI/BIIS, SpA, do interesse do Município em prorrogar o prazo de utilização do financiamento por utilizar;

11 - A banca manifestou-se no sentido de acompanhar esta necessidade do Município, tendo o BPI acordado com o BIIS, SpA, assumir o financiamento do saldo remanescente por utilizar pelo Município, concordando em prorrogar o prazo de utilização até final de Setembro de 2016, na utilização de tranches de 2 500 000 euros até aos

9 679 618 euros remanescentes, para permitir melhor gestão de necessidades de tesouraria em consonância com os níveis de execução.

Tenho a honra de propor que a Câmara delibere aprovar e submeter à Assembleia Municipal, nos termos da alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:

1 - O 6.º aditamento ao contrato de financiamento sob a forma de abertura de crédito a celebrar com o BPI/BIIS, SpA, relativa ao financiamento do Programa de Investimento Prioritário em Ações de Reabilitação Urbana (PIPARU) conforme à respetiva minuta, que figura em Anexo como parte integrante da Proposta, com as seguintes alterações às condições fundamentais:

- Prorrogação do prazo de utilização até 30 de setembro de 2016;
- Utilização do montante remanescente, em desembolsos mínimos ou múltiplos de 2,5 milhões de euros, até ao montante de 9 679 618 euros.

Sexto Aditamento a Contrato de Abertura de Crédito

Entre, por um lado:

- **Banco BPI, S.A.**, sociedade aberta, com sede na Rua Tenente Valadim, 284, 4100-476 Porto, matriculado na Conservatória do Registo Comercial do Porto sob o número único de matrícula e de pessoa coletiva 501 214 534, com o capital social de € 1.293.063.324,98, adiante e isoladamente designado por “Banco BPI”.

E:

- **Banca Infrastrutture Innovazione e Sviluppo SpA**, sociedade constituída ao abrigo da lei italiana, com sede em Via del Corso, número 226, 00186 Roma, com o capital social de € 346.300.000,00 (trezentos e quarenta e seis milhões e trezentos mil euros), matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Roma sob o número 08445111001, que é parte do grupo bancário INTESA SANPAOLO e atua sob a direção e coordenação do acionista único INTESA SANPAOLO S.p.A. (nos termos do artigo 2497-bis do Código Civil italiano), adiante e isoladamente designado por “BIIS”;

Ambos, Banco BPI e BIIS e em conjunto, adiante designados por Bancos

E, por outro lado:

- **Município de Lisboa**, com sede na Praça do Município, pessoa coletiva nº. 500 051 070, neste acto representado pelo Presidente da Câmara Municipal, (...), portador do cartão de cidadão número (...), emitido pela República Portuguesa, válido até (...), com poderes para o acto adiante designado por “Mutuária”,

Considerando que:

- I Em 1 de Março de 2010 foi celebrado, entre o Banco BPI, o BIIS e a Mutuária, um contrato de financiamento sob a forma de abertura de crédito, no valor de € 61.100.000,00 (sessenta e um milhões e cem mil euros) –, cuja cópia se junta como Anexo I ao presente instrumento –, tendo em vista apoiar financeiramente este último no âmbito do plano de investimentos prioritários em Acções de Reabilitação, que consta como Anexo I ao primeiro aditamento ao Contrato.

- II** Em 3 de Maio e em 30 de Junho de 2010, foram celebrados, respectivamente, o primeiro e segundo aditamentos ao Contrato, cujas cópias igualmente se juntam como Anexos II e III.
- III** O Contrato, com as alterações nele efetuadas por meio dos seus primeiro e segundo aditamentos, foi visado pelo Tribunal de Contas em sessão diária de visto realizada em 8 de Julho de 2010 (Processo n.º 418/2010).
- IV** Nos termos do segundo aditamento ao Contrato o montante da abertura de crédito foi reduzido de € 61.100.000,00 para € 59.679.858,00, mantendo-se a participação de cada um dos Bancos no Empréstimo em 50% daquele montante
- V** O Banco BPI, o BIIS e a Mutuária consideraram sem efeito o terceiro aditamento ao Contrato, o qual foi remetido a visto prévio do Tribunal de Contas (Processo de visto n.º 1515/10), em virtude de se pretender alterar os projetos constantes das listagens anexas ao Contrato e respetivos aditamentos.
- VI** Em 25 de Fevereiro de 2011 foi celebrado o quarto aditamento ao Contrato, cuja cópia se junta como Anexo IV ao presente instrumento, que reduziu o montante da abertura de crédito para € 59.679.618,00.
- VII** Em 24 de Setembro de 2012 foi celebrado o quinto aditamento ao Contrato, cuja cópia igualmente se junta como anexo V ao presente instrumento.
- VIII** Nos termos do Contrato, incluindo os Anteriores Aditamentos, o período de utilização do Empréstimo era de 5 anos após a data da obtenção do visto do Tribunal de Contas, período este que atingiu, assim, o seu termo em 8 de Julho de 2015.
- IX** À data do termo do período de utilização do Empréstimo este não se encontrava totalmente utilizado, registando-se um montante utilizado de € 50.000.000,00 (o “Montante Utilizado”) e um saldo por utilizar de € 9.679.618,00 (o “Saldo Disponível”).
- X** A Mutuária solicitou aos Bancos a prorrogação do prazo de utilização do Empréstimo até 30 de Setembro de 2016 e, consequentemente, a possibilidade de utilizar o Saldo Disponível até àquela data.

- XI** Os Bancos anuíram à solicitação referida no anterior Considerando X, mas desde que o mencionado saldo por utilizar de € 9.679.618,00 (o “Saldo Disponível”) fosse unicamente desembolsado pelo Banco BPI.

Assim, é celebrado o presente Aditamento ao Contrato, que se rege pelos termos e condições constantes das cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira

(Definições)

1. As Partes outorgantes, para efeito do Aditamento (incluindo os seus Considerandos) e salvo se de outro modo resultar do texto em que se inserem, atribuem às palavras e expressões iniciadas por letra maiúscula:

- 1.1. E sem prejuízo do disposto no subsequente número 1.2, o mesmo significado que lhes é dado na Cláusula Primeira do Contrato.

- 1.2. O significado seguinte:

“Aditamento”: O presente Aditamento

“Anteriores Aditamentos”: Designa o conjunto dos anteriores aditamentos (primeiro a quinto) efetuados ao Contrato e identificados nos Considerandos supra.

“Contrato”: O contrato identificado no Considerando I

“Montante Utilizado”: O montante do Empréstimo no valor de € 50.000.000,00 utilizado, até em 8 de Julho de 2015, pela Mutuária

“Saldo Disponível”: O saldo do Empréstimo por utilizar, em 8 de Julho de 2015, pela Mutuária no montante de € 9.679.618,00.

Cláusula Segunda

(Montante)

A Cláusula Segunda do Contrato passa, em razão do desembolso do Saldo Disponível competir unicamente ao Banco BPI, a ter a redação seguinte:

- “ 1. Os Bancos, pelo presente contrato, concedem à Mutuária um Empréstimo, sob a forma de abertura de crédito, no montante global de até € 59.679.618,00 (cinquenta e nove milhões seiscientos e setenta e nove mil seiscientos e dezoito euros), distribuídos da forma seguinte:
- (i) O Banco BPI empresta (58,11) % do montante global, isto é € (34.679.618,00);
- (ii) O BIIIS empresta (41,89) % do montante global, isto é € (25.000.000,00)
2. A Mutuária obriga-se a efetuar o reembolso do capital utilizado nos termos do presente instrumento. “

Cláusula Terceira

(Utilização e Confissão de Dívida)

1. Aos números 1. e 4. da Cláusula Quarta do Contrato, em razão do alargamento do prazo de utilização do Empréstimo e do desembolso do Saldo Disponível competir unicamente ao Banco BPI, são aditados os parágrafos seguintes:

“1. (...)

Tendo em conta que o Empréstimo não foi integralmente utilizado até ao termo do prazo decorrente do disposto no parágrafo anterior deste número 1., ou seja até 8 de Julho de 2015, acordam as partes outorgantes que o Saldo Disponível poderá ser utilizado até 30 de Setembro de 2016.

“4. (...).

No que importa ao Saldo Disponível o procedimento de utilização aplicável não será o referido no parágrafo anterior deste número 4. mas, antes, o que se indicada em seguida:

Na posse do pedido da Mutuária, o Banco BPI efetuará o desembolso do montante constante do pedido de utilização, nos termos referidos no subsequente número 5..

2. Em razão do montante remanescente, o número 2 da Cláusula Quarta passa a ter a seguinte redação

“2. O empréstimo será utilizado por montantes mínimos de 2.500.000 (dois milhões e quinhentos mil euros) e em múltiplos de EUR 2.500.000 (dois milhões e quinhentos mil) salvaguardando o desembolso final de acerto face ao montante por utilizar mediante (...) “

3. O número 6. da Cláusula Quarta do Contrato, em razão das alterações que antecederem, passa a ter a redação seguinte:

“6. A Mutuária confessa-se, desde já e incondicionalmente, devedora aos Bancos das importâncias utilizadas nos termos dos números 1. e 4. anteriores, bem como dos juros que as mesmas importâncias venham a vencer e, ainda, das comissões, despesas e encargos estipulados no presente contrato.”

Cláusula Quarta

(Taxa de Juro)

Considerando que o Saldo Disponível será unicamente desembolsado pelo Banco BPI, todas as referências que, nos números 2. e 4. da Cláusula Quinta, são efetuadas aos Bancos, deverão ser interpretadas, no que importa ao Saldo Disponível, como unicamente referentes ao Banco BPI.

Cláusula Quinta

(Obrigações dos Bancos perante o Banco Agente)

À alínea a) da Cláusula Vigésima do Contrato, em razão do desembolso do Saldo Disponível competir unicamente ao Banco BPI, é aditado o parágrafo seguinte:

“ a) (...)

O disposto no parágrafo anterior desta alínea a), não se aplica à utilização do Saldo Disponível.

Cláusula Sexta

(Declarações)

1. A Mutuária declara, em benefício dos Bancos, que:
 - a) A assinatura do Aditamento, os respetivos termos e condições, e o cumprimento das obrigações dele decorrentes não infringem qualquer norma legal ou regulamentar a que esteja sujeita, nem constitui infração a qualquer outro contrato ou acordo de que seja parte ou a que esteja vinculada.
 - b) A assinatura do Aditamento, os respetivos termos e condições, e o cumprimento das obrigações dele decorrentes, não necessitam de qualquer autorização interna ou externa, que não tenha sido devidamente obtida.
 - c) As declarações prestadas na Cláusula Décima Terceira (Declarações da Mutuária) do Contrato, são fiéis e verdadeiras na presente data;
 - d) Não se verifica, na presente data, nenhuma situação de mora ou incumprimento, ou circunstância que fundamente, nos termos e condições estipulados no Contrato, o reembolso antecipado dos créditos ou a resolução do Contrato por parte dos Bancos.
2. O BIIS manifesta o seu acordo aos termos e condições do Aditamento, particularmente quanto ao alargamento do prazo de utilização do Empréstimo, no que importa ao Saldo Disponível, até 30 de Setembro de 2016 e, bem ainda, quanto ao desembolso do Saldo Disponível ser efectuado, unicamente, pelo Banco BPI.

Cláusula Sétima

(Vigência dos Termos e Condições do Contrato)

Em tudo o mais, não expressamente alterado pelo Aditamento, mantêm-se em vigor os termos e condições do Contrato tal como alterado pelos Anteriores Aditamentos.

Cláusula Oitava

(Foro)

Para todas as questões que resultarem do Aditamento, ou que visem acautelar os créditos dele emergentes, será competente, à escolha do respetivo autor ou requerente, o tribunal da comarca de Lisboa, o tribunal da sede ou domicílio do demandado ou, ainda, o tribunal de comarca onde se encontrem bens da Mutuária ou dados de garantia.

Cláusula Nona

(Despesas e Encargos)

A Mutuária pagará ou reembolsará, logo que para tanto seja solicitada pelo Banco BPI, todas as despesas e encargos, nomeadamente de natureza fiscal, que resultem da celebração, cumprimento e execução do Aditamento.

Cláusula Décima

(Entrada em Vigor)

O Aditamento só entra em vigor na data em que a Mutuária apresentar ao Banco Agente os seguintes documentos em forma e substância por este aceites:

- a) Prova de obtenção do Visto do Tribunal de Contas ao Aditamento.
- b) Certidão ou fotocópia autenticada da deliberação do Executivo Camarário a aprovar as alterações decorrentes do presente Aditamento.

Feito aos (...) de (...) de 2015, em 3 exemplares, de igual valor e conteúdo, distribuídos pelos outorgantes.

- Pelo Banco BPI, S.A.
- Pela Banca Infrastrutture Innovazione e Sviluppo SpA
- Pelo Município de Lisboa

[termo de autenticação a elaborar por notário, advogado ou solicitador]

- Deliberação n.º 22/AML/2016:

- Proposta n.º 663/CM/2015 - Cessação do Protocolo celebrado a 2 de maio de 2003 com a Associação de Proteção à Infância da Ajuda e a constituição de um direito de superfície sobre um prédio municipal com a área de 1369,63 m², situado no Largo da Ajuda, 1 e 2, a favor da mesma Associação, nos termos da proposta.

Subscrita pelo Senhor Vereador Manuel Salgado.

Aprovada por unanimidade na CML e na AML.

PROPOSTA N.º 663/2015

Aprovar e submeter à apreciação da Assembleia Municipal a cessação do Protocolo celebrado a 2 de maio de 2003 com a Associação de Proteção à Infância da Ajuda e a constituição de um direito de superfície sobre um prédio municipal com a área de 1369,63 m², situado no Largo da Ajuda, 1 e 2, a favor da mesma Associação.

Pelouro: Vereador Manuel Salgado.

Serviço: DMGP - Direção Municipal de Gestão Patrimonial.

Considerando que:

- a) A 2 de maio de 2003 foi celebrado Protocolo de cedência a título precário e temporário do espaço municipal, sito no Largo da Ajuda, 1 e 2, entre a Câmara Municipal de Lisboa e a Associação de Proteção à Infância da Ajuda (doravante designada APIA), com destino exclusivo à Sede da Associação e desenvolvimento de atividades no âmbito dos seus Estatutos (cf. Anexo I);
- b) Ao longo destes anos e neste espaço municipal cedido precariamente, a APIA tem vindo a promover atividades nas valências de Creche, Jardim de Infância e ATL, assim como continua a ter neste local a sua sede, tudo numa área total de 1369,63 m² (cf. Anexo II);
- c) Os Serviços Municipais com competência na matéria declaram que a ação desenvolvida pela APIA se reveste de interesse para o Município, funciona com os acordos da Segurança Social e da DREL, dá resposta social na valência creche, em particular na Freguesia da Ajuda e zonas limítrofes, e integra a Rede Pública de Equipamentos para a Primeira Infância (cf. Anexo III);
- d) Em 2010, a APIA instruiu um pedido de licenciamento de obras de alteração (ampliação) / legalização do prédio municipal situado ao Largo da Ajuda, 1 e 2, que deu origem ao processo n.º 511/EDI/2010;
- e) Em 2014/07/03, o processo n.º 511/EDI/2010 mereceu despacho de *Aprovado* proferido pelo Sr. Vereador Manuel Salgado (cf. Anexo IV);
- f) Se pretende, assim, regularizar a área efetivamente utilizada pela APIA, desde logo dotando-a da necessária reformulação nos termos do aprovado no processo n.º 511/EDI/2010

e assim contribuir para um reforço qualificativo da oferta a este nível à população da cidade de Lisboa, em particular na zona da Freguesia da Ajuda;

- g) O atual regime de cedência do espaço municipal não se conforma com as pretensões de continuidade e qualidade nos serviços prestados pela APIA enquanto Instituição Particular de Solidariedade Social, pelo que se entendeu mais adequado constituir um direito de superfície para o local anteriormente cedido, pelo prazo de 50 anos e cessar o Protocolo de 2 de maio de 2003.

Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere, ao abrigo das disposições conjugadas da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e da alínea i) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar e submeter à apreciação da Assembleia Municipal:

- 1 - A cessação do Protocolo celebrado entre a Câmara Municipal de Lisboa e a Associação de Proteção à Infância da Ajuda, a 2 de maio de 2003, para a cedência a título precário e temporário do espaço municipal, sito no Largo da Ajuda, 1 e 2;
- 2 - A constituição de um direito de superfície a favor da Associação de Proteção à Infância da Ajuda, por documento particular autenticado ou escritura notarial, sobre o prédio municipal situado ao Largo da Ajuda, 1 e 2 e com a área total de 1369,63 m², delimitada a cor azul na Planta n.º 15/115/DMGP (cf. Anexo V), pelo prazo de 50 anos, a contar da data da celebração do respetivo contrato, com a prestação mensal de 400 euros (quatrocentos euros), atualizada anualmente por aplicação do índice de preços no consumidor sem habitação, para o território continental, quando positivo e ao qual se atribui o valor da prestação anual no montante total de 4840 euros (quatro mil oitocentos e quarenta euros), apenas para efeitos de escritura (cf. Anexos VI e VII).

CONFRONTAÇÕES:

Da parcela a ceder em direito de superfície - Planta n.º 15/115/DMGP:

- Norte, Sul e Nascente: Travessa da Ajuda;
- Poente: Largo da Ajuda.

TERMOS E CONDIÇÕES DO DIREITO DE SUPERFÍCIE

A constituição do direito de superfície a favor da Associação de Proteção à Infância da Ajuda, objeto da presente proposta, fica subordinada às seguintes condições:

A. OBJETO:

- 1 - O direito de superfície constituído a favor da Associação de Proteção à Infância da Ajuda (doravante designada APIA), incide sobre um prédio municipal, sito ao Largo

da Ajuda, 1 e 2, com a área total de 1369,63 m², freguesia da Ajuda, delimitada a trama na cor azul na cópia da Planta n.º 15/115/DMGP.

2 - A propriedade municipal objeto da constituição do direito de superfície será entregue à APIA, no estado em que se encontra, sendo da sua responsabilidade as obras a desenvolver no local.

3 - O direito de superfície a constituir destina-se ao mesmo fim previsto no Protocolo de 2 de maio de 2003, que agora cessará, ou seja, com destino exclusivo à Sede da Associação e desenvolvimento de atividades no âmbito dos seus Estatutos.

4 - A APIA não poderá utilizar o prédio municipal ora cedido em direito de superfície para qualquer outro uso que não o agora previsto.

B. PRAZO DE CONSTITUIÇÃO E CONDIÇÕES DE PRORROGAÇÃO:

5 - O direito de superfície é constituído pelo prazo de 50 anos, prorrogável por vontade do superficiário por sucessivos períodos de 25 anos, desde que o Município de Lisboa não necessite do prédio municipal para obras de renovação urbana ou outro fim de interesse público.

6 - Querendo o superficiário exercer a faculdade prevista na condição anterior, deverá comunicar ao Município a sua intenção até um ano antes do termo do prazo que estiver em curso.

7 - A oposição à prorrogação deve ser pelo Município comunicada por escrito ao superficiário no prazo de três meses a contar da data da receção da comunicação de prorrogação de prazo do direito de superfície.

8 - Operada a extinção do direito de superfície, por qualquer causa, o prédio com todas as benfeitorias, reverterá para o Município de Lisboa, livre de quaisquer ónus ou encargos, sem que seja devido ao superficiário qualquer indemnização.

C. RENDA:

9 - A Associação de Proteção à Infância da Ajuda, pagará ao Município, a título do direito de superfície ora aprovado, a prestação mensal 400 euros (quatrocentos euros), atualizada anualmente, através da taxa de atualização anual dos arrendamentos habitacionais.

10 - Sem prejuízo do disposto na cláusula seguinte, em caso de mora no pagamento da renda, o Município de Lisboa terá o direito de exigir o dobro do valor das rendas em dívida.

11 - O primeiro atraso no pagamento da renda por parte do superficiário não está sujeito a qualquer penalização, se vier a ser efetuado até ao final do 3.º dia seguinte à data limite de pagamento, ficando, todavia, o superficiário sujeita a uma penalização de 1 % sobre o valor da renda caso proceda ao pagamento da renda entre o 4.º e o 30.º dia após a data limite de pagamento.

D. ENCARGOS DA SUPERFICIÁRIA:

12 - No âmbito geral, a Associação de Proteção à Infância da Ajuda, obriga-se a:

- a) Requerer e instruir, a expensas suas, todos os pedidos de licenças necessários ao cumprimento dos direitos e obrigações decorrentes da constituição do direito de superfície;
- b) Assegurar a manutenção e os encargos de funcionamento dos seus equipamentos e serviços a implementar na propriedade objeto do direito de superfície, nomeadamente, os relacionados com o consumo de eletricidade, água, gás e telecomunicações, bem como com limpeza ou quaisquer equipamentos de segurança;
- c) Manter todas as estruturas que utilize em perfeito estado de conservação, segurança, limpeza e salubridade, cabendo-lhe executar todas as reparações necessárias e suportar os respetivos custos;
- d) Manter a vigilância que considere necessária nas suas instalações;
- e) Avisar imediatamente o Município de Lisboa sempre que tenha conhecimento de que algum perigo ou ameaça relativamente ao bem ou que terceiros se arrogam de direitos sobre a propriedade municipal objeto do direito de superfície ou equipamentos nelas erigidos;
- f) Permitir ao Município proceder à fiscalização periódica do bem para verificação das condições das respetivas instalações e do respetivo funcionamento;
- g) Contratar e manter Seguro que garanta o risco de incêndio e de destruição do bem por causas naturais ou ação humana.

E. TRANSMISSÃO OU ONERAÇÃO DO DIREITO DE SUPERFÍCIE:

13 - O direito de superfície é constituído *intuitu personae* à Associação de Proteção à Infância da Ajuda, não podendo ser alienado sem autorização expressa por escrito do Município de Lisboa, que, nos termos do estabelecido no artigo 1535.º do CC, gozará do direito de preferência, em último lugar, na alienação de tal direito, por qualquer causa.

14 - Para efeitos do número anterior, fica desde já estabelecido que o valor da alienação não poderá ser superior ao valor calculado para o direito de superfície, atualizado pelo coeficiente de desvalorização da moeda.

15 - O superficiário não poderá onerar o direito de superfície sem a prévia aprovação pelo Município de Lisboa.

16 - Para efeitos do disposto no número anterior, deverá o superficiário formular o respetivo pedido por escrito ao Vereador com o Pelouro do Património.

F. EXTINÇÃO DO DIREITO DE SUPERFÍCIE:

17 - O direito de superfície extinguir-se-á por decurso do respetivo prazo, ou pela verificação das seguintes situações, com a consequente desocupação imediata do prédio municipal e dos respetivos equipamentos aí construídos e instalados:

- a) A utilização da propriedade para fins diversos do objeto da cedência;
- b) O incumprimento, pelo superficiário, de qualquer das obrigações emergentes do contrato de constituição do direito de superfície.

18 - Extinto o direito de superfície, pelo decurso do prazo, o superficiário obriga-se a entregar ao Município de Lisboa, no prazo máximo de 60 dias a contar da data da ocorrência do facto que determinou a extinção de tal direito, o prédio municipal, livre de quaisquer ónus ou encargos, sem que seja devido ao superficiário qualquer indemnização.

19 - A extinção do direito de superfície, pelo decurso do prazo, importará também a extinção dos direitos reais de gozo ou de garantia que eventualmente tenham sido constituídos pelo superficiário em benefício de terceiro, ainda que com autorização do Município.

20 - Verificada a extinção do direito de superfície, pelo decurso do prazo, fica o superficiário obrigado a comparecer na outorga do contrato que para o efeito tenha de ser celebrado, no prazo máximo de 60 dias a contar da data em que para o efeito lhe seja dirigida comunicação escrita pelo Município de Lisboa, sendo que se o não fizer fica desde já expressamente reconhecido o direito à execução específica, nos termos do disposto no artigo 830.º do Código Civil.

G. COMPROMISSO ARBITRAL:

21 - A resolução de todo e qualquer litígio emergente da interpretação, aplicação ou execução de qualquer das cláusulas anteriores, fica sujeito a um Tribunal Arbitral, com expressa renúncia a qualquer outro.

22 - Para efeitos do disposto no número anterior, o Tribunal Arbitral será constituído *ad hoc* da seguinte forma:

- a) Cada Parte nomeará um Árbitro e estes dois Árbitros acordarão sobre a nomeação de um terceiro Árbitro, que presidirá;
- b) Os Árbitros serão nomeados no prazo máximo de 15 dias a contar da data em que uma das Partes tenha notificado a outra da sua intenção de submeter o diferendo a um Tribunal Arbitral;
- c) O Presidente será nomeado no prazo máximo de 30 dias a contar da data da nomeação dos restantes Árbitros;
- d) Na ausência de acordo quanto à nomeação do Presidente, qualquer das Partes poderá solicitar ao Presidente do Tribunal da Relação que proceda à respetiva nomeação;
- e) O Tribunal Arbitral determinará as suas regras de procedimento;
- f) O Tribunal Arbitral decide por maioria de votos e a sua decisão será definitiva e vinculativa;
- g) Cada Parte suportará os custos com o seu próprio Árbitro e da sua representação no processo arbitral. Os custos relativos ao Presidente, bem como os demais custos, serão suportados em partes iguais por ambas as Partes.

ANEXOS:

- I - Cópia do Protocolo celebrado em 2003/05/02;
- II - Ficha de ocupação referente ao Parceiro n.º 500031630 - Associação de Proteção à Infância da Ajuda;
- III - Cópia da Informação n.º 662/DMHDS/DDS/DASS/14;
- IV - Cópia de elementos referentes à emissão de parecer favorável e despacho de homologação do Sr. Vereador Manuel Salgado, de 2014/07/03, ao processo n.º 511/EDI/2010;
- V - Planta n.º 15/115/DMGP;
- VI - Relatório de avaliação do prédio municipal a ceder em direito de superfície;
- VII - Declaração da APIA datada de 2015/10/14, Registo de entrada n.º ENT/537/DMGP/15.

(Processo n.º 20 583/CML/15.)

Nota: Os Anexos I, II, III, IV, VI e VII, encontram-se arquivados na DACM.

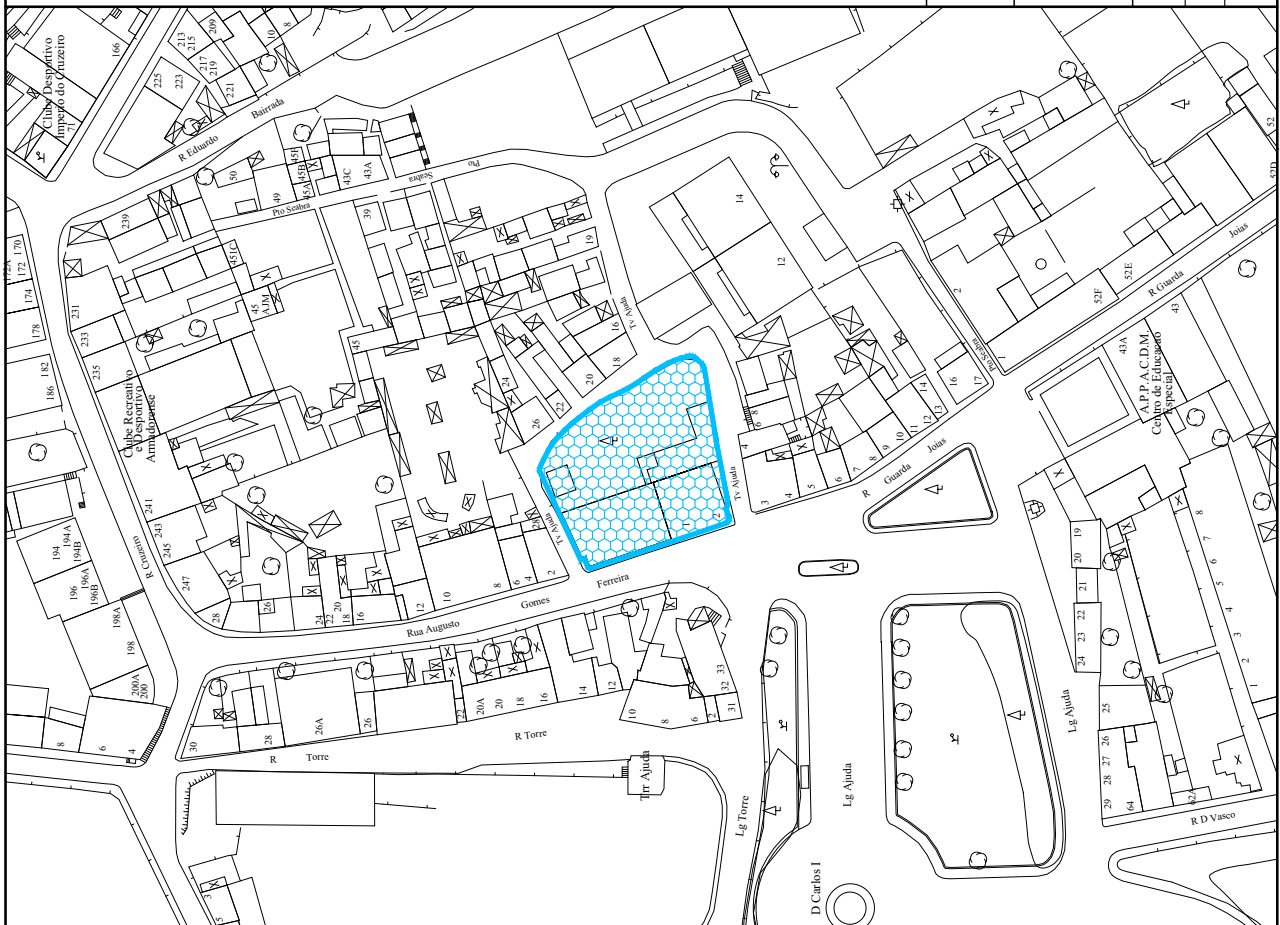
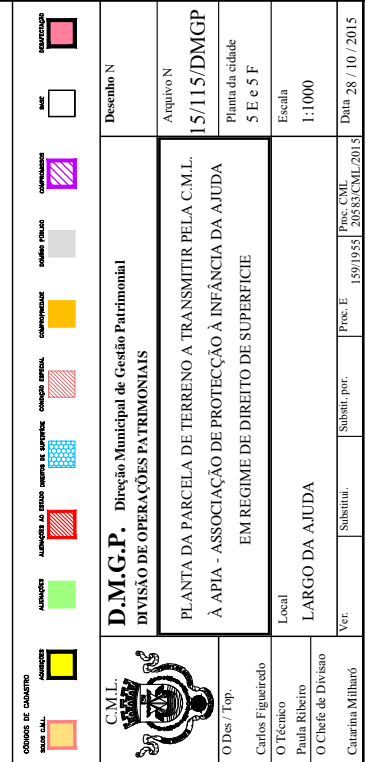


Parcela de Terreno a Transmitir pela C.M.L.
área registrada_____1.369,63m2

Proveniência

Antônio José Piano Junior e Outros
Esc. em 03/05/1956 Des. n.º (Tombo 2631)

NORTE: Travessa da Ajuda
SUL: Travessa da Ajuda
NASCENTE: Travessa da Ajuda
POENTE: Largo da Ajuda



- Deliberação n.º 23/AML/2016:

- Proposta n.º 746/CM/2015 - Desafetação do domínio público para o domínio privado do Município da parcela de terreno, sita na Azinhaga das Veigas, por necessária ao desenvolvimento da operação urbanística do Loteamento Municipal da Quinta do Marquês de Abrantes, nos termos da proposta.

Subscrita pelo Senhor Vereador Manuel Salgado.

Aprovada por unanimidade na CML e na AML.

PROPOSTA N.º 746/2015

Aprovar submeter à apreciação da Assembleia Municipal a desafetação do domínio público para o domínio privado do Município da parcela de terreno, sita na Azinhaga das Veigas, por necessária ao desenvolvimento da operação urbanística do Loteamento Municipal da Quinta do Marquês de Abrantes

Pelouro: Vereador Manuel Salgado.

Serviço: DMGP - Direção Municipal de Gestão Patrimonial.

Considerando que:

- a) Remonta a 1996 o compromisso assumido pela CML de atribuir a várias Cooperativas de Habitação a possibilidade de construir 340 fogos a custos controlados no Bairro Marquês de Abrantes e Alfinetes, tendo sido inicialmente previsto pelo DCH a construção de lotes destinados às cooperativas e a programa PER;
- b) Foram realizadas as construções e parte das infraestruturas destinadas ao PER, mas, no que concerne às cooperativas, por desrespeito pelo PDM e por parte do terreno ainda não ser municipal, a solução proposta não pode avançar;
- c) Apesar de em 2006 a Unidade de Projeto de Chelas ter assumido o controlo do processo e tentado superar os constrangimentos existentes, o processo voltou a atrasar-se com a viabilização da Terceira Travessia sobre o Tejo e a DUP (Declaração de Utilidade Pública) lançada pela REFER sobre os terrenos necessários ao alargamento da linha de cintura interna;
- d) Ultrapassadas essas vicissitudes estão agora reunidos os pressupostos para avançar com a operação urbanística da Quinta Marquês de Abrantes e Alfinetes;

e) No entanto, ao delimitar-se a área da operação do loteamento se verificou que esta abrange um troço de antigo leito de via pública que ainda integra o domínio público (cf. Anexo I);

f) Para a concretização da operação de loteamento se torna, por isso, necessário desafetar aquele troço do domínio público para o domínio privado municipal, não resultando do facto qualquer prejuízo para a circulação local.

Tenho a honra de propor que a Câmara delibere, ao abrigo das disposições conjugadas na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e da alínea q) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal:

- A desafetação do domínio público para o domínio privado municipal da parcela de terreno com a área de 853,51 m², antigo troço da Azinhaga das Veigas, identificada a cor rosa na Planta n.º 15/127/DMGP, à qual se atribui, para efeitos meramente fiscais, o valor de 4267,55 euros (quatro mil duzentos e sessenta e sete euros e cinquenta e cinco centimos), resultante de um valor simbólico de 5 euros/m² de terreno (cf. Anexo II).

CONFRONTAÇÕES:

- Norte: Lote 642-A da Rua Carlos Gil e CML;
- Sul: CML;
- Nascente: CML;
- Poente: CML.

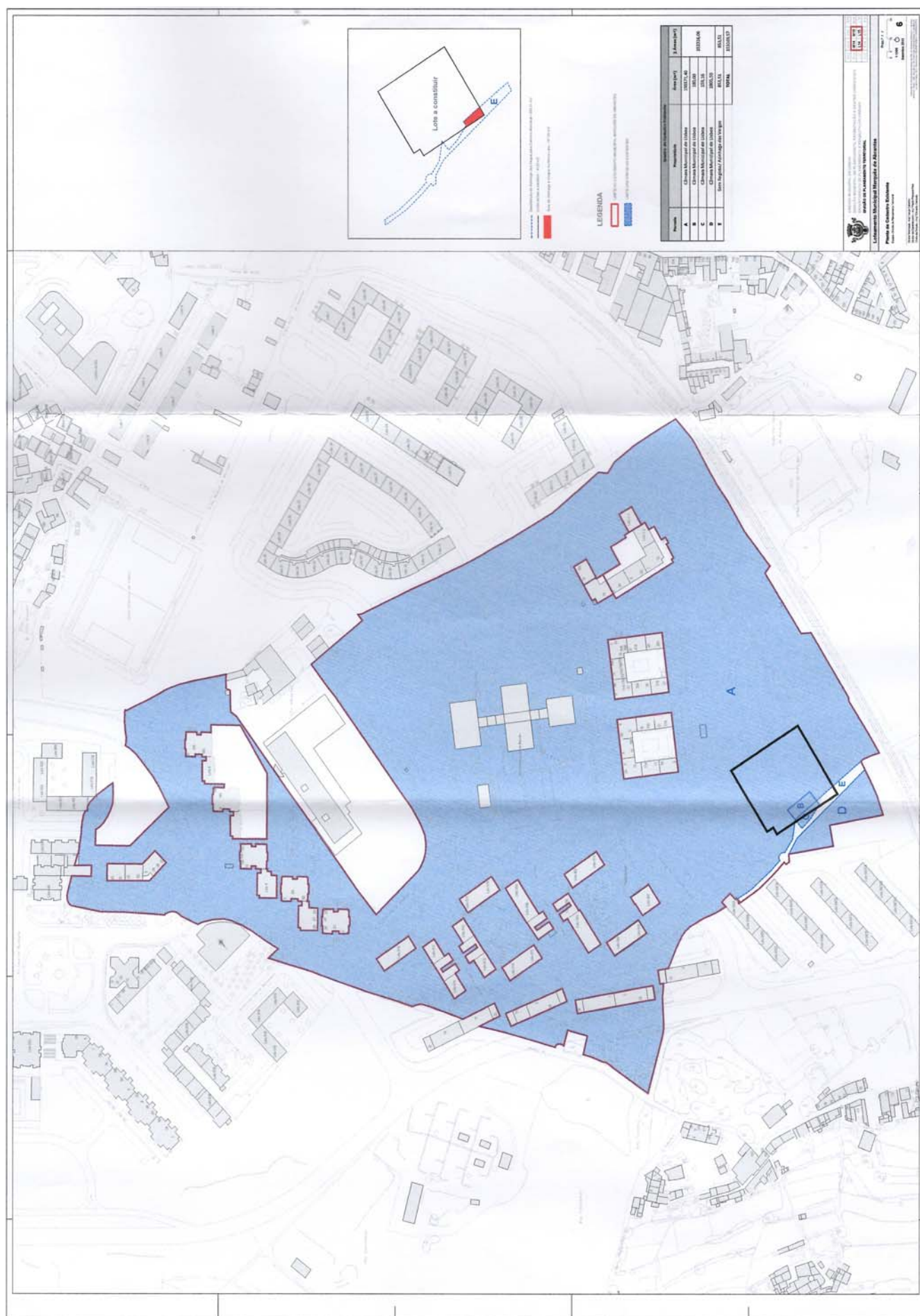
ANEXOS

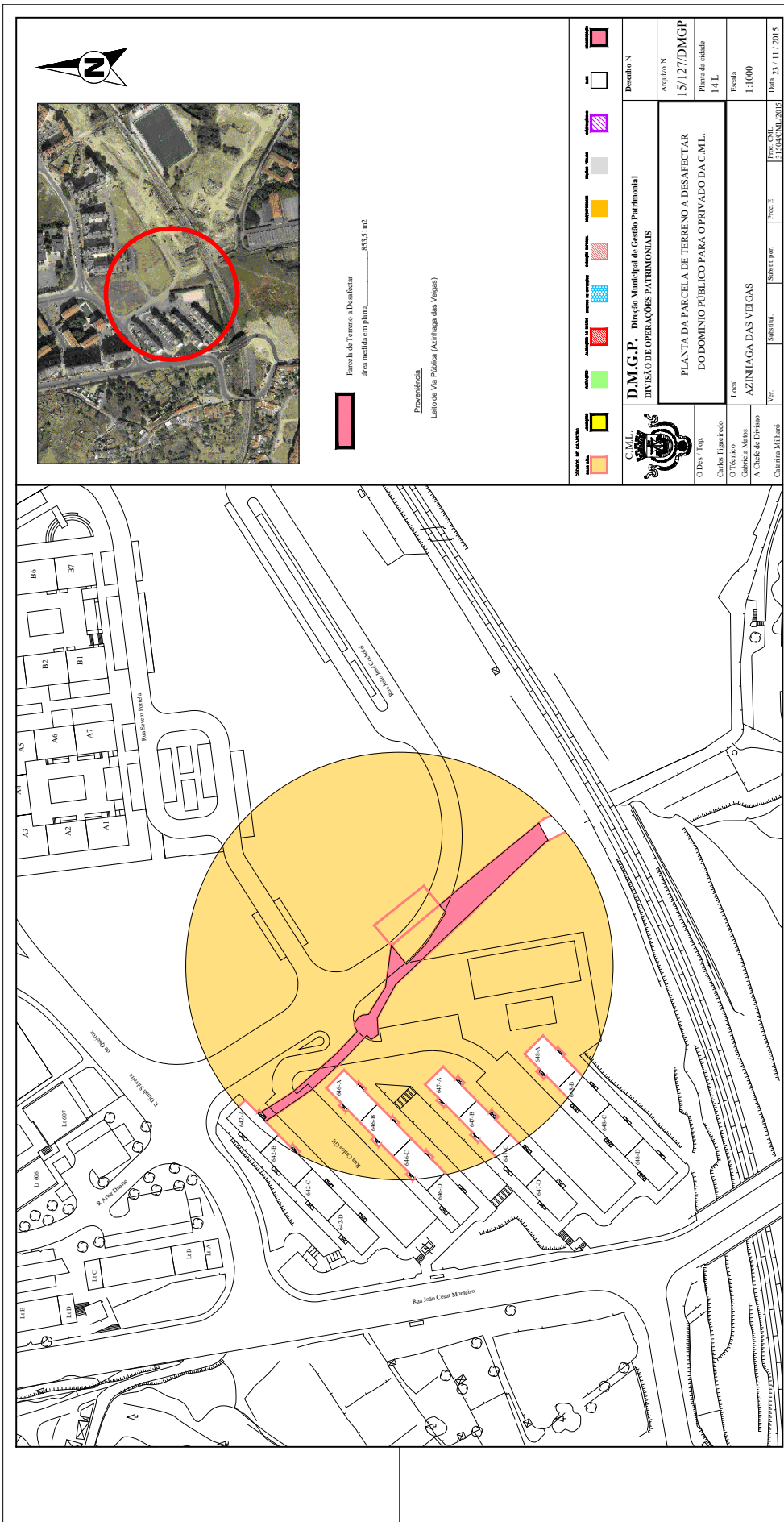
- I - Planta de Cadastro da DPT n.º 6;
- II - Planta n.º 15/127/DMGP, da Direção Municipal de Gestão Patrimonial.

(Processo n.º 31 504/CML/15.)

Justificação do valor

Estando em causa a desafetação de uma parcela de terreno para efeitos de regularização patrimonial, atribui-se o valor unitário de 5 euros/m², valor tacitamente aceite apenas para efeitos fiscais, resultando deste modo o valor de 4267,55 euros (quatro mil duzentos e sessenta e sete euros e cinquenta e cinco centimos), para a parcela de terreno em questão, com a área de 853,51 m².





- Deliberação n.º 24/AML/2016:

- Proposta n.º 747/CM/2015 - Aquisição da parcela de terreno, sita na Avenida Dr. Francisco Luís Gomes, nos termos da proposta.

Subscrita pelo Senhor Vereador Manuel Salgado.

Votação na CML: Aprovada por maioria, com 14 (catorze) votos a favor e 1 (uma) abstenção.

Votação na AML: Aprovada por maioria, com a seguinte votação: Favor - PS, PSD, PCP, PEV, PAN, PNPN e 5 Independentes; e Abstenção - BE, CDS-PP e MPT.

PROPOSTA N.º 747/2015

Aprovar submeter à apreciação da Assembleia Municipal a aquisição da parcela de terreno, sita na Avenida Dr. Francisco Luís Gomes

Pelouro: Vereador Manuel Salgado.

Serviço: DMGP.

Considerando que:

- a) Na sequência da reestruturação dos Serviços Municipais aprovada pela Deliberação n.º 107/AML/2015, de 28 de abril, tendo em vista a necessidade de racionalizar os meios e adequar a sua localização às necessidades operacionais, foi tomada a decisão estratégica de agrupar os Serviços da Câmara Municipal de Lisboa em três polos já existentes, a saber, Praça do Município, Campo Grande e Olivais;
- b) Em obediência a tal desiderato foi aprovada a Proposta n.º 455/2015, referente à aquisição dos prédios do BPI na Praça do Município, cujo contrato já obteve Visto Prévio do Tribunal de Contas e será outorgado ainda este ano;
- c) Importa continuar a concretizar a estratégia oportunamente definida, neste caso reunindo as condições para que as atuais instalações municipais de Olivais II possam ser alvo de obras de requalificação e expansão que no futuro próximo acomodem adequadamente os Serviços Municipais da Direção Municipal da Estrutura Verde, Ambiente e Energia (DMEVAE);
- d) A DMEVAE está neste momento repartida pelas instalações municipais localizadas na Avenida 24 de Julho, entretanto já alienadas em hasta pública e que deverão ser entregues aos proprietários até dia 7 de maio de 2016, e no Monsanto, com todos os inconvenientes daqui decorrentes para a sua operacionalidade;
- e) Procurando dar sequência à referida decisão estratégica de agrupar os Serviços da Câmara Municipal de Lisboa, o Município pretende adquirir uma parcela de terreno para construção, sita na Avenida Dr. Francisco Luís Gomes, contígua a solo municipal, com a área de 4100 m², descrita em sede de registo predial sob o n.º 1574 da freguesia de Santa Maria dos Olivais e inscrita na matriz predial urbana sob o artigo n.º 3385 da freguesia dos Olivais, propriedade da Entrepósito - Gestão Imobiliária, S. A. (cf. Anexo I);

- f) Tal aquisição assume carácter estratégico, no todo ou parte, por ser necessária à futura instalação dos Serviços Municipais, permitindo racionalizar custos e recursos e aumentar a rapidez, qualidade, eficiência e eficácia dos serviços prestados aos munícipes;
- g) Tendo em vista a negociação com a Entrepósito - Gestão Imobiliária, S. A., da parcela de terreno a adquirir, foram solicitadas avaliações de mercado da parcela de terreno a 3 (três) empresas credenciadas e certificadas pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), a saber: UON CONSULTING (2 840 000 euros), GAREN (2 925 000 euros) e SOUNDVALOR (3 000 000 euros) (cf. Anexo II);
- h) As avaliações dos prédios apresentam um razoável grau de convergência entre os valores apurados pelas 3 (três) diferentes entidades, são tecnicamente defensáveis e revelam uma consistência aceitável;
- i) As avaliações consideraram o PIP aprovado pela Câmara para aquele local no âmbito do Processo n.º 4284/PU/99 e a confirmação da sua adequação com os parâmetros e regulamento do Plano Diretor Municipal de Lisboa, contemplando, assim, uma área de construção de 4669 m² acima do solo para uso terciário, e uma área de construção abaixo do solo de 15 718 m² afeto a armazéns e estacionamento;
- j) Entre os vários critérios possíveis para a fixação do preço de aquisição, todos eles sustentados nas análises de mercado e avaliações realizadas, é correto calcular tal valor através da média aritmética das 2 (duas) avaliações externas mais aproximadas, obtendo-se assim o valor de 2 962 500 euros (dois milhões novecentos e sessenta e dois mil e quinhentos euros);
- k) O montante referido de 2 962 500 euros, arredondado às centenas de milhares de euros, determina um valor justo de aquisição na ordem dos 3 000 000 euros (três milhões de euros), o que foi aceite pelos proprietários;
- l) A aquisição da parcela de terreno deve obedecer ao disposto na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, devendo a Câmara, sempre que o valor de aquisição seja superior a 505 000 euros (quinhentos e cinco mil euros), correspondente a 1000 (mil) vezes a remuneração mínima mensal garantida, obter a respetiva autorização da Assembleia Municipal, ficando, igualmente, sujeita a visto prévio do Tribunal de Contas, que deverá apreciar a Minuta do respetivo Contrato.

Temos a honra de propor que a Câmara delibere, ao abrigo da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e da alínea i) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submeter à apreciação da Assembleia Municipal:

- 1 - A aquisição da parcela de terreno, sita na Avenida Dr. Francisco Luís Gomes, junto ao Entrepósito Comercial da Nissan, com a área de 4100 m², à Entrepósito - Gestão Imobiliária, S. A., ou a quem lhe provar pertencer, descrita em sede de registo predial sob o n.º 1574 da freguesia de Santa Maria dos Olivais e inscrita na matriz predial urbana sob o artigo n.º 3385 da freguesia dos Olivais, identificada a cor amarela na Planta n.º 15/126/DMGP e pelo valor de 3 000 000 euros (três milhões de euros) (cf. Anexo III);

2 - A aprovação da Minuta do Contrato de compra e venda (cf. Anexo IV).

Condição de Acordo

A parcela de terreno vem à posse do Município livre de quaisquer ónus ou encargos e devoluta de pessoas e bens.

CONFRONTAÇÕES:

- Norte: Avenida Dr. Francisco Luís Gomes;
- Sul: CML;
- Nascente: Propriedade particular;
- Poente: CML.

ANEXOS

- I - Documentação registral;
- II - Avaliações externas da UON CONSULTING, GAREN e SOUNDVALOR;
- III - Planta n.º 15/126/DMGP;
- IV - Minuta do Contrato de compra e venda;
- V - Declaração que suporta a despesa.

(Processo n.º 29 679/CML/15.)

Justificação de valor

1 - Localização:

O terreno fica localizado na Avenida Dr. Francisco Luís Gomes, na freguesia dos Olivais, concelho de Lisboa.

A parcela de terreno avaliada tem um área registada de 4100m² e uma área medida no levantamento de 4042m².

Encontra-se atualmente utilizada como estacionamento para automóveis, sendo adquirida como totalmente devoluta.

2 - Pressupostos urbanísticos:

Considerou-se na avaliação o PIP aprovado que constitui o Processo n.º 4284/PGU/99, contemplando uma área de construção de 4669m² acima do solo para uso terciário, e uma área de construção abaixo do solo de 15 718 m² afeto a armazéns e estacionamentos.

3 - Avaliações imobiliárias:

Atendendo à natureza do imóvel que consiste num terreno apto para construção, e no valor estimado previamente, solicitou-se 3 (três) avaliações imobiliárias de entidades externas independentes, devidamente certificadas pela CMVM.

As avaliações imobiliárias tiveram por base os parâmetros do PIP aprovado, e a confirmação da sua adequação com os parâmetros e regulamento do Plano Diretor Municipal de Lisboa.

Os valores obtidos para as avaliações são:

- UON CONSULTING - 2 840 000 euros;
- GAREN - 2 925 000 euros;
- SOUNDVALOR - 3 000 000 euros.

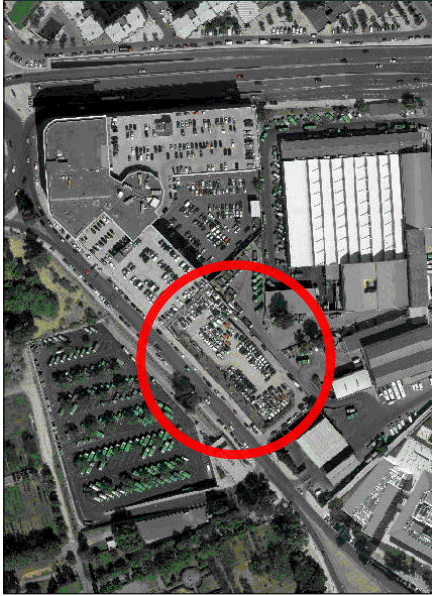
Considerando as duas avaliações mais aproximadas e fazendo a média aritmética, obtém-se o valor de 2 962 500 euros, o que considerando um arredondamento às centenas de milhares de euros, se pode considerar o valor justo de aquisição na ordem dos 3 000 000 euros, que foi aceite pela proprietária.

4 - Conclusão:

Face ao exposto considera-se razoável o valor de mercado de:

- Valor de Mercado = 3 000 000 euros (três milhões de euros).

Nota: Os restantes anexos encontram-se arquivados na DACM.



Propriedade a Transmitir à C.M.L.
área registada: 4.100,00m²




CONFRONTAÇÕES

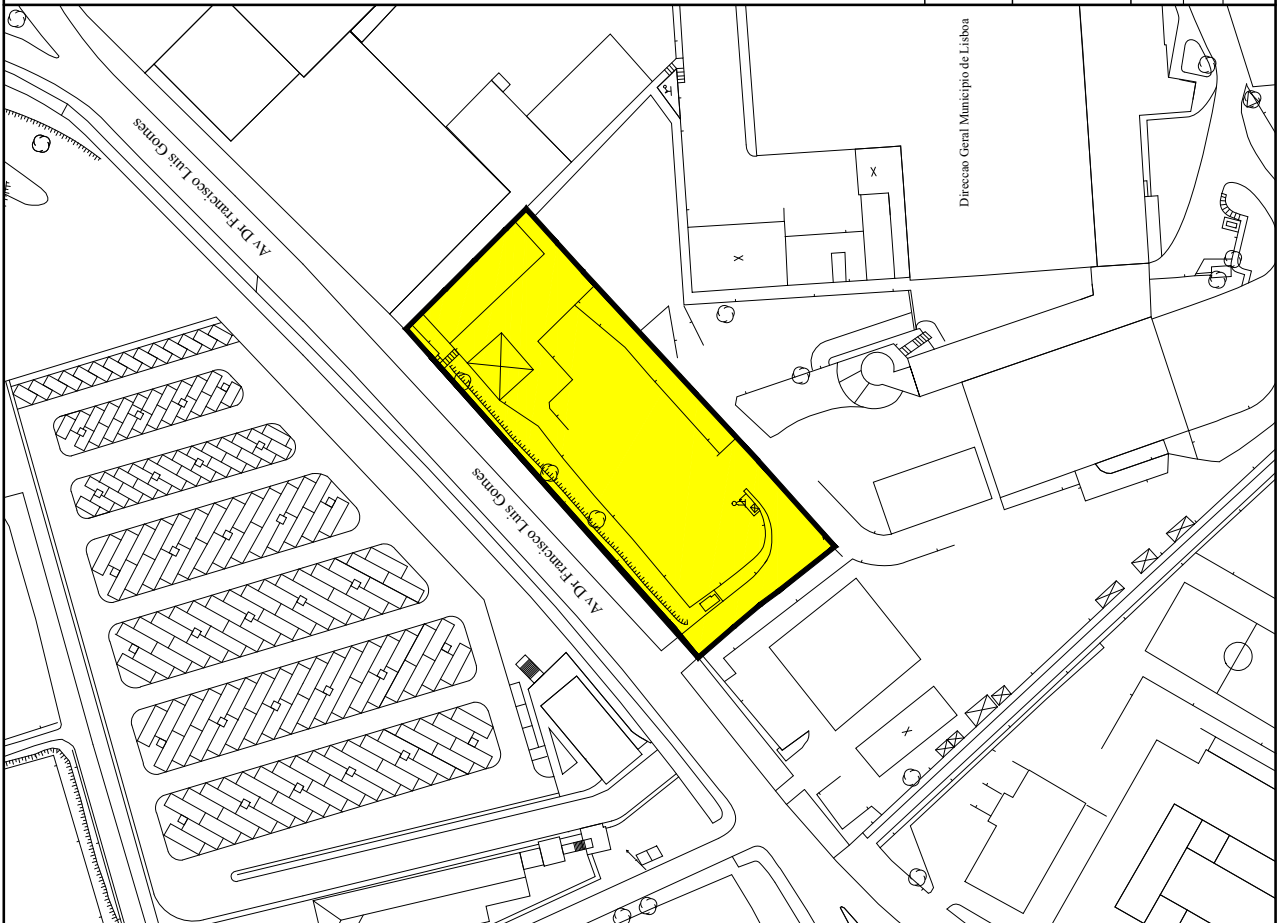
NORTE: Avenida Dr. Francisco Luis Gomes

SUL: C.M.L.

NASCENTE: Propriedade Particular

POENTE: C.M.L.

		D.M.G.P. Direção Municipal de Gestão Patrimonial DIVISÃO DE OPERAÇÕES PATRIMONIAIS		Desenho N Arquivo N 15/126/DMGP Planta da cidade 1:5 e 1:5 T Escala 1:1000 Data 05/11/2015	
O Des / Top. Carlos Figueiredo O Técnico Teresa Felício A Chefe de Divisão Catarina Milharó		PLANTA DA PROPRIEDADE A TRANSMITIR À C.M.L. POR: ENTREPÓSITO GESTÃO IMOBILIÁRIA, S.A. Local AVENIDA DR. FRANCISCO LUIS GOMES		Ver. Substitui. Substit. por. Proc. E Proc. CML 29629/CML/2015	



MINUTA DE CONTRATO DE COMPRA E VENDA

No dia ____ de dois mil e quinze, em Lisboa, no sito Edifício Central do Campo Grande, números 25/27, rés-do-chão, nesta cidade e concelho de Lisboa, perante mim, _____, NIF _____, Notária com Cartório Notarial sito na _____, compareceram como outorgantes:

PRIMEIRO

“**ENTREPOSTO GESTÃO IMOBILIÁRIA, S.A.**”, com sede em Lisboa, No Largo da Academia Nacional das Belas Artes, n.º 10, freguesia de Santa Maria Maior, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número de matrícula e pessoa coletiva 502290927, com o capital social de _____ euros, neste ato representada pelo _____, natural de ____ concelho de ____, com domicílio na Rua _____, na qualidade de _____ e pelo _____, natural de ____ concelho de _____, com domicílio na Rua _____, na qualidade de administrador, ambos com poderes para o ato, conforme Certidão da Conservatória do Registo Comercial.

SEGUNDO

_____, natural _____, concelho de Lisboa, com domicílio profissional no _____, em Lisboa, que outorga na qualidade de _____, **em representação do MUNICÍPIO DE LISBOA**, adiante designado por Câmara Municipal de Lisboa ou Câmara ou CML ou PRIMEIRO OUTORGANTE, pessoa colectiva número 500.051.070, com sede no Edifício dos Paços do Concelho, Praça do Município, em Lisboa, _____ qualidade e suficiência de poderes que verifiquei, pela despacho de delegação de competências número ____ de dois mil e quinze, publicado no Boletim Municipal

número __, de ____ de Abril de dois mil e quinze, publicitado no site <http://www.cm-lisboa.pt/municipio/boletim-municipal>, pela Certidão da Proposta número __/ dois mil e ____, aprovada em reunião da Câmara Municipal de Lisboa em __ de ____ de dois mil e quinze e aprovada pela Assembleia Municipal em __ de ____ de dois mil e quinze, documentos que arquivo.

Verifiquei a identidade dos outorgantes, a do segundo por ser do meu conhecimento pessoal, e a dos primeiros, pela exibição do Bilhete de Identidade n.º. ____, emitido pelos Serviços de Identificação de Lisboa e pelo de cartão de cidadão número ____ Portuguesa.

DECLARARAM OS OUTORGANTES, NA INDICADA QUALIDADE:

PRIMEIRA

De harmonia com as deliberações tomadas pela Câmara Municipal de Lisboa, e pela Assembleia Municipal, nas suas reuniões, respetivamente, de __ de __ de 2015 e de __ de __ de 2015, sobre a **Proposta** número __/2015, e seus anexos, a **PRIMEIRA OUTORGANTE** vende, livre de ónus ou encargos e devoluta de pessoas e bens, ao **SEGUNDO OUTORGANTE** pelo valor de €3.000.000,00 (três milhões de euros), a parcela de terreno sita na Av. Dr. Francisco Luís Gomes, com a área de 4.100,00 m², descrita em sede de registo predial sob o n.º 1574 da freguesia de Santa Maria dos Olivais e inscrita na matriz predial urbana sob o artigo n.º 3385 da freguesia dos Olivais, com o valor patrimonial de €419.470,00.

SEGUNDA

No presente ato a **PRIMEIRA OUTORGANTE** recebeu a quantia de €3.000.000,00 (três milhões de euros) de que deu quitação.

TERCEIRA

O encargo para o Município de Lisboa terá cabimento na rubrica orgânica N05.00 e na rubrica económica 07.01.01.01 do orçamento camarário para o ano de 2016, no âmbito da ação do Plano 40016 – D1.P007.03, conforme Declaração passada pelo Senhor Vereador das Finanças_____, em__de__2015.

QUARTA

A PRIMEIRA OUTORGANTE, na qualidade em que intervém, aceita a transmissão nos termos exarados.

QUINTA

Mais declaram os outorgantes, sob sua inteira responsabilidade, que este negócio não foi objecto de medição imobiliária.

Esta escritura foi lida às outorgantes e explicado o seu conteúdo.

- Deliberação n.º 25/AML/2016:

- Proposta n.º 826/CM/2015 - Repartição de encargos plurianuais e emissão de autorização prévia para assunção de compromissos para aquisição de serviços de aluguer operacional de veículos ligeiros de passageiros elétricos e híbridos, pelo período de 60 meses, nos termos da proposta.

Subscrita pelo Senhor Vice-presidente Duarte Cordeiro.

Votação na CML: Aprovada por maioria com 12 (doze) votos a favor e 1 (uma) abstenção.

Votação na AML: Aprovada por maioria, com a seguinte votação: Favor - PS, PSD, PCP, BE, PEV, MPT, PAN, PNPN e 5 Independentes; e Abstenção - CDS-PP.

PROPOSTA N.º 826/2015

Deliberação de emissão de parecer prévio à celebração de contrato de aquisição de serviços de aluguer operacional de veículos ligeiros de passageiros elétricos e híbridos, pelo período de 60 meses, bem como submeter à Assembleia Municipal prévia autorização de repartição de encargos plurianuais e a emissão de autorização prévia para assunção de compromissos, nos termos da proposta (Processo n.º 29 250/CML/15)

Pelouro: Frota - Vereador Duarte Cordeiro.

Serviço: DMHU/DRMM.

Considerando que:

- a) De acordo com a estratégia do Município de Lisboa, o Plano de Mobilidade Elétrica, e, ainda, o Plano de Renovação de Frota do Município, pretende-se efetuar uma redução da Frota Municipal e continuar a apostar nas energias alternativas aos combustíveis fósseis, com o objetivo não só da redução de emissões poluentes, bem como dar cumprimento ao estabelecido pela Zonas de Emissões Reduzidas, doravante ZER e restringir a utilização de viaturas anteriores ao ano 2000;
- b) No corrente ano já se procedeu ao abate de 4 (quatro) viaturas ligeiras de passageiros, prevendo-se abater até ao final do ano mais 3 (três), face aos custos de manutenção e à taxa de inoperacionalidade;
- c) No âmbito da estratégia do Município, se pretendem abater 88 (oitenta e oito) viaturas ligeiras, matriculadas em 1997 e 1998, de passageiros nos próximos cinco anos, sendo que, em 2016 irão ser abatidas 25 veículos com estas características;
- d) O Município de Lisboa tem vindo a apostar, desde 2007, em novos modelos energéticos para a mobilidade, que visam melhorar a qualidade de vida na cidade, primeiramente, com a introdução de viaturas movidas a gás natural comprimido na Frota Municipal e a partir de 2011 a Frota Municipal passou, também, a ter veículos ligeiros de passageiros elétricos;
- e) O veículo elétrico (doravante VE) constitui uma excelente solução de mobilidade para responder às questões atuais do aquecimento global, da qualidade do ar e da dependência que existe dos combustíveis fósseis;

- f) Existem dois fatores que estão a tornar o VE cada vez mais uma solução de mobilidade viável, dada a evolução tecnológica ao nível das baterias, nomeadamente com tempos de carga menores e maior autonomia, bem como um preço cada vez mais competitivo, principalmente quando se analisam os custos de quilómetros percorridos;
- g) O veículo híbrido, com menores consumos de combustíveis fósseis, cobre necessidades de mobilidade exigidas em serviços de representação do Município de Lisboa, garantindo o reforço das pools existentes ao serviço;
- h) Os veículos em causa estão aptos a circular em todas as zonas da cidade, incluindo as ZER, em modo puramente elétrico;
- i) Prolongar a existência de um veículo, para além dos limites técnicos e economicamente aceitáveis, implica óbvios inconvenientes, designadamente os elencados na Informação n.º 123/DMHU/DRMM/DGF/15;
- j) Desde 1999 que o Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica tem optado pelo aluguer operacional de veículos ligeiros, em detrimento da aquisição, e que esta solução trouxe inúmeras vantagens, as quais estão igualmente patentes na Informação n.º 123/DMHU/DRMM/DGF/15, em especial a menor carga administrativa para a gestão e manutenção da Frota, a cobertura dos riscos de exploração na medida em que a manutenção e os danos resultantes da ocorrência de sinistros passam a ter um custo fixo, a distribuição dos custos de um modo previsível e regular ao longo do tempo, agilizando o planeamento orçamental, a garantia da manutenção de um satisfatório estado médio de conservação, uma vez que os veículos passam a ter uma duração de utilização limitada a 60 meses;
- k) Sem perder de vista o objetivo de redução da Frota Municipal ligeira de passageiros, é imprescindível assegurar a manutenção da capacidade operacional dos Serviços Municipais num nível de exigência elevado;
- l) No artigo 48.º do Código dos Contratos Públicos é estabelecido que nos contratos de locação ou de aquisição de bens móveis ou de aquisição de serviços, a fixação, no Caderno de Encargos, de um prazo de vigência do contrato a celebrar superior a 3 anos carece de fundamentação acrescida;
- m) Caso seja necessário ou conveniente, em função da natureza das prestações objeto do contrato a celebrar ou das condições da sua execução, o Caderno de Encargos pode prever um prazo de vigência superior a 3 anos - caso em que existe um dever agravado de fundamentação (cf. artigo 48.º do Código dos Contratos Públicos), no sentido de justificar a necessidade da fixação de um prazo superior ao limite máximo permitido por regra;
- n) Nessa medida a opção de aluguer operacional por 60 meses revela-se vantajosa, tanto do ponto de vista administrativo como económico, apresentando igualmente um bom leque de soluções na perspetiva da gestão operacional das viaturas, comparada com a opção aquisição da propriedade e da opção aluguer operacional por período igual ou inferior a 36 meses;

- o) Neste contexto é de realçar a existência de uma vantagem económica pelo facto de as locadoras praticarem rendas mensais substancialmente mais baixas para períodos de vigência de contrato mais duradouro, o que o Município de Lisboa comprovou através de estudos que efetuou junto deste mercado. As vantagens administrativas decorrem do facto de os custos administrativos de qualquer alteração da Frota Municipal no número de veículos em causa serem significativos, assim, quanto maior for a duração do contrato menos alterações existem e menores serão esses custos;
- p) Na adequação desta decisão de contratação com a Lei das Finanças Locais, Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, entende-se que a mesma vem de encontro aos princípios fundamentais consagrados na referida Lei, nomeadamente nos artigos 5.º e 6.º, respetivamente, o princípio da estabilidade orçamental e o princípio da autonomia financeira, assim como se conforma com o estatuído nos artigos 41.º e 44.º do referido diploma;
- q) A presente proposta cumpre com os princípios consagrados na Lei de Enquadramento Orçamental, aprovada pela Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto, alterada pela Lei Orgânica n.º 2/2002, de 28 de agosto, e pelas Leis n.ºs 23/2003, de 2 de julho, 48/2004, de 24 de agosto, 48/2010, de 19 de outubro, 22/2011, de 20 de maio, e 52/2011, de 13 de outubro, e alterada e republicada pela Lei n.º 37/2013, de 14 de junho, aplicável por remissão do n.º 1 do artigo 3.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, designadamente os princípios da economia, eficiência e eficácia, que devem caracterizar a assunção de compromissos e a realização de despesa;
- r) Ao contrato de aquisição de serviços de aluguer operacional de viaturas, pelas suas características específicas, não é aplicável a redução remuneratória prevista no artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, conforme fundamentação de facto e de direito, constante da informação supra mencionada.
- s) É da competência do órgão executivo, a Câmara Municipal, emitir parecer prévio vinculativo, nos termos das disposições conjugadas dos n.ºs 5 e 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, e n.ºs 1 e 2 do artigo 2.º da Portaria n.º 149/2015, de 26 de maio;
- t) A abertura de procedimento, relativo a despesa que der lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico, que exceda o limite anual de 99 759,58 euros,

está sujeita a prévia autorização da Assembleia Municipal, nos termos dos n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho;

- u) A assunção de compromissos plurianuais está sujeita a autorização prévia da Assembleia Municipal, nos termos das disposições conjugadas na alínea b) do artigo 3.º e na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º, ambos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, com a redação dada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março.

Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere, nos termos das disposições conjugadas na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e artigo 24.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e dos n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho e na alínea b) do artigo 3.º e na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º, ambos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, com a redação dada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março:

1 - Emitir parecer prévio vinculativo, nos termos conjugados dos n.ºs 5 e 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro e dos n.ºs 1 e 2 do artigo 2.º da Portaria n.º 149/2015, de 26 de maio;

2 - Submeter à Assembleia Municipal a prévia autorização da repartição dos encargos para os anos económicos de 2016, 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021, ao abrigo das disposições conjugadas no artigo 24.º e nas alíneas dd) e ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e nos n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, bem como a emissão da autorização prévia para assunção de compromisso em relação aos mesmos anos económicos, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, com a redação dada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, no âmbito da abertura do Procedimento por Concurso Público, com publicação no Jornal Oficial da União Europeia, para aquisição de serviços de «Aluguer operacional de veículos ligeiros de passageiros elétricos e híbridos, pelo período de 60 meses», no valor máximo da despesa de 514 560 euros (quinhentos e catorze mil e quinhentos e sessenta euros), acrescido de IVA à taxa de 23%, no valor de 118 348,80 euros (cento e dezoito mil e trezentos e quarenta e oito euros e oitenta centimos), totalizando 632 908,80 euros (seiscentos e trinta e dois mil e novecentos e oito euros e oitenta centimos), da seguinte forma:

Ano	Valor total s/ IVA (€)	IVA (€)	Valor total c/ IVA (€)
2016	60.032,00	13.807,36	73.839,36
2017	102.912,00	23.669,76	126.581,76
2018	102.912,00	23.669,76	126.581,76
2019	102.912,00	23.669,76	126.581,76
2020	102.912,00	23.669,76	126.581,76
2021	42.880,00	9.862,40	52.742,40
Totais	514.560,00	118.348,80	632.908,80

- Deliberação n.º 26/AML/2016:

- Proposta n.º 16/CM/2016 - Assunção de compromissos plurianuais para as Juntas de Freguesia de Benfica e de S. Domingos de Benfica, no âmbito dos acordos de delegação de competências, na área das refeições escolares saudáveis, nos termos da proposta.

Subscrita pelo Senhor Vereador Manuel Salgado.

Votação na CML: Aprovada por maioria, com 12 (doze) votos a favor e 1 (uma) abstenção.

Votação na AML: Aprovada por maioria, com a seguinte votação: Favor - PS, PSD, PCP, BE, PEV, MPT, PAN, PNPN e 5 Independentes; e Abstenção: CDS-PP.

PROPOSTA N.º 16/2016

Submeter à autorização da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal a assunção de compromissos plurianuais para as Juntas de Freguesia de Benfica e de S. Domingos de Benfica, no âmbito dos acordos de delegação de competências, na área das refeições escolares saudáveis, nos termos da proposta

Pelouro: Educação.

Serviço: Departamento de Educação .

Considerando que a reorganização administrativa concretiza, na cidade de Lisboa, os princípios da descentralização administrativa e da subsidiariedade, através de um modelo específico de distribuição de tarefas e responsabilidades entre os Órgãos Municipais e os Órgãos das Freguesias, que visa confiar as competências autárquicas ao nível da administração melhor colocada para as prosseguir com racionalidade, eficácia e proximidade aos cidadãos;

Considerando que o modelo de repartição de competências entre a Câmara Municipal de Lisboa e as Juntas de Freguesia do concelho de Lisboa permite uma melhor afetação

de recursos humanos e financeiros e é configurado em termos flexíveis, de modo a viabilizar, segundo critérios definidos, uma harmonização entre os princípios da descentralização e da subsidiariedade e as exigências de unidade e de eficácia da ação administrativa;

Considerando que a Lei n.º 56/2012, de 8 de novembro, que procedeu à reorganização administrativa da cidade de Lisboa, atribuiu competências próprias às Juntas de Freguesia, nomeadamente, gerir, conservar e reparar escolas e estabelecimentos de educação do 1.º ciclo e pré-escolar, creches e jardim de infância;

Considerando que, no âmbito do Programa Escola Nova, um dos objetivos das intervenções nas infraestruturas escolares, quer de reabilitação total, quer de reabilitação parcial, foi dotar, progressivamente, as escolas de condições para confeccionar as refeições escolares através da instalação de cozinhas adequadas;

Considerando que desde o início do Programa Escola Nova foram instaladas novas cozinhas em doze escolas, contando agora a cidade de Lisboa com 52 infraestruturas escolares com a possibilidade de confeção das refeições no local;

Considerando que o Município de Lisboa está a implementar um novo projeto de alimentação escolar em Lisboa, o qual aposta na promoção e sensibilização para comportamentos de alimentação saudável da população escolar, passando por:

- 1 - Envolver diversos produtores/cooperativas locais, preferencialmente da Grande Região de Lisboa, como fornecedores de produtos para confeção das refeições escolares;
- 2 - Trazer para a alimentação escolar produtos de qualidade e receitas de diferentes tipos de cozinha;
- 3 - Desenvolver atividades e projetos sobre a importância da alimentação saudável, a cadeia produtiva dos alimentos e a relevância de evitar o desperdício alimentar, a implementar

nas diferentes escolas e na Quinta Pedagógica de Lisboa, como por exemplo: visita a quintas, semana das sopas, saladas em família, *workshops* em alimentação saudável e higiene alimentar, entre outras;

4 - Contribuir para diminuir o desperdício de produtos e alimentos e desenvolver conteúdos e materiais específicos para o ensino básico sobre a importância de evitar o desperdício alimentar.

Considerando que no âmbito das suas competências, o Município de Lisboa vai desenvolver diversas iniciativas decorrentes do Projeto das Refeições Escolares Saudáveis;

Considerando que o mencionado projeto se enquadra na área da alimentação para as escolas básicas do 1.º ciclo da rede pública da cidade de Lisboa - comer e aprender uma alimentação saudável e sustentável - e tem como principais objetivos educar os mais novos para hábitos de alimentação saudável e sustentável, bem como alertar para a importância da redução do desperdício de alimentos e produtos;

Considerando que o Município de Lisboa decidiu implementar este projeto nas escolas da cidade, sendo que, numa primeira fase, escolheu a nova Escola do Convento do Desagravo, na Freguesia de São Vicente, a qual conta com cerca de 400 alunos no ano letivo 2015/2016, para implementar a confeção das refeições saudáveis escolares naquela escola, através de recursos humanos próprios do Município;

Considerando que importa alargar progressivamente a implementação deste projeto às restantes escolas da cidade, garantindo-se uma gestão de proximidade pelas Juntas de Freguesia;

Considerando que as Juntas de Freguesia de Alcântara, Benfica, Carnide, Estrela, Lumiar, Olivais, São Domingos de Benfica e Santo António, que representam 1/3 das freguesias de Lisboa, mostraram-se interessadas em celebrar acordo de delegação de competências nesta matéria, o qual foi aprovado através da Deliberação n.º 246/AML/2015, de 15 de setembro, publicada no 3.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1126, de 17 de setembro;

Considerando que, paralelamente, foi aprovada pela Assembleia Municipal (AML) a Recomendação n.º 4/81, que recomenda à CML que:

- a) Remeta à AML informações com periodicidade trimestral quanto à implementação do projeto de Refeições Saudáveis, em todas as Freguesias de Lisboa;
- b) Envie à AML o Relatório Anual de execução pelas Freguesias do presente Protocolo, como referenciado na alínea b), Cláusula 10.ª da Minuta do Contrato;
- c) Futuras propostas de Delegação de Competências, neste âmbito, sejam submetidas à Assembleia Municipal para aprovação.

Considerando que foram delegadas competências nesta matéria na Junta de Freguesia da Estrela, uma vez que reunia todas as condições, e que aquela iniciou o fornecimento das refeições escolares, nas escolas da sua freguesia, em setembro de 2015;

Considerando que a Junta de Freguesia de Benfica reúne atualmente as condições necessárias para prestar o fornecimento de refeições escolares (modalidade confeção no local) nas escolas básicas Parque Silva Porto e José Salvado Sampaio do Agrupamento de Escolas Quinta de Marrocos e na Escola Básica Jorge Barradas do Agrupamento de Escolas de Benfica, iniciando-se tal fornecimento em janeiro de 2016;

Considerando que a Junta de Freguesia de S. Domingos de Benfica reúne atualmente as condições necessárias para prestar o fornecimento de refeições escolares (modalidade confeção no local) na Escola Básica das Laranjeiras do Agrupamento de Escolas das Laranjeiras, iniciando-se tal fornecimento em janeiro de 2016,

Considerando que para apuramento dos valores a transferir para cada escola deve ter-se em conta o número de refeições a servir por período letivo multiplicado pelo valor unitário da refeição que atualmente o Município gasta com aquelas refeições.

Considerando que, desta forma, o valor total a transferir para a Junta de Freguesia de Benfica, no âmbito do acordo de delegação de competências, na área das refeições escolares saudáveis é de 364 996,45 euros, sendo o encargo de 221 297,07 euros, referente ao ano económico de 2016 e 143 699,38 euros, referente ao ano económico de 2017;

Considerando que a presente repartição de encargos não se encontra abrangida pela autorização genérica prévia à assunção de compromissos plurianuais, aprovada através da Deliberação n.º 315/AML/2015, de 24 de novembro;

Considerando que, por outro lado, o valor total a transferir para a Junta de Freguesia de S. Domingos de Benfica, no âmbito do acordo de delegação de competências, na área das refeições escolares saudáveis é de 147 617,69 euros, sendo o encargo de 89 500,49 euros, referente ao ano económico de 2016 e 58 117,20 euros, referente ao ano económico de 2017;

Considerando que a presente repartição de encargos se encontra abrangida pela autorização genérica prévia à assunção de compromissos plurianuais, aprovada através da Deliberação n.º 315/AML/2015, de 24 de novembro;

Assim, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Lisboa delibere:

- a) Submeter à aprovação da Assembleia Municipal, para efeitos de celebração do acordo de delegação de competências com a Junta de Freguesia de Benfica, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013,

de 12 de setembro e para os efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, a assunção de compromissos plurianuais, incluindo a autorização da sua flexibilidade entre anos, no valor total de 364 996,45 euros (trezentos e sessenta e quatro mil novecentos e noventa e seis euros e quarenta e cinco centavos), repartidos da seguinte forma:

- a. 2016 - 221 297,07 euros (duzentos e vinte e um mil duzentos e noventa e sete mil euros e sete centavos);
- b. 2017 - 143 699,38 euros (cento e quarenta e três mil seiscentos e noventa e nove euros e trinta e oito centavos).

b) Submeter à aprovação da Assembleia Municipal, para efeitos de celebração do acordo de delegação de competências com a Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e para os efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, a assunção de compromissos plurianuais, incluindo a autorização da sua flexibilidade entre anos, no valor total de 147 617,69 euros (cento e quarenta e sete mil seiscentos e dezassete euros e sessenta e nove centavos), repartidos da seguinte forma:

- a. 2016 - 89 500,49 euros (oitenta e nove mil e quinhentos euros e quarenta e nove centavos);
- b. 2017 - 58 117,20 euros (cinquenta e oito mil cento e dezassete euros e vinte centavos).

Relativamente ao ano económico de 2016, a despesa no valor de 221 297,07 euros, tem cabimento na Orgânica 21.01, Rubrica Económica 04.05.01.01.03 da Ação do Plano C2.P009.01 e a despesa no valor de 89 500,49 euros, tem cabimento na Orgânica 21.01, Rubrica Económica 04.05.01.01.03 da Ação do Plano C2.P009.01.

Relativamente ao ano económico de 2017, a despesa no valor de 143 699,38 euros, terá cabimento na Orgânica 21.01, Rubrica Económica 04.05.01.01.03 da Ação do Plano C2.P009.01 e a despesa no valor de 58 117,20 euros, terá cabimento na Orgânica 21.01, Rubrica Económica 04.05.01.01.03 da Ação do Plano C2.P009.01.

ACORDO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO ÂMBITO DO

PROJETO DAS REFEIÇÕES ESCOLARES SAUDÁVEIS

ENTRE

O MUNICÍPIO DE LISBOA

E

A JUNTA DE FREGUESIA DE BENFICA

Nos termos do artigo 14.º da Lei n.º 56/2012, de 8 de novembro, e ao abrigo da Deliberação n.º 246/AML/2015, de 15 de setembro, publicada no 3º suplemento ao Boletim Municipal n.º 1126, de 17 de setembro,

O MUNICÍPIO DE LISBOA, pessoa coletiva n.º 500 051 070, com sede na Praça do Município, em Lisboa, neste ato representado pela Exma. Senhora Vereadora do Pelouro da Educação, Catarina Albergaria, com competência delegada e subdelegada através do Despacho n.º 142/P/2015, de 17 de Dezembro, publicado no 4.º Suplemento ao Boletim Municipal n.º 1139, de 17 de Dezembro de 2015, adiante designado por “Município”,

e

A JUNTA DE FREGUESIA DE BENFICA, pessoa Coletiva n.º 506602222 com sede na Avenida Gomes Pereira n.º 17, 1549-019 Lisboa, neste ato representada pela Exma. Senhora Inês de Drummond Ludovice Mendes Gomes, com poderes para o ato nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do Art.º 18 da lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, adiante designada “Junta de Freguesia”;

Acordam na celebração do seguinte acordo de delegação de competências:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES INICIAIS

Cláusula Primeira

(Objeto)

O presente acordo tem por objeto a definição dos termos e das condições da delegação de competências no âmbito do projeto das refeições escolares saudáveis, entre o Município e a Junta de Freguesia.

Cláusula Segunda

(Projeto refeições saudáveis)

No âmbito do projeto refeições saudáveis, a Junta de Freguesia compromete-se a coadjuvar na organização das iniciativas promovidas pelo Município de Lisboa, bem como a realizar, por sua própria iniciativa, pelo menos 3 (três) ações de promoção e divulgação do projeto, em cada ano letivo, por cada escola da freguesia, nas quais se incluem:

- a) Visitas a quintas, explorações agro-pecuárias, lotas, arrozais, entre outros;
- b) Fábricas de transformação de produtos;
- c) Desenvolvimento de semanas temáticas (sopas, saladas, pães, legumes, ementas étnicas, etc.);
- d) Promoção de ações com participação das famílias dos alunos;
- e) Workshops em alimentação saudável e hábitos alimentares.

Cláusula Terceira

(Recursos humanos)

Atendendo a que atualmente a prestação de serviços de fornecimento de refeições escolares está a cargo de empresas contratadas para o efeito, não estando alocadas às escolas recursos humanos próprios do Município, no âmbito do presente acordo não são transferidos para a Junta de Freguesia quaisquer recursos humanos.

Cláusula Quarta

(Recursos patrimoniais)

1. É transferida para a Junta de Freguesia a gestão das instalações dos refeitórios identificados no **Anexo I** ao presente acordo, bem como todos os equipamentos (fixos e/ou móveis) ali colocados da propriedade do Município, nas condições em que os mesmos se encontram e respetiva palamenta.
2. Consideram-se instalações do refeitório, a cozinha, a copa, a sala de refeições, a(s) despensa(s), os sanitários do pessoal e todos os anexos.
3. O Município de Lisboa entrega à Juntas de Freguesia os refeitórios aptos e equipados para a modalidade de fornecimento de refeições prevista.
4. As avarias que ocorrerem nos equipamentos durante o seu prazo de garantia são comunicadas de imediato ao Município de Lisboa pela Junta de Freguesia, devendo proceder-se à respetiva reparação, junto do representante da Marca.
5. Findo o prazo de garantia, as reparações dos equipamentos que surgirem ao longo do presente acordo são da inteira responsabilidade da Junta de Freguesia, devendo ser efetuadas por entidades devidamente credenciadas e/ou certificadas.
6. As reparações efetuadas nos termos do número anterior são obrigatoriamente comunicadas mensalmente, por escrito, ao Município de Lisboa.
7. No caso de equipamentos danificados e sem possibilidade de reparação, a Junta de Freguesia envia o relatório técnico ao Município de Lisboa, informando da necessidade de substituição, a qual deve ser assumida pela Junta de Freguesia.
8. Findo o contrato, as instalações, o equipamento e outro material são restituídos ao Município de Lisboa em bom estado de conservação, funcionamento e higiene.
9. É expressamente proibido à Junta de Freguesia confeccionar ou regenerar qualquer tipo de alimentação para ser fornecida fora do refeitório, exceto quando autorizado previamente pelo Município de Lisboa.

Cláusula Quinta

(Recursos financeiros)

1. Os recursos financeiros a transferir para a Junta de Freguesia são o correspondente ao que atualmente o Município suporta com a aquisição dos serviços de fornecimentos de refeições escolares, a transferir por períodos letivos, nos seguintes termos:
 - a) Até ao dia 15 de outubro de cada ano;
 - b) Até ao dia 15 de fevereiro de cada ano;
 - c) Até ao dia 15 de maio de cada ano.
2. O valor previsto no número anterior tem como base uma estimativa de fornecimento, atendendo aos dias de fornecimento, aos de alunos abrangidos e ao valor unitário de cada tipo de refeição (pequeno-almoço, almoço e lanche) em cada modalidade atualmente implementado nas escolas abrangidas pelo presente acordo (catering a quente descartável, catering a frio, catering a frio descartável e confeção local), nos termos do **Anexo I** do presente acordo, tendo por base os preços unitários de refeição a suportar atualmente pelo Município de Lisboa.
3. No final de cada ano letivo, apurado o número de refeições efetivamente servidas, pode o presente acordo ser sujeito a acertos financeiros.
4. Para efeitos do número anterior, a Junta de Freguesia deve preencher relatório de avaliação do presente acordo, a entregar ao Município até 15 de agosto de cada ano, indicando nomeadamente:
 - a) O número de refeições efetivamente servidas, em cada dia, por Escola ou Jardim de Infância;
 - b) O número de alunos, em cada dia, e respetivos escalões da ação social escolar;
 - c) Avaliação da aplicação do programa refeições saudáveis, nomeadamente:
 - a. Aumento da qualidade, consumo e diversidade de frutas e legumes;
 - b. Aumento da qualidade, consumo e diversidade de peixe;
 - c. Redução das queixas da comunidade escolar.
5. Os valores dos preços unitários referidos são objeto de revisões anuais, calculadas em função da taxa de variação média dos últimos 12 meses do Índice de Preços no Consumidor (total exceto habitação), divulgada pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), taxa relativa do mês de revisão.

6. Nos valores unitários referidos incluem-se, nomeadamente:
- a) Refeição (pequeno-almoço, almoço e lanche), incluindo dietas por motivos de saúde ou religiosos, ementas para piqueniques e refeição de recurso;
 - b) Pessoal afeto aos refeitórios, incluindo o pessoal de apoio à refeição, em número e categorias adequado ao número de refeições e alunos da respetiva escola, sendo obrigatoriamente afixado, à entrada de cada refeitório, os mapas do pessoal;
 - c) Limpeza das instalações, controlo de pragas e respetiva desinfestação;
 - d) Substituição e reparação de equipamentos;
 - e) Transportes das refeições confeccionadas;
 - f) Telefones, fax, comunicações e outros serviços similares;
 - g) Consumíveis, nos quais se inclui palamenta descartável, empacotamento de talheres, guardanapos, produtos de higiene de mãos e equipamentos;
 - h) Seguros com cobertura de todos os riscos inerentes à atividade de fornecimento de refeições escolares e regulados pela respetiva legislação, nomeadamente responsabilidade civil de exploração, com inclusão da cobertura de intoxicação alimentar, seguro multirriscos e/ou de incêndio, bem como de acidentes de trabalho do respetivo pessoal;
 - i) Análises e aplicação de todos os procedimentos de HACCP.

Cláusula Sexta

(Modalidades de fornecimento de refeições)

1. As modalidades de fornecimento atualmente nas escolas são: catering a quente descartável, catering a frio, catering a frio descartável e confeção local.
2. A Junta de Freguesia pode alterar a modalidade de fornecimento em cada um dos refeitórios, sendo que deve sempre garantir as normas de HACCP adequadas a cada modalidade.
3. A alteração referida no número anterior não altera a fórmula de transferência dos recursos financeiros referida na cláusula anterior, quando seja uma opção da Junta de Freguesia.

Cláusula Sétima

(Fornecimento de refeições)

1. A Junta de Freguesia obriga-se a fornecer refeições escolares durante, pelo menos, todo o ano letivo, considerado de 1 de setembro a 31 de julho, incluindo os períodos de interrupções letivas.
2. A Junta de Freguesia obriga-se a fornecer diariamente, pelo menos, as refeições de pequeno-almoço, almoço e lanche, incluindo ementas de dieta por motivos de saúde ou religioso.
3. As ementas devem respeitar as normas constantes da Circular n.º 3/DSEEAS/DGE/2013, ou outra que a venha a substituir e demais legislação em vigor respeitante à natureza dos alimentos autorizados, ou aqueles que sejam considerados equivalentes.
4. Todas as ementas devem ser acompanhadas pelas respetivas fichas técnicas, com indicação da composição da refeição, do tipo de confeção, da capitação de toda a matéria-prima utilizada (incluindo quantidade de sal, gordura e outros temperos), do valor calórico total e da contribuição calórica dos macronutrientes na refeição (gordura, proteína e hidratos de carbono).
5. Todas as ementas (pequeno-almoço, almoço e lanche) são obrigatoriamente afixadas, até ao último dia do mês anterior a que dizem respeito, devendo indicar os dias, meses e ano a que respeitam, identificando o Tipo de Ementa, quando não seja a geral.
6. A Junta de Freguesia deve garantir que os alunos que assim desejarem possam repetir qualquer dos componentes da refeição.
7. A Junta de Freguesia deve garantir que, durante o ano letivo, no refeitório estão obrigatoriamente armazenadas refeições de recurso (prato principal e fruta) que não necessitem de ser aquecidas, enlatadas e de fácil abertura, que são servidas no caso de se verificar alguma eventualidade que obste ao fornecimento da refeição prevista para o dia, bem como a palamenta descartável necessária.
8. A Junta de Freguesia deve igualmente respeitar todos os requisitos técnicos constantes da legislação em vigor, bem como os constantes do **Anexo II** do presente acordo

Cláusula Oitava

(Limpeza e arrumação das instalações)

1. A Junta de Freguesia assegura nos 2 (dois) dias anteriores ao início do fornecimento das refeições, a limpeza e a arrumação das instalações e do equipamento do refeitório para que o seu funcionamento arranque nas melhores condições.
2. No final de cada período letivo, e em caso de se verificar o encerramento do refeitório, a Junta de Freguesia garante obrigatoriamente a sua limpeza e arrumação nos 2 (dois) dias imediatos ao respetivo encerramento.
3. A Junta de Freguesia fica responsável pela correta utilização de todo o material, equipamento e instalações afetos à execução do contrato, sendo da sua responsabilidade os danos verificados por dolo ou negligência do seu pessoal, incluindo os danos a terceiros.
4. A Junta de Freguesia fica responsável, ao longo de todo o acordo, pela correta higienização e conservação de todo o material, equipamento (incluindo os equipamentos de controlo de insetos) e instalações (designadamente, pavimento, mesas, paredes, tetos, janelas interior/exterior, parapeitos, estores, caixas de gordura, chaminés e exaustores - motor e conduta -, incluindo os respetivos filtros, bem como do equipamento que se destina ao transporte da alimentação).
5. A desinfestação das instalações afetas ao fornecimento das refeições, designadamente copa, cozinha, refeitório e despensa, é da responsabilidade da Junta de Freguesia, o qual possui e implementa o seu plano de controlo de pragas, no âmbito do sistema de segurança alimentar baseado nos princípios do sistema HACCP.

Cláusula Nona

(Escalaões do apoio social escolar)

1. A Junta de Freguesia responsabiliza-se pelo pagamento da totalidade do valor das refeições, incluindo pequenos-almoços, almoços e lanches efetivamente servidas às crianças pertencentes aos escalaões A, B e NEE.
2. A Junta de Freguesia fica igualmente responsável pelo pagamento, no caso dos almoços servidas às crianças pertencentes ao escalaão C, da diferença entre o preço unitário da refeição servida e o valor máximo da refeição fixado anualmente pelo Ministério da Educação e Ciência.

3. O custo dos pequenos-almoços e dos lanches servidos às crianças do escalão C é suportado integralmente pelos respetivos encarregados de educação, devendo a Junta de Freguesia garantir condições adequadas à aquisição das mesmas.
4. A Junta de Freguesia pode decidir suportar outros custos das refeições relativos às crianças pertencentes ao escalão C, sendo que tal não altera os recursos financeiros a transferir pelo Município para a Junta de Freguesia.
5. No decurso do ano letivo, caso seja necessário enquadrar temporariamente (até à decisão final da Segurança Social) uma criança num escalão diferente do inicial, tal decisão compete é da Junta de Freguesia.
6. A alteração de escalão das crianças é tida em conta para efeitos de acertos financeiros.
7. Compete à Junta de Freguesia a venda das refeições escolares às crianças do escalão C, para todos os efeitos legais.

Cláusula Décima

(Fiscalização)

Para fiscalização do presente protocolo são adotadas as seguintes medidas:

- a) Realização de vistorias pelo Município de Lisboa, podendo recolher amostras e mandar proceder às análises, ensaios e provas em laboratórios oficiais e/ou acreditados;
- b) Entrega pela Junta de Freguesia de um relatório anual sobre a execução do presente protocolo, a entregar até 15 de agosto de cada ano.

Cláusula Décima Primeira

(Notificações, informações e comunicações)

As notificações, informações e comunicações a enviar por qualquer das partes são efetuadas, por escrito, com suficiente clareza, para que o destinatário fique ciente da respetiva natureza e conteúdo, as quais são dirigidas para os seguintes emails:

- a) Município de Lisboa: DE/DASE – dmed.de.dase@cm-lisboa.pt
- b) Junta de Freguesia: geral@jf-benfica.pt

Cláusula Décima Segunda

(Vigência)

1. O presente acordo vigora durante o ano letivo 2015/2016, prorrogando-se automaticamente para o ano letivo de 2016/2017, salvo denúncia por uma das partes até ao dia 30 de maio de 2016.
2. As partes acordam a data concreta de início do fornecimento das refeições escolares ao abrigo do presente acordo mediante preenchimento do **Anexo I** ao presente protocolo, quando estiverem reunidas as técnico-jurídicas necessárias.
3. Até que a Junta de Freguesia tenha condições para iniciar o fornecimento das refeições, conforme referido no número anterior, bem como após cessação da vigência do presente acordo, o Município de Lisboa continua a fornecer as refeições nas escolas objeto do presente acordo.

Cláusula Décima Terceira

(Foro competente)

Para as questões emergentes do contrato é competente o Foro de Lisboa.

Cláusula Décima Quarta

(Legislação aplicável)

Em tudo o omissso no presente acordo aplica-se o disposto na Lei n.º 56/2012, de 8 de novembro e na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação em vigor, e demais legislação aplicável.

Lisboa , __ de _____ de 2016

Pelo Município de Lisboa

Pela Junta de Freguesia

Anexo I

Acordo de início de fornecimento

O MUNICÍPIO DE LISBOA, pessoa coletiva n.º 500 051 070, com sede na Praça do Município, em Lisboa, neste ato representado pela Exma. Senhora Vereadora do Pelouro da Educação, Catarina Albergaria, com competência delegada e subdelegada através do Despacho n.º 142/P/2015, de 17 de Dezembro, publicado no 4.º Suplemento ao Boletim Municipal n.º 1139, de 17 de Dezembro de 2015, adiante designado por “Município”,

e

A **JUNTA DE FREGUESIA DE BENFICA**, pessoa Coletiva n.º 506602222 com sede na Avenida Gomes Pereira n.º 17, 1549-019 Lisboa, neste ato representada pela Exma. Senhora Inês de Drummond Ludovice Mendes Gomes, com poderes para o ato nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do Art.º 18 da lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, adiante designada “Junta de Freguesia”;

Acordam, nos termos das Cláusulas Quarta, Quinta e do n.º 2 da Cláusula Décima Segunda do acordo de delegação de competências, outorgado em _____, que a Junta de Freguesia vai iniciar o fornecimento das refeições escolares no dia 4 de janeiro, nas seguintes escolas:

Denominação das escolas	Modalidade de fornecimento atualmente implementada	Número estimado de refeições anuais
EB Jorge Barradas	Confeção local	61248
EB Professor José Salvado Sampaio	Confeção local	58464
EB Parque Silva Porto	Confeção local	52664

Recursos Patrimoniais

Lista dos equipamentos (fixos e/ou móveis) transferidos da propriedade do Município:

EB Jorge Barradas

- 1 Descascadora de batata
- 2 Armário de refrigeração de 700L
- 1 Lava-mãos
- 1 Banho-maria de 4 cubas com estufa
- 1 Máquina de lavar loiça
- 1 Fritadeira de 2 cubas
- 1 Fogão de 8 bicos com 2 fornos
- 1 Marmita de sopa
- 1 Esquentador
- 1 Varinha mágica
- 2 Insectocutor
- 1 Arca congeladora vertical de 700L
- 1 Balança de plataforma
- 1 Hotte
- 6 cacifos
- 1 Bancada de inox de 3 metros com 1 cuba
- 1 Armário de parede de inox de 3 metros com portas de correr
- 1 Bancada de inox de 2 metros
- 1 Bancada de inox de 2 metros com 2 cubas de preparação de alimentos
- 1 Armário de inox de 2 metros com portas de correr
- 3 Módulos de prateleiras para arrumação
- 2 Bancadas com louceiro de 2 metros
- 2 Caixotes de lixo com pedal

EB Professor José Salvado Sampaio

- 1 Banho-maria de 5 cubas
- 1 Arca congeladora de 700 L
- 1 Marmita de sopa
- 1 Hotte
- 1 Varinha mágica
- 1 Descascadora de batata
- 1 Fritadeira de 2 cubas

- 1 Fogão de 6 bicos com 2 fornos
- 1 Armário de refrigeração de 700L
- 1 Armário de refrigeração de 1400L
- 1 Máquina de lavar loiça de capot
- 1 Bancada de inox de 1 metro
- 1 Bancada de inox de 1,5 metro com 1 cuba
- 1 Bancada de inox de 2 metros com 1 cuba
- 2 Módulos de prateleiras para arrumação
- 6 Cacifos
- 1 Armário louceiro de 2 metros
- 2 caixotes de lixo com pedal
- 1 prateleira de inox de 1,5 metros
- 1 prateleira de inox de 2,5 metros
- 1 Bancada de inox de 2 metros com cuba pequena
- 1 Bancada de inox de 1,5 metros com cuba grande
- 1 Bancada de inox de 1,5 metros
- 1 Bancada de inox de 1 metro
- 1 Linha Self
- 1 Carrinho porta talheres
- 4 Carrinhos de tabuleiros

EB Parque Silva Porto

- 1 Armário de refrigeração de 1400L
- 1 Armário de refrigeração de 700L, com porta de vidro
- 1 Arca congeladora de 700 L
- 1 Arca congeladora horizontal
- 1 Balança de plataforma
- 1 Lava-mãos
- 1 Descascadora de batata
- 1 Grelhador
- 1 Marmitta de sopa
- 2 Hottes
- 1 Máquina de lavar loiça de capot
- 1 Banho-maria de 4 cubas com estufa
- 1 Insectocutor

- 1 Esquentador
- 1 Varinha mágica
- 1 Arca congeladora 700L
- 1 Bancada de frio de inox de 1,5 metros
- 2 Bancadas de inox com 2 prateleiras de 2 metros
- 3 Bancadas de inox de 2 metros com cuba de preparação
- 4 Cacifos
- 1 Bancada de inox de 1,5 metros com cuba de lavagem
- 1 Bancada de inox de 2,40 metros com 2 cubas de lavagem
- 3 Bancadas de inox de 3 metros com cuba de preparação e módulo com gavetas
- 2 Módulos de prateleiras
- 2 Armários de inox de 2 metros de altura e 1,5 metros de largura com 1 portas
- 3 Carrinhos de tabuleiros
- 1 Bancada de inox com 1 prateleira de 2 metros
- 1 Linha Self
- 1 Estrutura de carrinho porta talheres
- 2 caixotes de lixo com pedal
- 1 Serra elétrica de alimentos
- 1 Bancada de inox com 2 portas de correr de 1,5 metros
- 1 Armário de inox de 2 metros de altura e 1 metro de largura com 2 portas
- 1 Armário de inox de 2 metros de altura e 0,60 metros de largura com 1 porta
- 1 bancada de inox de 2 metros
- 1 Bancada de inox de 1,5 metros
- 1 Armário de inox de 1,20 metros com duas portas de correr
- 1 Armário de inox de 1,20 metros de parede com duas portas de correr

Recursos Financeiros

Valores patrimoniais transferidos com base numa estimativa de fornecimento

Para o ano letivo de 2015/2016 é transferido o montante total de 138.909,42 €, repartido por períodos letivos, da seguinte forma:

- a) 69.454,71 €, a pagar até ao dia 15 de fevereiro de 2016;
- b) 69.454,71 €, a pagar até ao dia 15 de maio de 2016.

Para o ano letivo de 2016/2017 é transferido o montante total de 226.087,03 €, repartido por períodos letivos, da seguinte forma:

- a) 82.387,65 €, a pagar até ao dia 15 de outubro de 2016;
- b) 71.849,69 €, a pagar até ao dia 15 de fevereiro de 2017;
- c) 71.849,69 €, a pagar até ao dia 15 de maio de 2017.

O valor unitário máximo por refeição, atendendo à modalidade de fornecimento, é o seguinte:

Modalidade	Valor unitário		
	pequeno almoço	almoço	lanche
Confeção no local	0,36€	1,96€	0,36€

EB / JI	Ano letivo 2015/2016				Ano letivo 2016/2017			
	Estimativa de almoços A/B	Estimativa de almoços C	Estimativa de PA A/B	Estimativa de Lanches A/B	Estimativa de almoços A/B	Estimativa de almoços C	Estimativa de PA A/B	Estimativa de Lanches A/B
Jorge Barradas	23.304,40	13.195,00	642,06	4.066,38	37.929,92	21.475,99	1.045,01	6.618,38
Prof. José Salvado Sampaio	33.535,60	9.715,00	923,94	5.851,62	54.582,08	15.811,99	1.503,79	9.524,02
Parque Silva Porto	32.967,20	8.047,50	908,28	5.752,44	53.656,96	13.098,00	1.478,30	9.362,59
	89.807,20	30.957,50	2.474,28	15.670,44	146.168,96	50.385,98	4.027,10	25.504,99
Total	138.909,42				226.087,03			

Lisboa , _____ de 2016

Pelo Município de Lisboa

Pela Junta de Freguesia

ANEXO II

Requisitos técnicos

Implementação do sistema de HACCP

A Junta de Freguesia é responsável pelo cumprimento das obrigações impostas pela legislação relativa as normas gerais e específicas de higiene e medidas de controlo necessárias, de forma a garantir a segurança de todo o processo de fornecimento das refeições, designadamente:

- a) Higiene Pessoal e Formação
 - a. Desenvolvimento de um plano de formação, no mínimo com 35 horas, na área da segurança alimentar, para todo o pessoal em serviço;
 - b. Implementação de um código de boas práticas de higiene.
- b) Higiene das instalações, equipamentos e utensílios:
 - a. Fornecimento de produtos e materiais de limpeza homologados para o ramo alimentar e adequados ao tipo de limpeza;
 - b. Existência de fichas técnicas e de segurança dos produtos e materiais de limpeza;
 - c. Implementação de um plano de higienização (o quê, como, quando e quem);
 - d. Existência de registos de controlo de operações de higienização;
- c) Higiene Alimentar – Processo Produtivo:
 - a. Existência de registos de controlo de receção dos produtos alimentares e não alimentares (temperaturas, embalagens, aparência);
 - b. Implementação de um sistema de rastreabilidade;
 - c. Estabelecimento de boas práticas de armazenamento das matérias-primas/ingredientes, produtos preparados, produtos de limpeza e desinfeção e consumíveis;
 - d. Existência de registos de temperatura e de procedimentos escritos relativos ao armazenamento dos produtos;

- e. Existência de procedimentos escritos relativos as varias operações realizadas durante o processo de preparação, confeção e distribuição dos alimentos;
- d) Transporte - O transporte das refeições obedece ao disposto no Capítulo IV, do Regulamento (CE) 852/2004 de 29 de Abril, relativo à Higiene dos Géneros Alimentícios, nomeadamente:
 - a. Ser efetuada em veículos destinados exclusivamente a esse fim, de forma a garantir a salubridade dos produtos a transportar;
 - b. O transporte dos alimentos é efetuado em recipientes de fácil higienização e que assegurem a manutenção das temperaturas adequadas ao fornecimento proposto (65 °C no caso dos alimentos quentes e inferior 4 °C nas saladas e iogurtes) e ao tempo necessário para a entrega do serviço;
 - c. A manutenção e higienização do equipamento de transporte são da inteira responsabilidade do adjudicatário, sendo higienizados nos locais de confeção, após a sua recolha nas escolas;
 - d. Disponibilização de veículos adequados e suficientes para o fim a que se destinam;
 - e. Existência de registos de controlo das operações de higienização dos veículos;
- e) Manuseamento e Controlo de Resíduos:
 - a. Existência de contentores herméticos de comando não manual, devidamente identificados;
 - b. Estabelecimento de boas práticas de manuseamento dos resíduos e de higienização dos contentores e dos locais de armazenagem.
- f) Embalagens Utilizadas no Acondicionamento:
 - a. As embalagens utilizadas no acondicionamento das refeições obedecem à legislação em vigor no que respeita aos materiais que entram em contacto com os géneros alimentícios.
 - b. O certificado atestando a adequação e inocuidade das embalagens, para as temperaturas a que são sujeitas, faz parte do plano de segurança alimentar implementado pela adjudicatária e consta da documentação arquivada nas unidades.

Pessoal afeto aos refeitórios escolares

1. A Junta de Freguesia fica sujeita ao cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor sobre segurança, higiene e saúde no trabalho relativamente aos trabalhadores, os quais devem executar tarefas e funções devidamente fardados e, sendo por sua conta todos os encargos daí resultantes.
2. As principais funções do pessoal de apoio aos alunos são as seguintes:
 - a) Acompanhar os alunos à hora de almoço, assegurando que os mesmos se alimentem convenientemente, procurando respeitar os seus ritmos pessoais e, estimulando-os a experimentar alimentos não familiares, mas que em termos nutricionais são fundamentais para o seu desenvolvimento e bem-estar.
 - b) Estabelecer uma relação de empatia e de disciplina com os alunos de modo a que, o momento da refeição possa contribuir para um ambiente mais educativo, minimizando os comportamentos de agressividade e violência que eventualmente se venham a manifestar.
3. O pessoal de apoio aos alunos deve, designadamente:
 - a) Fomentar a criação de hábitos alimentares adequados às idades dos alunos incentivando o consumo de produtos que são essenciais para uma refeição equilibrada (sopa, peixe, legumes, saladas e fruta), persuadindo-os a ingeri-los, ainda que estes os considerem desagradáveis;
 - b) Fomentar a aquisição de competências sociais, designadamente o “saber estar” com os outros, em grupo e à mesa;
 - c) Fomentar a ordem e disciplina dos alunos;
 - d) Dissuadir quaisquer comportamentos agressivos dentro do refeitório;
 - e) Assegurar que no período da refeição os alunos cumpram regras de higiene.

ACORDO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO ÂMBITO DO

PROJETO DAS REFEIÇÕES ESCOLARES SAUDÁVEIS

ENTRE

O MUNICÍPIO DE LISBOA

E

A JUNTA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA

Nos termos do artigo 14.º da Lei n.º 56/2012, de 8 de novembro, e ao abrigo da Deliberação n.º 246/AML/2015, de 15 de setembro, publicada no 3º suplemento ao Boletim Municipal n.º 1126, de 17 de setembro,

O MUNICÍPIO DE LISBOA, pessoa coletiva n.º 500 051 070, com sede na Praça do Município, em Lisboa, neste ato representado pela Exma. Senhora Vereadora do Pelouro da Educação, Catarina Albergaria, com competência delegada e subdelegada através do Despacho n.º 142/P/2015, de 17 de Dezembro, publicado no 4.º Suplemento ao Boletim Municipal n.º 1139, de 17 de Dezembro de 2015, adiante designado por "Município",

e

A JUNTA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA, pessoa Coletiva n.º 505203731 com sede na Rua Raúl Carapinha, 1500-542 Lisboa, neste ato representada pelo Exmo. Senhor José António Cardoso Alves, com poderes para o ato nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do Art.º 18 da lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, adiante designada "Junta de Freguesia";

Acordam na celebração do seguinte acordo de delegação de competências:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES INICIAIS

Cláusula Primeira

(Objeto)

O presente acordo tem por objeto a definição dos termos e das condições da delegação de competências no âmbito do projeto das refeições escolares saudáveis, entre o Município e a Junta de Freguesia.

Cláusula Segunda

(Projeto refeições saudáveis)

No âmbito do projeto refeições saudáveis, a Junta de Freguesia compromete-se a coadjuvar na organização das iniciativas promovidas pelo Município de Lisboa, bem como a realizar, por sua própria iniciativa, pelo menos 3 (três) ações de promoção e divulgação do projeto, em cada ano letivo, por cada escola da freguesia, nas quais se incluem:

- a) Visitas a quintas, explorações ago-pecuárias, lotas, arrozais, entre outros;
- b) Fábricas de transformação de produtos;
- c) Desenvolvimento de semanas temáticas (sopas, saladas, pães, legumes, ementas étnicas, etc.);
- d) Promoção de ações com participação das famílias dos alunos;
- e) Workshops em alimentação saudável e hábitos alimentares.

Cláusula Terceira

(Recursos humanos)

Atendendo a que atualmente a prestação de serviços de fornecimento de refeições escolares está a cargo de empresas contratadas para o efeito, não estando alocadas às escolas recursos humanos próprios do Município, no âmbito do presente acordo não são transferidos para a Junta de Freguesia quaisquer recursos humanos.

Cláusula Quarta

(Recursos patrimoniais)

1. É transferida para a Junta de Freguesia a gestão das instalações dos refeitórios identificados no **Anexo I** ao presente acordo, bem como todos os equipamentos (fixos e/ou móveis) ali colocados da propriedade do Município, nas condições em que os mesmos se encontram e respetiva palamenta.
2. Consideram-se instalações do refeitório, a cozinha, a copa, a sala de refeições, a(s) despensa(s), os sanitários do pessoal e todos os anexos.
3. O Município de Lisboa entrega à Juntas de Freguesia os refeitórios aptos e equipados para a modalidade de fornecimento de refeições prevista.
4. As avarias que ocorrerem nos equipamentos durante o seu prazo de garantia são comunicadas de imediato ao Município de Lisboa pela Junta de Freguesia, devendo proceder-se à respetiva reparação, junto do representante da Marca.
5. Findo o prazo de garantia, as reparações dos equipamentos que surgirem ao longo do presente acordo são da inteira responsabilidade da Junta de Freguesia, devendo ser efetuadas por entidades devidamente credenciadas e/ou certificadas.
6. As reparações efetuadas nos termos do número anterior são obrigatoriamente comunicadas mensalmente, por escrito, ao Município de Lisboa.
7. No caso de equipamentos danificados e sem possibilidade de reparação, a Junta de Freguesia envia o relatório técnico ao Município de Lisboa, informando da necessidade de substituição, a qual deve ser assumida pela Junta de Freguesia.
8. Findo o contrato, as instalações, o equipamento e outro material são restituídos ao Município de Lisboa em bom estado de conservação, funcionamento e higiene.
9. É expressamente proibido à Junta de Freguesia confeccionar ou regenerar qualquer tipo de alimentação para ser fornecida fora do refeitório, exceto quando autorizado previamente pelo Município de Lisboa.

Cláusula Quinta

(Recursos financeiros)

1. Os recursos financeiros a transferir para a Junta de Freguesia são o correspondente ao que atualmente o Município suporta com a aquisição dos serviços de fornecimentos de refeições escolares, a transferir por períodos letivos, nos seguintes termos:
 - a) Até ao dia 15 de outubro de cada ano;
 - b) Até ao dia 15 de fevereiro de cada ano;
 - c) Até ao dia 15 de maio de cada ano.
2. O valor previsto no número anterior tem como base uma estimativa de fornecimento, atendendo aos dias de fornecimento, aos de alunos abrangidos e ao valor unitário de cada tipo de refeição (pequeno-almoço, almoço e lanche) em cada modalidade atualmente implementado nas escolas abrangidas pelo presente acordo (catering a quente descartável, catering a frio, catering a frio descartável e confeção local), nos termos do **Anexo I** do presente acordo, tendo por base os preços unitários de refeição a suportar atualmente pelo Município de Lisboa.
3. No final de cada ano letivo, apurado o número de refeições efetivamente servidas, pode o presente acordo ser sujeito a acertos financeiros.
4. Para efeitos do número anterior, a Junta de Freguesia deve preencher relatório de avaliação do presente acordo, a entregar ao Município até 15 de agosto de cada ano, indicando nomeadamente:
 - a) O número de refeições efetivamente servidas, em cada dia, por Escola ou Jardim de Infância;
 - b) O número de alunos, em cada dia, e respetivos escalões da ação social escolar;
 - c) Avaliação da aplicação do programa refeições saudáveis, nomeadamente:
 - a. Aumento da qualidade, consumo e diversidade de frutas e legumes;
 - b. Aumento da qualidade, consumo e diversidade de peixe;
 - c. Redução das queixas da comunidade escolar.
5. Os valores dos preços unitários referidos são objeto de revisões anuais, calculadas em função da taxa de variação média dos últimos 12 meses do Índice de Preços no Consumidor (total exceto habitação), divulgada pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), taxa relativa do mês de revisão.

6. Nos valores unitários referidos incluem-se, nomeadamente:
- a) Refeição (pequeno-almoço, almoço e lanche), incluindo dietas por motivos de saúde ou religiosos, ementas para piqueniques e refeição de recurso;
 - b) Pessoal afeto aos refeitórios, incluindo o pessoal de apoio à refeição, em número e categorias adequado ao número de refeições e alunos da respetiva escola, sendo obrigatoriamente afixado, à entrada de cada refeitório, os mapas do pessoal;
 - c) Limpeza das instalações, controlo de pragas e respetiva desinfestação;
 - d) Substituição e reparação de equipamentos;
 - e) Transportes das refeições confeccionadas;
 - f) Telefones, fax, comunicações e outros serviços similares;
 - g) Consumíveis, nos quais se inclui palamenta descartável, empacotamento de talheres, guardanapos, produtos de higiene de mãos e equipamentos;
 - h) Seguros com cobertura de todos os riscos inerentes à atividade de fornecimento de refeições escolares e regulados pela respetiva legislação, nomeadamente responsabilidade civil de exploração, com inclusão da cobertura de intoxicação alimentar, seguro multirriscos e/ou de incêndio, bem como de acidentes de trabalho do respetivo pessoal;
 - i) Análises e aplicação de todos os procedimentos de HACCP.

Cláusula Sexta

(Modalidades de fornecimento de refeições)

1. As modalidades de fornecimento atualmente nas escolas são: catering a quente descartável, catering a frio, catering a frio descartável e confeção local.
2. A Junta de Freguesia pode alterar a modalidade de fornecimento em cada um dos refeitórios, sendo que deve sempre garantir as normas de HACCP adequadas a cada modalidade.
3. A alteração referida no número anterior não altera a fórmula de transferência dos recursos financeiros referida na cláusula anterior, quando seja uma opção da Junta de Freguesia.

Cláusula Sétima

(Fornecimento de refeições)

1. A Junta de Freguesia obriga-se a fornecer refeições escolares durante, pelo menos, todo o ano letivo, considerado de 1 de setembro a 31 de julho, incluindo os períodos de interrupções letivas.
2. A Junta de Freguesia obriga-se a fornecer diariamente, pelo menos, as refeições de pequeno-almoço, almoço e lanche, incluindo ementas de dieta por motivos de saúde ou religioso.
3. As ementas devem respeitar as normas constantes da Circular n.º 3/DSEEAS/DGE/2013, ou outra que a venha a substituir e demais legislação em vigor respeitante à natureza dos alimentos autorizados, ou aqueles que sejam considerados equivalentes.
4. Todas as ementas devem ser acompanhadas pelas respetivas fichas técnicas, com indicação da composição da refeição, do tipo de confeção, da capitação de toda a matéria-prima utilizada (incluindo quantidade de sal, gordura e outros temperos), do valor calórico total e da contribuição calórica dos macronutrientes na refeição (gordura, proteína e hidratos de carbono).
5. Todas as ementas (pequeno-almoço, almoço e lanche) são obrigatoriamente afixadas, até ao último dia do mês anterior a que dizem respeito, devendo indicar os dias, meses e ano a que respeitam, identificando o Tipo de Ementa, quando não seja a geral.
6. A Junta de Freguesia deve garantir que os alunos que assim desejarem possam repetir qualquer dos componentes da refeição.
7. A Junta de Freguesia deve garantir que, durante o ano letivo, no refeitório estão obrigatoriamente armazenadas refeições de recurso (prato principal e fruta) que não necessitem de ser aquecidas, enlatadas e de fácil abertura, que são servidas no caso de se verificar alguma eventualidade que obste ao fornecimento da refeição prevista para o dia, bem como a palamenta descartável necessária.
8. A Junta de Freguesia deve igualmente respeitar todos os requisitos técnicos constantes da legislação em vigor, bem como os constantes do **Anexo II** do presente acordo

Cláusula Oitava

(Limpeza e arrumação das instalações)

1. A Junta de Freguesia assegura nos 2 (dois) dias anteriores ao início do fornecimento das refeições, a limpeza e a arrumação das instalações e do equipamento do refeitório para que o seu funcionamento arranque nas melhores condições.
2. No final de cada período letivo, e em caso de se verificar o encerramento do refeitório, a Junta de Freguesia garante obrigatoriamente a sua limpeza e arrumação nos 2 (dois) dias imediatos ao respetivo encerramento.
3. A Junta de Freguesia fica responsável pela correta utilização de todo o material, equipamento e instalações afetos à execução do contrato, sendo da sua responsabilidade os danos verificados por dolo ou negligência do seu pessoal, incluindo os danos a terceiros.
4. A Junta de Freguesia fica responsável, ao longo de todo o acordo, pela correta higienização e conservação de todo o material, equipamento (incluindo os equipamentos de controlo de insetos) e instalações (designadamente, pavimento, mesas, paredes, tetos, janelas interior/exterior, parapeitos, estores, caixas de gordura, chaminés e exaustores - motor e conduta -, incluindo os respetivos filtros, bem como do equipamento que se destina ao transporte da alimentação).
5. A desinfestação das instalações afetas ao fornecimento das refeições, designadamente copa, cozinha, refeitório e despensa, é da responsabilidade da Junta de Freguesia, o qual possui e implementa o seu plano de controlo de pragas, no âmbito do sistema de segurança alimentar baseado nos princípios do sistema HACCP.

Cláusula Nona

(Escalões do apoio social escolar)

1. A Junta de Freguesia responsabiliza-se pelo pagamento da totalidade do valor das refeições, incluindo pequenos-almoços, almoços e lanches efetivamente servidas às crianças pertencentes aos escalões A, B e NEE.
2. A Junta de Freguesia fica igualmente responsável pelo pagamento, no caso dos almoços servidas às crianças pertencentes ao escalão C, da diferença entre o preço unitário da refeição servida e o valor máximo da refeição fixado anualmente pelo Ministério da Educação e Ciência.

3. O custo dos pequenos-almoços e dos lanches servidos às crianças do escalão C é suportado integralmente pelos respetivos encarregados de educação, devendo a Junta de Freguesia garantir condições adequadas à aquisição das mesmas.
4. A Junta de Freguesia pode decidir suportar outros custos das refeições relativos às crianças pertencentes ao escalão C, sendo que tal não altera os recursos financeiros a transferir pelo Município para a Junta de Freguesia.
5. No decurso do ano letivo, caso seja necessário enquadrar temporariamente (até à decisão final da Segurança Social) uma criança num escalão diferente do inicial, tal decisão compete é da Junta de Freguesia.
6. A alteração de escalão das crianças é tida em conta para efeitos de acertos financeiros.
7. Compete à Junta de Freguesia a venda das refeições escolares às crianças do escalão C, para todos os efeitos legais.

Cláusula Décima

(Fiscalização)

Para fiscalização do presente protocolo são adotadas as seguintes medidas:

- a) Realização de vistorias pelo Município de Lisboa, podendo recolher amostras e mandar proceder às análises, ensaios e provas em laboratórios oficiais e/ou acreditados;
- b) Entrega pela Junta de Freguesia de um relatório anual sobre a execução do presente protocolo, a entregar até 15 de agosto de cada ano.

Cláusula Décima Primeira

(Notificações, informações e comunicações)

As notificações, informações e comunicações a enviar por qualquer das partes são efetuadas, por escrito, com suficiente clareza, para que o destinatário fique ciente da respetiva natureza e conteúdo, as quais são dirigidas para os seguintes emails:

- a) Município de Lisboa: DE/DASE – dmed.de.dase@cm-lisboa.pt
- b) Junta de Freguesia: geral@jf-sdomingosbenfica.pt

Cláusula Décima Segunda

(Vigência)

1. O presente acordo vigora durante o ano letivo 2015/2016, prorrogando-se automaticamente para o ano letivo de 2016/2017, salvo denúncia por uma das partes até ao dia 30 de maio de 2016.
2. As partes acordam a data concreta de início do fornecimento das refeições escolares ao abrigo do presente acordo mediante preenchimento do **Anexo I** ao presente protocolo, quando estiverem reunidas as técnico-jurídicas necessárias.
3. Até que a Junta de Freguesia tenha condições para iniciar o fornecimento das refeições, conforme referido no número anterior, bem como após cessação da vigência do presente acordo, o Município de Lisboa continua a fornecer as refeições nas escolas objeto do presente acordo.

Cláusula Décima Terceira

(Foro competente)

Para as questões emergentes do contrato é competente o Foro de Lisboa.

Cláusula Décima Quarta

(Legislação aplicável)

Em tudo o omissso no presente acordo aplica-se o disposto na Lei n.º 56/2012, de 8 de novembro e na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação em vigor, e demais legislação aplicável.

Lisboa , __ de _____ de 2015

Pelo Município de Lisboa

Pela Junta de Freguesia

Anexo I

Acordo de início de fornecimento

O MUNICÍPIO DE LISBOA, pessoa coletiva n.º 500 051 070, com sede na Praça do Município, em Lisboa, neste ato representado pela Exma. Senhora Vereadora do Pelouro da Educação, Catarina Albergaria, com competência delegada e subdelegada através do Despacho n.º 142/P/2015, de 17 de Dezembro, publicado no 4.º Suplemento ao Boletim Municipal n.º 1139, de 17 de Dezembro de 2015, adiante designado por "Município",

e

A JUNTA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA, pessoa Coletiva n.º 505203731 com sede na Rua Raúl Carapinha, 1500-542 Lisboa, neste ato representada pelo Exmo. Senhor José António Cardoso Alves, com poderes para o ato nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do Art.º 18 da lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, adiante designada "Junta de Freguesia";

Acordam, nos termos das Cláusulas Quarta, Quinta e do n.º 2 da Cláusula Décima Segunda do acordo de delegação de competências, outorgado em _____, que a Junta de Freguesia vai iniciar o fornecimento das refeições escolares no dia 04 de Janeiro de 2016, nas seguintes escolas:

Denominação das escolas	Modalidade de fornecimento atualmente implementada	Número estimado de refeições anuais
EB das Laranjeiras	Confeção local	86768

Recursos Patrimoniais

Lista dos equipamentos (fixos e/ou móveis) transferidos da propriedade do Município:

- 1 Armário de congelação 1400L
- 2 Armários de refrigeração 700L
- 1 Arca congeladora horizontal
- 1 Forno convetor de 10 níveis
- 1 Basculante
- 1 Fritadeira de 2 cubas
- 1 Fogão de 4 bicos e 1 forno
- 1 Marmita de sopa
- 1 Descascadora de batata
- 1 Máquina de lavar loiça de capot

- 1 Banho-maria de 4 cubas com estufa
- 1 Máquina de limpeza de chão
- 1 Varinha mágica
- 1 Lava-mãos
- 3 Carrinhos de tabuleiros
- 2 Armários louceiros de inox
- 2 Bancada de inox com 2 gavetas de 0,70 metros
- 2 Bancadas de inox de 1,5 metros com 1 cuba
- 1 Bancada de inox de 0,80 metros
- 2 Bancada de inox de 1 metro
- 3 Caixotes do lixo com pedal
- 1 Armário de arquivo lacado de 2 metros de altura e duas portas
- 14 Módulos de prateleiras lacadas com 5 níveis em plástico
- 4 Cacifos grandes
- 4 Cacifos pequenos
- 1 Abre-latas
- 1 Bancada de inox de 2 metros com 1 cuba
- 1 Bancada de inox de 1 metro com 1 cuba
- 2 Bancadas de inox de 0,80 metros
- 1 Armário lacado de 2 metros de altura com 2 portas
- 1 Ar condicionado
- 1 Balança de plataforma
- 1 Porta talheres de inox
- 1 Carrinho para transporte de alimentos
- 1 Caldeira
- 1 Hotte
- 1 Armário de inox de 2 metros com 4 portas de abrir
- 2 Prateleiras de inox de 1, 50 metros

Recursos Financeiros

Valores patrimoniais transferidos com base numa estimativa de fornecimento

Para o ano letivo de 2015/2016 é transferido o montante total de 56.179,96 €, repartido por períodos letivos, da seguinte forma:

- a) 28.089,98 €, a pagar até ao dia 15 de fevereiro de 2016;
- b) 28.089,98 €, a pagar até ao dia 15 de maio de 2016.

Para o ano letivo de 2016/2017 é transferido o montante total de 91.437,73 €, repartido por períodos letivos, da seguinte forma:

- a) 33.320,53 €, a pagar até ao dia 15 de outubro de 2016;
- b) 29.058,60 €, a pagar até ao dia 15 de fevereiro de 2017;
- c) 29.058,60 €, a pagar até ao dia 15 de maio de 2017.

O valor unitário máximo por refeição, atendendo à modalidade de fornecimento, é o seguinte:

Modalidade	Valor unitário		
	pequeno almoço	almoço	lanche
Confeção local	0,36€	1,96€	0,36€

EB / JI	Ano letivo 2015/2016				Ano letivo 2016/2017			
	Estimativa de almoços A/B	Estimativa de almoços C	Estimativa de PA A/B	Estimativa de Lanches A/B	Estimativa de almoços A/B	Estimativa de almoços C	Estimativa de PA A/B	Estimativa de Lanches A/B
das Laranjeiras	30.693,60	19.285,00	845,64	5.355,72	49.956,48	31.388,00	1.376,35	8.716,90
	30.693,60	19.285,00	845,64	5.355,72	49.956,48	31.388,00	1.376,35	8.716,90
	Total		56.179,96		91.437,73			

Lisboa, _____ de 2016

Pelo Município de Lisboa

Pela Junta de Freguesia

ANEXO II

Requisitos técnicos

Implementação do sistema de HACCP

A Junta de Freguesia é responsável pelo cumprimento das obrigações impostas pela legislação relativa as normas gerais e específicas de higiene e medidas de controlo necessárias, de forma a garantir a segurança de todo o processo de fornecimento das refeições, designadamente:

- a) Higiene Pessoal e Formação
 - a. Desenvolvimento de um plano de formação, no mínimo com 35 horas, na área da segurança alimentar, para todo o pessoal em serviço;
 - b. Implementação de um código de boas práticas de higiene.
- b) Higiene das instalações, equipamentos e utensílios:
 - a. Fornecimento de produtos e materiais de limpeza homologados para o ramo alimentar e adequados ao tipo de limpeza;
 - b. Existência de fichas técnicas e de segurança dos produtos e materiais de limpeza;
 - c. Implementação de um plano de higienização (o quê, como, quando e quem);
 - d. Existência de registos de controlo de operações de higienização;
- c) Higiene Alimentar – Processo Produtivo:
 - a. Existência de registos de controlo de receção dos produtos alimentares e não alimentares (temperaturas, embalagens, aparência);
 - b. Implementação de um sistema de rastreabilidade;
 - c. Estabelecimento de boas práticas de armazenamento das matérias-primas/ingredientes, produtos preparados, produtos de limpeza e desinfecção e consumíveis;
 - d. Existência de registos de temperatura e de procedimentos escritos relativos ao armazenamento dos produtos;
 - e. Existência de procedimentos escritos relativos as varias operações realizadas durante o processo de preparação, confeção e distribuição dos alimentos;

- d) Transporte - O transporte das refeições obedece ao disposto no Capítulo IV, do Regulamento (CE) 852/2004 de 29 de Abril, relativo à Higiene dos Géneros Alimentícios, nomeadamente:
- a. Ser efetuada em veículos destinados exclusivamente a esse fim, de forma a garantir a salubridade dos produtos a transportar;
 - b. O transporte dos alimentos é efetuado em recipientes de fácil higienização e que assegurem a manutenção das temperaturas adequadas ao fornecimento proposto (65 °C no caso dos alimentos quentes e inferior 4 °C nas saladas e iogurtes) e ao tempo necessário para a entrega do serviço;
 - c. A manutenção e higienização do equipamento de transporte são da inteira responsabilidade do adjudicatário, sendo higienizados nos locais de confeção, após a sua recolha nas escolas;
 - d. Disponibilização de veículos adequados e suficientes para o fim a que se destinam;
 - e. Existência de registos de controlo das operações de higienização dos veículos;
- e) Manuseamento e Controlo de Resíduos:
- a. Existência de contentores herméticos de comando não manual, devidamente identificados;
 - b. Estabelecimento de boas práticas de manuseamento dos resíduos e de higienização dos contentores e dos locais de armazenagem.
- f) Embalagens Utilizadas no Acondicionamento:
- a. As embalagens utilizadas no acondicionamento das refeições obedecem à legislação em vigor no que respeita aos materiais que entram em contacto com os géneros alimentícios.
 - b. O certificado atestando a adequação e inocuidade das embalagens, para as temperaturas a que são sujeitas, faz parte do plano de segurança alimentar implementado pela adjudicatária e consta da documentação arquivada nas unidades.

Pessoal afeto aos refeitórios escolares

1. A Junta de Freguesia fica sujeita ao cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor sobre segurança, higiene e saúde no trabalho relativamente aos trabalhadores, os quais devem executar tarefas e funções devidamente fardados e, sendo por sua conta todos os encargos daí resultantes.
2. As principais funções do pessoal de apoio aos alunos são as seguintes:
 - a) Acompanhar os alunos à hora de almoço, assegurando que os mesmos se alimentem convenientemente, procurando respeitar os seus ritmos pessoais e, estimulando-os a experimentar alimentos não familiares, mas que em termos nutricionais são fundamentais para o seu desenvolvimento e bem-estar.
 - b) Estabelecer uma relação de empatia e de disciplina com os alunos de modo a que, o momento da refeição possa contribuir para um ambiente mais educativo, minimizando os comportamentos de agressividade e violência que eventualmente se venham a manifestar.
3. O pessoal de apoio aos alunos deve, designadamente:
 - a) Fomentar a criação de hábitos alimentares adequados às idades dos alunos incentivando o consumo de produtos que são essenciais para uma refeição equilibrada (sopa, peixe, legumes, saladas e fruta), persuadindo-os a ingeri-los, ainda que estes os considerem desagradáveis;
 - b) Fomentar a aquisição de competências sociais, designadamente o “saber estar” com os outros, em grupo e à mesa;
 - c) Fomentar a ordem e disciplina dos alunos;
 - d) Dissuadir quaisquer comportamentos agressivos dentro do refeitório;
 - e) Assegurar que no período da refeição os alunos cumpram regras de higiene.

Publica-se às 5.^{as}-feiras

ISSN: 0873-0296 Depósito Legal n.º 76 213/94 Tiragem 11

O *Boletim Municipal* está disponível no sítio da Internet oficial da Câmara Municipal de Lisboa (<http://www.cm-lisboa.pt/municipio/boletim-municipal>)

O *Boletim Municipal* pode ser adquirido nos Serviços Municipais através de impressão/fotocópia e pago de acordo com o preço definido na Tabela de Taxas, Preços e Outras Receitas Municipais

[Deliberação n.º 35/CM/2008 (Proposta n.º 35/2008) - Aprovada na Reunião de Câmara de 30 de janeiro de 2008]

Composto e Impresso na Imprensa Municipal

Toda a correspondência relativa ao Boletim Municipal deve ser dirigida à CML - Imprensa Municipal
Estrada de Chelas, 101 – 1900-150 Lisboa **Telef.** 21 816 14 20 **E-mail:** boletim.municipal@cm-lisboa.pt